

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM
REDE NACIONAL – PROFIAP

ANA CAROLINE DA SILVA JESUS

**CAMINHOS DE ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO RURAL PARA A MULHER
AGRICULTORA**

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2023

ANA CAROLINE DA SILVA JESUS

**CAMINHOS DE ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO RURAL PARA A MULHER
AGRICULTORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP – realizado na Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador (a): Prof^o. Dr^o. Abimael Magno do Ouro Filho

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

J58c Jesus, Ana Caroline da Silva
Caminhos de acesso às linhas de crédito rural para a mulher agricultora / Ana Caroline da Silva Jesus ; orientador Abimael Magno do Ouro Filho. – São Cristóvão, SE, 2023.
188 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Administração pública. 2. Agricultura e Estado. 3. Crédito agrícola. 4. Agricultura familiar. 5. Mulheres do campo – Piaçabuçu (AL). I. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). II. Ouro Filho, Abimael Magno do, orient. III. Título.

CDU 351.823.1:336.77:338.43

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL

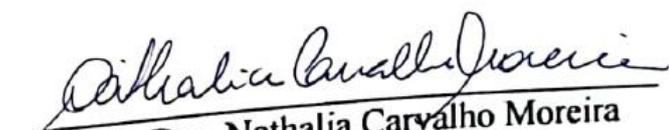
Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três foi realizada através de apresentação on-line a Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado Profissional da discente **Ana Caroline da Silva Jesus, Matrícula: 202111009922** com o título do trabalho de conclusão final: **Caminhos De Acesso Às Linhas De Crédito Rural Para A Mulher Agricultora**. A banca foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Abimael Magno Do Ouro Filho (Presidente/Orientador); Profa. Dra. Manuela Ramos da Silva (UFS) e a Profa. Dra. Nathalia Carvalho Moreira (PROFIAP/UFJF). Após a apresentação da dissertação pela discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo a discente respondido aos questionamentos formulados. A presidente e orientadora fez as considerações e em seguida se reuniu com a Comissão Examinadora para proceder ao julgamento. A banca deliberou pela **APROVAÇÃO** da discente.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, São Cristóvão - SE, 08 de agosto de 2023.



Documento assinado digitalmente
ABIMAEI MAGNO DO OURO FILHO
Data: 16/08/2023 20:29:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Abimael Magno do Ouro Filho
(Presidente/Orientador)



Prof. Dra. Nathalia Carvalho Moreira
(PROFIAP/UFJF)



Documento assinado digitalmente
MANUELA RAMOS DA SILVA
Data: 08/08/2023 15:08:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Manuela Ramos da Silva
(UFS)



Documento assinado digitalmente
ANA CAROLINE DA SILVA JESUS
Data: 16/08/2023 11:25:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Ana Caroline da Silva Jesus
(Discente/PROFIAP/UFS)

Dedico este trabalho a todas as agricultoras da
minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta dissertação, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo. Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder a força, sabedoria e determinação para enfrentar os desafios ao longo desta jornada acadêmica e por tantas vezes e de tantas maneiras confirmar meus esforços neste caminho.

Aos meus pais, Ilma e João, agradeço por todo apoio, compreensão, amor e incentivo nesta jornada. Assim como agradeço aos demais membros de minha família, em especial minhas tias e minha querida avó Luzinete, a força, perseverança e generosidade de vocês sempre foi uma inspiração para mim.

Ao meu orientador, professor Abimael, agradeço por sua orientação competente, paciência e dedicação ao longo desta empreitada. Sem dúvidas suas contribuições valiosas e parceria foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Aos meus colegas de turma, compartilho minha gratidão pela troca de experiências, momentos de colaboração e debates enriquecedores. O companheirismo de vocês tornou esses dois anos de mestrado numa experiência incrível, leve e divertida.

Aos professores do curso que contribuíram para a minha formação acadêmica, meus sinceros agradecimentos e reconhecimento. Gostaria de dedicar um agradecimento especial à professora Rosângela, que além de ser uma excelente educadora, tornou-se uma amiga durante esses dois anos, expresso aqui minha profunda gratidão. Agradeço também à secretária do curso, Elisângela, por sua amabilidade, presteza e suporte administrativo durante todo o processo.

Aos meus amigos, aqueles de anos e aqueles feitos durante esta jornada, agradeço a todos que me apoiaram, incentivaram e estiveram ao meu lado. Suas palavras e ações de encorajamento foram essenciais para que me mantivesse motivada e perseverante.

Agradeço às professoras Nathalia e Manuela, membros da banca no meu exame de qualificação. Suas sugestões, apontamentos e observações foram de grande contribuição para o aprimoramento e finalização desta dissertação.

Por fim, agradeço a Cooperativa dos agricultores familiares e dos empreendimentos solidários – COOPAIBA, pelo apoio concedido durante a fase da pesquisa de campo deste estudo.

A todos vocês, meu sinceros agradecimentos. Este trabalho não teria sido possível sem o auxílio e suporte de cada um.

RESUMO

A mulher agricultora representa um papel importante na agricultura familiar brasileira. Seus esforços, seja na produção rural ou nos lares, são fundamentais para garantir a segurança alimentar de sua família e da sociedade além de contribuir direta e indiretamente para o desenvolvimento socioeconômico do país. A importância do seu papel, contudo, não é refletido de maneira proporcional no reconhecimento do seu trabalho que é quase sempre desvalorizado. Portanto, é necessário que os entes governamentais adotem medidas que apoiem a mulher agricultora familiar e favoreçam seus esforços. Uma dessas medidas é o PRONAF que concede crédito rural para custeio e investimento das atividades da agricultura familiar e que possui uma linha de crédito exclusiva para as mulheres. Contudo, o acesso das mulheres agricultoras ao PRONAF ainda é reduzido, existem fatores que dificultam esse acesso e que necessitam ser melhor analisados. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL. Para alcance deste objetivo foi conduzido um estudo de caso com as mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL, associadas à cooperativa de agricultores familiares denominada COOPAIBA. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas, de observação direta e pesquisa documental. Os dados coletados foram analisados por meio das análises de conteúdo e documental. A partir dos resultados concluiu-se que os fatores que dificultam ou facilitam o processo de acesso das mulheres agricultoras as linhas de crédito do PRONAF podem ser divididos em quatro grandes dimensões: Relações sociais, Relação Familiar, Documentação exigidas pelas instituições e Divulgação e Acesso às informações. Constatou-se também que no cerne dos fatores que mais influenciam o acesso ao crédito rural está a qualidade na divulgação e repasse das informações que atualmente encontra-se precária, necessitando que todos os atores envolvidos neste processo adequem suas formas de divulgar as informações e orientar as agricultoras.

Palavras-chave: Mulher agricultora. PRONAF. Crédito Rural. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The farmer woman plays an important role in Brazilian family agriculture. Her efforts, whether in rural production or at home, are essential to ensure food security for her family and society, in addition to contributing directly and indirectly to the country's socioeconomic development. The importance of her role, however, is not proportionately reflected in the recognition of her work which is often undervalued. Therefore, it is necessary that government entities adopt measures that support the family farmer woman and favor her efforts. One of these measures is PRONAF, which grants rural credit to fund and invest in family farming activities, with an exclusive line of credit for women. However, the access of women farmers to PRONAF is still limited, there are factors that difficult this access and that need to be better analyzed. Thus, the objective of this research was to analyze the process of access and use of credit lines offered by PRONAF in the context of women farmers in the municipality of Piaçabuçu/AL. To achieve this objective, a case study was conducted with women family farmers in the municipality of Piaçabuçu/AL, associated with the cooperativa of Family farmers called COOPAIBA. Data collection took place through semi-structured interviews, direct observation and documentary research. The collected data were analyzed through content and document analysis. Based on the results, it was concluded that the factors that hinder or facilitate the access process of women farmers to PRONAF credit lines can be divided into four major dimensions: Social Relations, Family Relationship, Documentation required by the institutions and Disclosure and Access to information. It was also found that at the heart of the factors that most influence access to rural credit is the quality of dissemination and transfer of information, which is currently precarious, requiring that all actors involved in this process adapt their ways of disseminating information and guiding the farmers.

Keywords: Farmer Woman. PRONAF. Rural Credit. Family Farming.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER.....	Assistência Técnica de Extensão Rural
CAF.....	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
DAP.....	Declaração de aptidão ao PRONAF
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
FAO.....	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>)
PGPAF.....	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PNDTR.....	Programa Nacional da Trabalhadora Rural
PNATER.....	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF.....	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAD.....	Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF.....	Seguro da Agricultura Familiar
TIC.....	Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Programas da Política Nacional de Agricultura Familiar	23
Figura 2– Desenho da pesquisa	38
Figura 3 – Contexto, caso e unidades de análise da pesquisa.....	40
Figura 4 – Esquema das etapas e táticas de validação de um estudo de caso.	47
Figura 5 – Município de Piaçabuçu, Alagoas, 2023.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Grupos de classificação dos agricultores familiares dentro do PRONAF.....	25
Quadro 2– Subprogramas do PRONAF	25
Quadro 3– Dimensões que influenciam no acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural.	36
Quadro 4 – Relação entre objetivos específicos e fontes de evidências.....	43
Quadro 5 – Unidade de análise, sujeitos de análise e instrumentos de coleta de dados.....	44
Quadro 6 – Unidades de análise e critérios de escolha.....	45
Quadro 7 – Definições constitutivas.....	45
Quadro 8 – Categorias e subcategorias de análise.....	46
Quadro 9 – Número de contratos e montante de crédito do PRONAF adquiridos em Piaçabuçu/AL.	55
Quadro 10 – Características do perfil das agricultoras familiares de Piaçabuçu/AL.	58
Quadro 11 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Relações Sociais”.	99
Quadro 12 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Divulgação e acesso às informações”.	103
Quadro 13 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Relação Familiar”.	108
Quadro 14 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Documentações exigidas pelas instituições financeiras”.	112
Quadro 15 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF, no contexto das mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL.	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	19
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	20
2.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	24
2.3 MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR	27
2.4 MULHERES E ACESSO AO CRÉDITO RURAL	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1 QUESTÕES DE PESQUISA	39
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	39
3.3 MÉTODO DE PESQUISA	40
3.4 FONTES DE EVIDÊNCIAS	40
3.4.1 Coleta de Dados	41
3.5 UNIDADES DE ANÁLISE	43
3.6 CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO CASO	44
3.7 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS.	45
3.8 CATEGORIAS DE ANÁLISE.	46
3.9 PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO	46
3.10 CRITÉRIOS DE VALIDADE E CONFIABILIDADE	47
3.11 ANÁLISE DO CASO	48
3.12 PRODUÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU/AL E DO PERFIL DAS AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO	52
4.1.1 Coopaiba	53
4.1.2 Acesso aos créditos do PRONAF em Piaçabuçu/AL	54
4.1.3 Perfil das agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL	56
4.2 ANÁLISE DO CASO	59
4.2.1 Entrevistado A	59
4.2.2 Entrevistado B	61

4.2.2.1	Relações Sociais	63
4.2.2.2	Divulgação e Acesso a informações	65
4.2.2.3	Relação Familiar	68
4.2.2.4	Documentação exigida pelas instituições financeiras	69
4.2.3	Entrevistada C	70
4.2.3.1	Relações Sociais	72
4.2.3.2	Divulgação e Acesso às Informações	74
4.2.3.3	Relação Familiar	77
4.2.3.4	Documentação exigida pelas instituições financeiras	78
4.2.4	Entrevistada D	79
4.2.4.1	Relações Sociais	81
4.2.4.2	Divulgação e Acesso às Informações	82
4.2.4.3	Relação Familiar	83
4.2.4.4	Documentação exigida pelas instituições financeiras	84
4.2.5	Entrevistada E	85
4.2.5.1	Relações Sociais	87
4.2.5.2	Divulgação e Acesso às Informações	89
4.2.5.3	Relação Familiar	91
4.2.5.4	Documentação exigida pelas instituições financeiras	91
4.2.6	Entrevistada F	92
4.2.6.1	Relações Sociais	94
4.2.6.2	Divulgação e Acesso às Informações	95
4.2.6.3	Relação Familiar	97
4.2.6.4	Documentação exigida pelas instituições	98
4.2.7	Comparação dos fatores elencados pelas agricultoras e instituições para compreender o processo de acesso ao crédito rural	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com as agricultoras	129
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com o agente de ATER	135
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada com diretor da cooperativa	138
	APÊNDICE D – Protocolo de Estudo de Caso	141
	APÊNDICE E – Relatório do Produto Técnico Tecnológico	145

1 INTRODUÇÃO

Importante setor econômico e social para o Brasil, a agricultura familiar, é responsável por gerar renda, emprego e proporcionar melhores condições de vida para a população que reside no campo. No Brasil, a agricultura familiar serve como forte apoio para que milhares de famílias sobrevivam, gerando emprego nos plantios, nos comércios e até mesmo na indústria (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019). E tem a característica de ser uma produção com baixa mecanização em seus processos, porém apresenta enorme variedade de gêneros alimentícios (BELTRAME; PEREIRA, 2017) além de ser responsável pela produção de boa parte dos alimentos que compõem a mesa brasileira, chegando a tempo hábil direto ao consumidor (BREITENBACH, 2018).

Em relações numéricas e com base no Censo Agropecuário de 2017 a importância da agricultura familiar pode ser destacada por ser o setor que ocupa 67% de todo o pessoal que trabalha com agropecuária no país, representando cerca de 10,1 milhão de pessoas empregadas, além disso, em torno de 3,9 milhões de estabelecimentos (77%) são classificados como agricultura familiar.

Considerando a importância social da agricultura familiar e o que ela representa do total de estabelecimentos agropecuários no país, outra importante característica a ser ponderada é a sua heterogeneidade. Nenhum núcleo de agricultura familiar no Brasil pode ser considerado igual ao outro, existem é claro aquelas semelhanças apontadas pela Lei 11.326/06 que define o que pode ser considerado agricultura familiar nos termos de tamanho de ocupação da terra e gerenciamento da mesma, porém quando se tratam de termos como tecnologia, conhecimento e meios de produção (BREITENBACH, 2018) pode-se claramente ver as diferenças entre as diversas famílias agricultoras do país, além desses, os recursos disponíveis, sejam eles de capital humano, financeiro, natural ou social, são outros pontos de diferença entre os agricultores (TIERLING; SCHMIDT, 2020).

E em meio a esta diversidade da agricultura familiar encontra-se a mulher agricultora. Usualmente vistas apenas como auxiliares de seus pais ou maridos nas atividades do campo, muitas mulheres não reconhecem o seu importante papel na produção agropecuária de sua família (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012). Em muitos contextos, além de serem responsáveis pela manutenção da dinâmica de seus lares com atividades domésticas diárias e fundamentais para seu funcionamento, as mulheres também realizam constantemente atividades no campo, gerando renda direta e indiretamente para famílias (SPANEVERELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Porém, essa dupla jornada da mulher agricultora muitas

vezes não é apreciada por seus familiares e comunidades, existe uma desigualdade de gênero no mundo rural que caracteriza o trabalho feminino no campo como simplório, a realidade é que por não estarem sempre à frente dos negócios ou não serem remuneradas por seus esforços, o trabalho realizado pelas mulheres não recebe a mesma valoração do trabalho masculino, ainda que exerçam as mesmas tarefas (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012; MACIAZEKI-GOMES *et al.*, 2021; OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

Contudo, há de se destacar que essa ideia do papel da mulher vem sendo desconstruída e uma nova concepção está sendo gradualmente moldada. Como salientado por Spanevello, Matte e Boscardin (2016), estudos sobre a mulher agricultora revelam que seus esforços são fundamentais para as atividades do grupo familiar, para a segurança alimentar de suas famílias e sociedade e para o desenvolvimento econômico e agropecuário de suas comunidades.

A participação da mulher se torna cada vez mais expressa e notada por aqueles ao seu redor e ainda mais importante a própria mulher começa a reconhecer seu potencial (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012). Um estudo realizado por Maciazeki-Gomes *et al.* (2021) demonstrou que ainda que reconheçam o cansaço gerado por essa dupla jornada as mulheres do campo conectam o trabalho que realizam com uma possibilidade de transformação própria e de condição de vida, elas relatam que o trabalho lhes transmite a sensação de força, realização, satisfação e bem-estar.

Segundo Araújo *et al.* (2016) e Silva, Ponciano e Souza (2020) quando a mulher encontra a possibilidade de acessar bens e serviços, de ter a liberdade para fazer suas escolhas e a consciência de que podem contribuir para transformação de suas vidas e de seus familiares elas se envolvem em um processo que certamente se traduz em consequências benéficas para todos em seu entorno. Araújo *et al.* (2016) também destacam que os entes governamentais podem ser grandes aliados nesse processo, uma vez que as políticas públicas têm o poder de contribuir com o desenvolvimento e fortalecimento da qualidade de vida dos agricultores familiares, aqui em especial a vida das mulheres agricultoras.

Por muito tempo a agricultura familiar esteve negligenciada pelas políticas públicas que eram exclusivamente voltadas para a agricultura patronal. Somente em 1996, após pressão dos sindicatos e diversos movimentos sociais é que surge o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BELTRAME; PEREIRA, 2017). Este programa surge, exclusivamente para a agricultura familiar e assentados da reforma agrária, como meio de desenvolver e fortalecer este setor. Concede apoio técnico e recursos financeiros para custear os investimentos dos agricultores, além de, oferecer linhas de crédito

com menor taxa de juros do que empréstimos convencionais e maior segurança para o agricultor interessado (BELTRAME; PEREIRA, 2017; GUEDES; CARVALHO, 2017).

Ainda que se apresente como um forte instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, segundo Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012), se não for bem utilizado e acompanhado o PRONAF pode reforçar aquela desigualdade de gêneros anteriormente mencionada. Mesmo que, como resultado da pressão de movimentos das trabalhadoras rurais, desde 2001 30% dos recursos do PRONAF seja destinado às mulheres, o acesso dessas às linhas de crédito do programa ainda é limitado. Isso acontece pois na maioria dos casos o emprego e distribuição dos créditos têm como definidor o homem, que normalmente é quem estabelece mais ligações com o mundo público, o que acontece na realidade é que os créditos são adquiridos pelas mulheres, mas usufruídos pelos homens (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012; SANTOS; BRAGA, 2013; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Como resposta a esses desafios em 2003 o governo lançou o PRONAF-Mulher, linha específica para atender as necessidades de crédito e investimento das mulheres, que para acessá-la devem apresentar projetos que contemplem atividades agregadoras de renda ou distintas das atividades já existentes e que possam ser exploradas pela família para geração de renda (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

A criação do PRONAF-Mulher aparentava ser a solução para a limitação do acesso das mulheres às linhas de crédito do programa, porém nota-se que existem outros fatores que dificultam o acesso ao PRONAF e que precisam ser melhor identificados e estudados. Esses fatores podem ser resultado de demasiada burocracia, falhas de comunicação entre o poder público e os agricultores ou falta de divulgação e maiores informações acerca do programa (GUEDES; CARVALHO, 2017; LIMA; MEDEIROS; SILVA, 2019). Como exposto por Jesus *et al.* (2021) um dos meios de comunicação entre entes governamentais e os agricultores é a Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) que segundo Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012) deixa a desejar tanto no reconhecimento da mulher como responsável pela atividade agropecuária quanto no acompanhamento e suporte para o acesso ao crédito e desenvolvimento dos projetos dessas mulheres.

Neste contexto, se tem o exemplo de Piaçabuçu, município de Alagoas foco deste estudo, que apresentou no período de 2013 a 2018 cerca de 1.174 contratos do PRONAF realizados, contudo, desse total apenas 8 foram realizados na linha Pronaf-Mulher, especificamente nos anos de 2016 (cinco contratos) e 2018 (três contratos) (SEAD, 2022). Os dados também demonstram que de 2018 a julho de 2022 nenhum outro contrato do PRONAF-

Mulher foi realizado e nenhuma Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) - Mulher foi emitida em todo o período de 2013 a 2022. Em relação a DAP uma observação deve ser feita, de acordo com a portaria nº 174/2022 a partir de 01 de novembro de 2022 a DAP deixará de ser emitida e a partir desta data só será emitido o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) instituído pelo decreto nº 10.688 de 26 de abril de 2021 como substituto da DAP para fins de acesso aos políticas públicas de apoio a agricultura familiar, sendo assim neste estudo opta-se por utilizar a nomenclatura CAF/DAP substituindo o termo DAP presente na literatura pesquisada (BRASIL, 2021; 2022).

Levando em conta a importância da agricultura familiar, o avanço da mulher neste espaço e o auxílio que o PRONAF pode representar para o setor, estes números demonstram a existente fragilidade no processo de implementação do programa. Contudo, mesmo com suas limitações este ainda se apresenta como uma grande oportunidade para que a mulher agricultora possa ser reconhecida, portanto. para que o programa se fortaleça, suas limitações bem como aqueles fatores que impulsionam seu estabelecimento devem ser melhor estudados. Sendo assim, esta pesquisa se propõe a analisar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu-AL, buscando contribuir apresentando soluções para que essas conquistem cada vez mais seu espaço na agricultura familiar.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Para que uma política pública se torne efetiva é necessário mais do que sua criação e simples divulgação, o público alvo desta política precisa entender seu objetivo e as formas como podem melhor usufruir dessas políticas, além disso, um bom canal de comunicação entre os entes governamentais e a população deve ser estabelecido e uma avaliação contínua deve ser realizada (JESUS *et al.*, 2021).

Silva, Ponciano e Souza (2020) reforçam o entendimento de que para que uma política de crédito rural contribua efetivamente com a autonomia econômica das mulheres ela deve ser pensada de forma diferente pois deve considerar as especificidades do gênero e os contextos locais.

Em razão da heterogeneidade da agricultura familiar essas questões de gênero e especificidades dos contextos locais se tornam ainda mais relevantes quando se pretende implementar um programa público. Cada agricultura familiar é dotada de particularidades e cada mulher agricultora, inserida em seu próprio contexto, apresenta questões que precisam

ser consideradas. Deve-se considerar, por exemplo, se essa mulher tem acesso a meios de comunicação, se tem documentos de identificação, a escolaridade, o papel que exerce no núcleo familiar, a relação que tem com seus cônjuges e se essa relação permite que a mulher tenha abertura para tomar suas próprias decisões, entre outras (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012; SPANEVELLO *et al.*, 2020).

É relevante, portanto, que se busquem as características das mulheres agricultoras familiares em contextos menores para assim compreender com mais clareza suas necessidades de acesso às linhas de crédito, como nesta pesquisa que estudará o caso das mulheres do município de Piaçabuçu/AL que apesar de ter um grande número de contratos do PRONAF realizados apresenta baixos números de contratos feitos por mulheres. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 e da Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) demonstram que no município de Piaçabuçu/AL cerca de 30% do total de estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 55 estabelecimentos, são representados por mulheres, contudo dos 1.174 contratos do PRONAF realizados no período de 2013 a 2018 apenas 8 foram realizados por mulheres (IBGE, 2017; SEAD, 2022).

Portanto, para entender tal fenômeno delineou-se como questão norteadora: Como tem sido o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL. Tem-se ainda, os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar o perfil das agricultoras no contexto da agricultura familiar do município de Piaçabuçu/AL;
- b) Compreender os fatores que dificultam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL;
- c) Compreender os fatores que facilitam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras do município de Piaçabuçu/AL;
- d) Desenvolver de forma física e virtual uma cartilha apresentando as especificidades da mulher agricultora do município de Piaçabuçu/AL bem como informações que contribuam

para que as mulheres acessem e utilizem as linhas de crédito do PRONAF, e divulgação de vídeos curtos com esses passos em plataformas sociais.

1.3 JUSTIFICATIVA

A literatura tem discutido sobre a importância de políticas públicas para a agricultura familiar no seu desenvolver socioeconômico (BELTRAME; PEREIRA, 2017) em especial o PRONAF como um programa que viabiliza aos agricultores familiares acesso a crédito financeiro permitindo um aumento na renda e diminuição de desigualdades sociais (JORDÃO; SILVA; CARVALHO, 2019). E cada vez mais tem se dado destaque a mulher neste contexto (MOREIRA; RAMALHO, 2013; OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019; RAMUNDO STADUTO; ALVES NASCIMENTO; DE SOUZA, 2013), especificamente aos programas e iniciativas do Governo que buscam fomentar a participação da mulher na agricultura (FERNANDES, 2013; SOUSA; ALMEIDA; LEITÃO, 2018).

Tem-se identificado um aumento no interesse e participação das mulheres agricultoras familiares nas linhas de crédito do PRONAF e apesar de ainda serem poucos os estudos que tratam diretamente da mulher agricultora familiar e o crédito rural, é possível perceber que estes têm aumentado gradativamente (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012), contudo Oliveira, Vilaca e Correio (2019) chamam atenção para o fato de que mesmo com esse aumento gradativo existe uma escassez de dados quando se busca conhecer os pormenores da participação da mulher no mundo rural.

Talvez por não entender esses pormenores e as especificidades da agricultura familiar e principalmente da mulher neste setor é que desde o início o programa apresenta desafios em sua implementação (TROIAN; MACHADO, 2020) e conforme o que Spanevello, Matte e Boscardin (2016) apontam em sua pesquisa, ainda que as mulheres demonstrem interesse em acessarem as linhas de crédito do PRONAF, elas enfrentam diversos entraves e se deparam com inúmeras limitações até o acesso ao crédito pretendido, desta maneira, os autores sugerem que novos estudos se aprofundem no acesso ao crédito rural por parte das mulheres.

Assim como os autores supracitados, Guedes e Carvalho (2017), Lima, Medeiros e Silva (2019) e Santos e Braga (2013) também incentivam que novas pesquisas sobre o PRONAF e demais políticas de crédito rural sejam feitas para que o programa possa ser constantemente revisto, reavaliado e aperfeiçoado.

Outro tema identificado na literatura é de que as pessoas desconhecem o PRONAF-Mulher e as maneiras pelas quais podem acessar essa e outras linhas de crédito do PRONAF. Ligados a essa questão, estão outros diversos pontos que podem ser melhor explorados, como por exemplo não ter o conhecimento técnico para elaboração dos projetos, a falta de documentação por parte das mulheres agricultoras, falhas no processo de comunicação e acesso à informação e desconhecimento dos seus direitos legais (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012).

Baseando-se no que foi exposto, ressalta-se a importância desta pesquisa, pois ao buscar os pormenores do contexto das mulheres agricultoras familiares analisando o processo de acesso e utilização das linhas de crédito do PRONAF bem como compreender os fatores que dificultam e facilitam o acesso dessas mulheres ao PRONAF, esta pesquisa pode servir como forma de cada vez mais ampliar a adesão de novas agricultoras às linhas de crédito do programa. Além disso, compreender esses fatores permite aos entes governamentais e cooperativas e associações de agricultores familiares adequarem seus modos de executar o programa e compartilhar informações a respeito do mesmo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentada o referencial teórico do estudo, dividido em quatro partes: Agricultura Familiar, Políticas Públicas de apoio ao setor, Mulher na agricultura familiar e Mulheres e acesso ao crédito rural.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente, em termos Legais, se tem uma definição estabelecida do que caracteriza a agricultura familiar. Essa definição da categoria, bem como outras diretrizes, foi disposta a partir da Lei n. 11.326, 2006, art. 3º da seguinte maneira:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011)

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essa definição traz consigo um aparato geral do que seria a agricultura familiar, porém, vale destacar que para chegar nessa definição e nas políticas públicas de apoio ao setor, estabelecidas nos dias de hoje, existe toda uma trajetória da Política Nacional de Agricultura Familiar que necessita, ainda que de forma breve, ser traçada para que se possa melhor entender os programas públicos atuais. E, antes mesmo de traçar essa trajetória, é importante buscar compreender a Agricultura Familiar para além da legislação, destacando suas definições enquanto fenômeno social (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021). Nos tópicos seguintes esses pontos serão melhor apresentados.

A agricultura familiar sempre esteve presente na história da agropecuária brasileira (TROIAN; MACHADO, 2020). Segundo Goulart, Vieira e Bittencourt (2021) esse modelo de trabalho rural, teve início no período colonial com o estabelecimento das grandes propriedades e a submissão dos serviços dos trabalhadores do campo.

Essa forma de surgimento da categoria, segundo os mesmos autores, é o que explica o fato de que por muito tempo a agricultura familiar recebeu o estigma de estagnação e conformismo, tendo sua imagem relacionada a uma mão de obra de reserva e o trabalho sendo feito apenas para subsistência (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021). Essa imagem ajuda a compreender o motivo do surgimento tardio de grupos que representassem a

agricultura familiar nos meios políticos. Todavia, no decorrer dos anos a imagem do agricultor familiar foi sendo redimensionada, sua produção começou a ser mais valorizada e o este passou a produzir não somente para sua sobrevivência, mas também para a comercialização do excedente da sua produção, gradualmente adquirindo maior renda (RAMOS, 2016; SANTANA; NASCIMENTO, 2017; TROIAN; MACHADO, 2020).

Na década de 1990 um importante estudo sobre a agricultura familiar foi produzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* [FAO]), tal estudo tinha como objetivo apresentar subsídios para a criação de uma Política Nacional de Agricultura Familiar e, como será visto mais adiante, foi de importância para a criação do PRONAF (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021). A partir dele foi identificada a heterogeneidade da categoria agricultura familiar e três grandes subgrupos foram identificados (periférico, de transição e consolidado).

O grupo periférico seria o dos agricultores de baixa renda que vivem em áreas bem pequenas e deveria ser alvo de políticas assistências. Os de transição são das famílias que possuem renda média semelhante à renda média no país e superior a dos produtores agrícolas temporários. E, por fim, o grupo dos agricultores consolidados, seriam aqueles que possuem rendas altas, capacidade de gerar desenvolvimento próprio e que não necessitam de apoio direto do governo (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021).

Complementar a este estudo Ramos (2016) expõe que essa heterogeneidade intrínseca da agricultura familiar como categoria de análise se baseia em quatro pontos: 1) o tipo de população rural envolvida; 2) o tipo de organização do trabalho e produção agrícola; 3) as respostas às situações agroecológicas dos territórios em que se situam; 4) a relação com os mercados e demais agentes econômicos e sociais.

Essa heterogeneidade presente na agricultura familiar exige que o poder público pense em diferentes soluções que atendam as demandas dos diferentes grupos, atentando-se as particularidades locais e promovendo diferentes políticas públicas e programas governamentais que atendam a essas necessidades.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR

Santana e Nascimento (2017) reforçam que para uma política de desenvolvimento rural obter eficácia em sua aplicação é necessário discutir as demandas de cada território uma

vez que a realidade do meio rural brasileiro é de um campo cada vez mais complexo e diversificado. Ramos (2016) contribui para a discussão destacando que de maneira geral as políticas agrícolas além de atenderem as necessidades do campo costumam ter alguns objetivos globais, dentre eles:

a) tentar frear o fluxo migratório do meio rural para o urbano; b) impulsionar o uso racional da terra como fator de produção e bem social, produzindo maior quantidade de alimentos e preservando os recursos naturais e meio ambiente; c) contribuir para o desenvolvimento do território; d) melhorar a eficiência, eficácia e pontualidade da maneira com a qual o Estado se relaciona com os territórios e população agrícola assim como a maneira com os agricultores acessa os bens e serviços públicos; e) superar os desafios de segurança alimentar e nutricional, não apenas nas áreas rurais, mas também nas áreas urbanas e fundamentalmente àqueles da população mais vulnerável.

No estudo realizado por Grisa e Schneider (2014) os autores identificam três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar. A primeira seria aquela voltada para a construção de um referencial de política pública agrária e agrícola. Em segundo, a geração de políticas públicas pautadas em um referencial assistencial e social expresso em programas e ações públicas e por fim a terceira geração seria daquelas voltadas para a construção de mercados com foco na segurança alimentar e nutricional assim como a sustentabilidade. Salienta-se que essa definição em geral não significa que as políticas públicas de apoio a agricultura familiar seguem um linearidade longitudinal nem que um precede a outra, essas gerações não encerram o seu ciclo pelo contrário, continuam seu funcionamento enquanto sofrem alterações e ajustes em sua formulação ou escopo (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Sendo assim, segundo Goulart; Vieira e Bittencourt (2021), a trajetória das políticas públicas de apoio à agricultura familiar brasileira inicia com a definição trazida pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, 1964), essa lei foi um importante instrumento para delinear as características do que seria uma propriedade familiar. O artigo 4º, II, da referida Lei diz o seguinte:

[...] o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Ainda que a Lei supracitada represente importante instrumento na luta pelo reconhecimento da agricultura familiar como setor econômico, a realidade é que durante as décadas de ditadura militar os representantes da agricultura familiar na sociedade civil não

contavam com espaços na arena pública para levantar debates e junto dos gestores públicos construir políticas efetivas para o setor (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Apenas em torno de 1985 é que a mobilização social por parte do campo e a fase de democratização no governo Sarney permitem certa aproximação entre as organizações sociais rurais e o Estado, esta aproximação se vê traduzida na criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, na apresentação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, e, em 1988, com o advento da Constituição Federal, na equiparação em termos assistenciais e previdenciários da força de trabalho rural a do trabalho urbano, porém, mantendo o acesso à terra no que havia sido definido no Estatuto da Terra, de 1964 (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021). Destaca-se também a criação da Central única dos Trabalhadores em 1983 e nesta o departamento Nacional de Trabalhadores Rurais em 1988 (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Avançando no desenvolver da Política Nacional de Agricultura Familiar, com as Leis n. 8.171/1991 e n. 8.269/1996, outras demandas dos agricultores familiares foram incorporadas. A primeira reconheceu a diversidade da agricultura no Brasil e deu apoio a construção de política agrícola diferenciada para os pequenos produtores. A segunda no intuito evitar conflitos fundiários e invasões regulamentou dispositivos constitucionais sobre a reforma agrária e trouxe definição para os conceitos de propriedade produtiva e propriedade de pequeno e médio porte (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021).

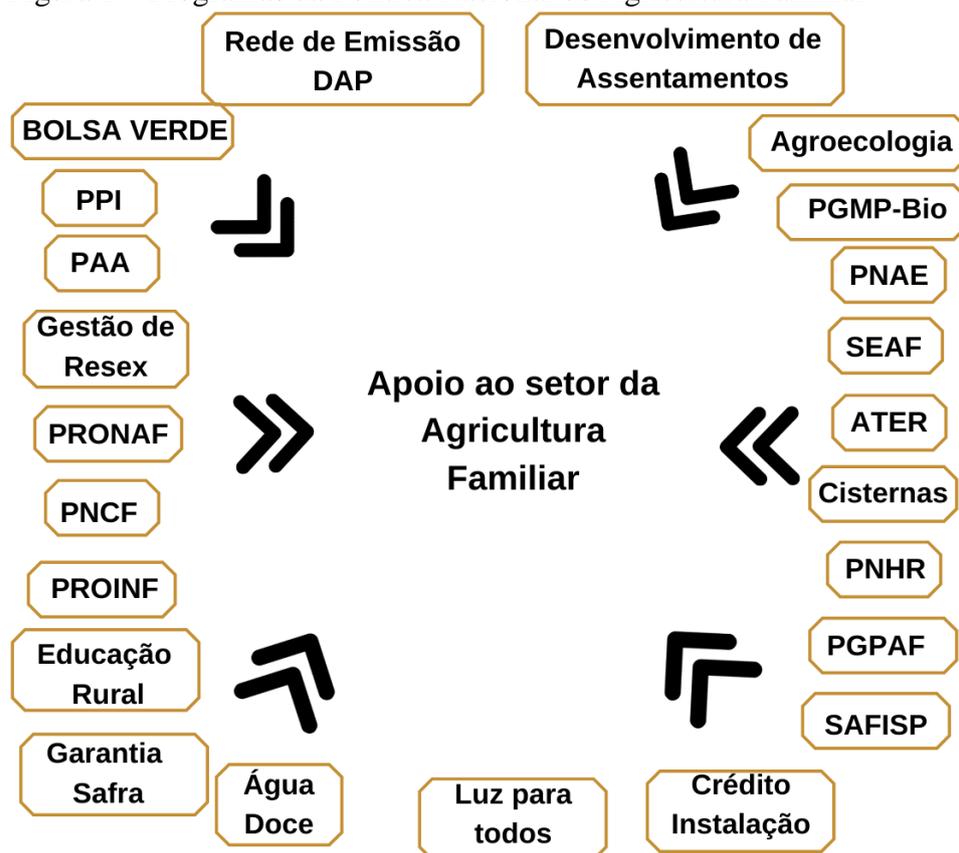
Um importante resultado da Lei n. 8.171/1991, que regulamenta a política agrícola no Brasil, foi o estabelecimento dos objetivos que deveriam ser alcançados pelos instrumentos desta política, sendo um desses instrumentos a disponibilização de linhas de crédito rural mediante a condição de que o crédito rural desenvolvido pelos Governos tenha caráter universal, sendo disponibilizado a todos os proprietários rurais, arrendatários, parceiros agrícolas e comodatários rurais, independente de sua condição, observando a obrigatoriedade de ser utilizado nas atividades agrícolas, para que possa promover o desenvolvimento socioeconômico do setor (DIVERIO; RODRIGUES; KUNZ, 2021).

Nesse contexto o estudo Incra/FAO, mencionado anteriormente, ajudou a definir qual deveria ser o público alvo do primeiro programa propriamente voltado para o setor da agricultura familiar, o PRONAF. Programa que surge para atender as necessidades do grupo de transição (GRISA; SCHNEIDER, 2014) como resposta a pressão dos movimentos sociais e a dificuldade de acesso ao crédito e que vem desde sua criação se ajustando para melhor atender aos requerimentos e necessidades dos produtores rurais (GONZÁLEZ, 2020; TROIAN; MACHADO, 2020).

O processo de criação do PRONAF foi um grande propulsor para que os entes governamentais reconhecessem a agricultura familiar com setor com demandas que precisavam ser atendidas pelo poder público, dando início a construção de um conjunto de medidas voltadas para o fortalecimento e garantia da produção agrícola familiar (QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020).

Com a criação e consolidação do PRONAF diversos outros programas voltados para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar foram desenvolvidos no decorrer dos anos. Como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) em 2004 e o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006 (GRISA; SCHNEIDER, 2014). A figura 1 ilustra a rede composta por alguns dos diversos programas da Política Nacional de Agricultura Familiar.

Figura 1 – Programas da Política Nacional de Agricultura Familiar



Fonte: Elaborado pela autora com base em Grisa e Schneider (2014), Quijada, Cavichioli e Soares (2020) e Goulart, Vieira e Bittencourt (2021),

O PRONAF vem ao longo dos anos se firmando como um dos principais programas de apoio à agricultura familiar, concedendo financiamento para que o agricultor possa investir no desenvolvimento de sua produção, ajudando a gerar maior renda e emprego no campo. Entretanto, o programa ainda apresenta diversos desafios para seu pleno funcionamento, e

para superar esses desafios se faz necessário compreender seu contexto de criação e as suas características.

2.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Tendo em mente as particularidades da agricultura familiar e um breve conhecimento sobre a trajetória das políticas públicas de apoio ao setor no Brasil. Explora-se então o crédito rural no país, em especial o concedido a agricultura familiar por meio do PRONAF.

A formulação do PRONAF concretizou-se como resultado dos esforços de diversos movimentos sociais que buscavam maior inclusão da agricultura familiar no cenário político (CAPELLESSO; CAZELLA; BÚRIGO, 2018; GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021; MENDONÇA, 2014) transformando o modelo agrícola brasileiro em um com maior inclusão social, econômica e política dos agricultores familiares (TROIAN; MACHADO, 2020). Neste sentido o programa, instituído em 1996 pelo Decreto n. 1.946, apresenta como proposta promover a criação de incentivos para o desenvolvimento da agricultura familiar no país, estimulando sua ampliação sustentável (FOSSÁ; MATTE; MATTEI, 2022). Lembrando que ainda que tenha sido criado em 1996 somente com a Lei n. 11.326/2006 é que foi melhor definido o conceito de agricultura familiar e consolidada a necessidade de formulação de políticas públicas exclusivas para o setor.

O programa é estruturado como uma política de crédito rural exclusivo para os agricultores familiares. O crédito que o programa fornece tem servido como um estímulo para que os agricultores permaneçam no campo gerando renda e emprego (TROIAN; MACHADO, 2020). Em termos gerais para acessar as linhas de crédito do programa é necessário que o agricultor atenda as características definidas na Lei de 11.326/2006, tenha o CAF/DAP (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014) e, tenha obtido receita bruta anual familiar de até R\$ 500 mil nos 12 meses de produção anteriores a solicitação do CAF/DAP (BNDES, 2022). Além desses, existem diversos outros documentos específicos, que a depender da instituição financeira e do grupo da agricultura familiar que agricultor se enquadre, serão exigidos. Essas demais exigências burocráticas se constituem, na maioria das vezes, como um dos desafios a serem superados para que o PRONAF possa ser melhor implementado (FOSSÁ; COMERLATTO; MATTEI, 2018). Os diferentes grupos nos quais os agricultores familiares são segmentados como potencial público alvo de crédito rural podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1– Grupos de classificação dos agricultores familiares dentro do PRONAF

Grupo	Descrição
Grupo A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
Grupo B	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.
Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.
Grupo V	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019).

Conforme Mendonça (2014) os grupos do PRONAF foram criados a fim de reconhecer e mensurar a diversidade existente na agricultura familiar, com o objetivo de melhor atender as diferentes necessidades de cada grupo, garantindo tratamento diferenciado de financiamento, prazos, juros e limites, de acordo com o grupo em que o agricultor se encontre. Originalmente o PRONAF aplicava-se com o desenvolvimento de quatro linhas de ação: “1) negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; 2) financiamento da infraestrutura e serviços nos municípios; 3) financiamento da produção da agricultura familiar; 4) capacitação e profissionalização de políticas públicas com órgãos setoriais” (MENDONÇA, 2014, p. 209). Conforme o programa foi sendo aplicado e fortalecido linhas de ação foram adicionadas e outras redefinidas, consolidando uma estrutura de financiamento e operações de crédito de custeio e investimento com taxas de juros e condições de pagamento diferenciadas para melhor atender ao público da agricultura familiar (NIEDERLE *et al.*, 2019). O programa conta diversos subprogramas diretamente ligados ao financiamento para custeio e investimento na produção da agricultura familiar, o quadro 2 relaciona as principais linhas de crédito do PRONAF e suas definições.

Quadro 2– Subprogramas do PRONAF

Subprograma	Definição
Pronaf Custeio	Financiamento a itens de custeio relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas.
Pronaf Agroindustria	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
Pronaf Mulher	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
Pronaf Agroecologia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Bioeconomia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos,

	silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva..
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
Pronaf Jovem	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
Pronaf Microcrédito (Grupo “B”)	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação do CAF/DAP.
Pronaf Cotas-Partes	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (2022).

Os créditos disponibilizados por esses e os demais subprogramas do PRONAF podem ser destinados ao custeio e comercialização, investimento ou integralização de cotas partes, sendo os créditos de custeio destinados ao financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, de industrialização ou beneficiamento da produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF, o agricultor familiar poderá utilizar este recurso para adquirir insumos necessários para um ciclo de produção, como fertilizantes, ração, sementes, entre outros (CORCIOLI; CAMARGO, 2018). O “Pronaf Custeio” é um exemplo de linha de crédito do programa destinado ao custeio.

Os créditos de investimento, por sua vez, se destinam ao financiamento de atividades agropecuárias ou não, para a implantação, modernização ou ampliação da infraestrutura de produção, beneficiamento, serviços e industrialização seja no estabelecimento rural ou em comunidades rurais próximas, tais recursos são destinados para a aquisição de bens duráveis que serão utilizados em vários ciclos de produção, como máquinas, cercas, galpões, entre outros (CORCIOLI; CAMARGO, 2018). São exemplos de subprogramas de crédito de investimento o “Pronaf Mulher”, “Pronaf Mais Alimento”, “Pronaf Jovem” e o “Pronaf Microcrédito (Grupo B)”. E, por fim, os créditos destinados ao financiamento da integralização de cotas-partes pelos beneficiários do PRONAF associados a cooperativas de produção rural, sendo aplicado a cooperativa em capital de giro, custeio, investimento (BANCO DA AMAZÔNIA, 2022).

Os montantes disponíveis para o PRONAF são destinados por meio do Plano Safra que definem anualmente os recursos disponíveis para custeio e investimento na agropecuária nacional. De acordo com Plano Safra 2022/2023, R\$ 340,88 bilhões serão disponibilizados para o setor, deste total R\$ 53,61 bilhões serão destinados exclusivamente para o PRONAF com taxas de juros que variam de 5% a 6% a.a.(MAPA, 2022).

Dos subprogramas do PRONAF, um que tem ganhado um pouco mais de destaque nos últimos anos dentre as discussões na literatura é o PRONAF Mulher (ARAÚJO *et al.*, 2016; CARDOSO; LOPES, 2021; SPANEVELLO *et al.*, 2020; SPANEVELLO; MATTEI; BOSCARDIN, 2016). Segundo, Ely *et al.* (2019) o acesso ao crédito rural pode produzir um grande efeito na participação das mulheres em suas casas, seja na renda ou autonomia, contudo, existem questões de gênero na agricultura familiar que precisam ser superados para que as mulheres possam fazer uso dessas linhas de crédito (CARDOSO; LOPES, 2021). Esse entendimento é reforçado por Fossá, Cormelatto e Mattei (2018) quando afirmam que ainda existe a necessidade de avanço das linhas de financiamento do programa que são específicas para apoiar a grupos fragilizados.

2.3 MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Geralmente associa-se o papel de chefe de família ao homem, e no campo como exposto por Bueno e Silva (2020), essa forma de pensar é ainda mais forte, o homem é quase sempre considerado o responsável pela sobrevivência da família e mesmo quando o pai é ausente o filho ou outro membro da família do sexo masculino é quem assume este papel. Esta maneira de conceber a família rural, segundo as mesmas autoras, contribui para a desvalorização do papel da mulher na sobrevivência de sua família, colocando o homem como possuidor do poder e do saber.

Zanchi e Souza (2018) reforçam esse pensamento quando destacam que a mulher agricultora foi historicamente marginalizada, sendo seu papel econômico e trabalho constantemente desvalorizados, e seus afazeres reduzidos a auxílio prestado aos homens da família. Atualmente, percebe-se uma maior valorização do papel da mulher na agricultura familiar (BRANDÃO *et al.*, 2019), embora ainda enfrente inúmeras dificuldades no campo, o saber-fazer da mulher agricultora tem sido cada vez mais reconhecido como fundamental para o crescimento e desenvolvimento da agricultura (ZANCHI; SOUZA, 2018).

O reconhecimento deste papel fundamental da mulher agricultora é fruto de movimentos e reivindicações que ocorrem há décadas. Importantes pontos dessa trajetória podem ser destacados, Pimentel (2021) relata que desde a década de 1980 as mulheres rurais têm se mobilizado em movimentos que buscam viabilizar e fortalecer a participação mais ativa delas no meio rural. Neste sentido, Mendes *et al.* (2014) relacionam que a fim de ganhar força e melhor expressão nos processos de luta no meio rural as mulheres procuraram aumentar sua visibilidade política por meio de duas vias: o sindicalismo oficial e movimentos sociais rurais.

Diversos encontros, marchas e campanhas foram realizados e tais mobilizações resultaram em conquistas importantes para as mulheres na agricultura, na área da previdência e no direito à propriedade de terra bem como um aumento da visibilidade do trabalho que realizam (SANTOS *et al.*, 2020). Como alguns dos exemplos dessas mobilizações, Mendes *et al.* (2014) relatam a Marcha das Margaridas e o Movimento das Mulheres Camponesas como marcos nesse processo pois viabilizaram o contato direto entre a mulher agricultora e os entes governamentais em discussões a respeito de novas e antigas reivindicações das mulheres rurais.

Silva, Miller e Lichston (2021) contribuem para essa discussão com exemplos de outros importantes marcos na história da mulher na agricultura familiar, como a campanha #Mulheres Rurais, iniciada em 2015, que tem por objetivo buscar a valorização do trabalho da mulher agricultora, e a criação do selo “Aqui Tem Mulher Rural”, em 2018, que identifica a produção que foi realizada por mulheres dando visibilidade e contribuindo para a garantia da autonomia da mulher rural..

Tendo maior visibilidade política, as mulheres agricultoras começam a reconhecer seu fundamental papel e a se libertar de concepções históricas que as marginalizavam, é através destas lutas as mulheres tomam consciência do poder e influência que podem exercer dentro de suas famílias e comunidades (MENDES *et al.*, 2014) uma vez que, como destacado por Mesquita (2014), a mulheres exercem um papel fundamental na sobrevivência da agricultura familiar.

Nesse sentido, Zanchi e Souza (2018) ressaltam que a agricultora familiar é indispensável para garantir a segurança alimentar e a manutenção da unidade produtiva, o mesmo entendimento pode ser encontrado em Brandão *et al.*,(2019) que aprofundam esse tema relatando que a mulher garante a segurança alimentar de sua família pois cultiva ao redor de sua casa tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização, participa de atividades das hortas, desempenha atividades relacionadas a produção e troca de sementes e mudas entre as suas vizinhas.

Brandão *et al.*, (2019) também destacam a influência das mulheres rurais em suas comunidades ao afirmar que essas mulheres contribuem ativamente para a preservação ambiental e podem ser consideradas guardiãs da biodiversidade e diversidade de sementes e diferentes cultivos, os autores também destacam o papel da mulher rural na construção de associações de produtores e cooperativas contribuindo na troca de experiências de produção e comercialização da agricultura familiar.

Esse protagonismo da mulher agricultora pode ser evidenciado em três grandes esferas: 1) na esfera social, ao gerar ações das famílias agricultoras voltadas para um renascimento do campo como oportunidade de inclusão; 2) na esfera econômica, onde sua liderança impulsiona as atividades necessárias para avançar na superação da pobreza; 3) na perspectiva ambiental uma vez que suas ações contribuem para aplicação de boas práticas agrícolas e ambientais (PEÑA; SALAZAR; RAMÍRES, 2018).

Percebe-se então o quanto a mulher agricultora está inserida nos diferentes aspectos da agricultura familiar, contudo ponderações a respeito do volume de atividades que ela assume devem ser feitas. Silva, Miller e Lichston (2021) levantam o ponto de que ao desenvolver múltiplas atividades para complementar o sustento de suas famílias elas costumam extrapolar suas atividades nos setores agrícola, doméstico e comercial levando-as a uma jornada de trabalho exaustiva e quase sempre ignorada ou pouco apreciada pelos seus familiares.

Ainda que se tenha avançado no reconhecimento das conquistas mulheres agricultoras muitos desafios ainda precisam ser superados. Segundo Zanchi e Souza (2018) mesmo com significativas mudanças a favor das agricultoras permanece na sociedade rural um pensamento patriarcal que deslegitima os esforços femininos contribuindo para manter as agricultoras em um lugar subestimado. Inclusive nas estatísticas nacionais e estudos realizados se percebe essa subestimação, pouco é encontrado sobre a presença das mulheres no campo em termo numéricos e estatísticos, talvez por esse pensamento patriarcal, ou por não receberem remuneração pelos trabalhos que realizam ou até mesmo por desenvolverem atividades consideradas invisíveis em relação ao trabalho dos homens (PEÑA; SALAZAR; RAMÍRES, 2018).

Para melhor entender a dinâmica do trabalho na agricultura familiar e a mulher nesse contexto destaca-se o exposto na pesquisa de Silva e Valente (2013), que afirmam que usualmente nos estudos sobre a inserção das mulheres agricultoras nos espaços de trabalho adota-se uma nomenclatura na divisão destes espaços sendo eles: a) espaço reprodutivo, referindo-se a esfera do trabalho doméstico, caracterizado pelo autoconsumo; b) espaço produtivo em que se destaca a produção agropecuária alinhada com participações em atividades não agrícolas e espaços de decisão sendo estes aqueles de interação com o espaço públicos e, portanto as relações de poder que derivam dessas interações.

O espaço reprodutivo é aquele que coloca as atividades domésticas no centro da discussão é marcado pelo autoconsumo, pela realização das atividades que garantem o funcionamento diário da família, ou seja, a criação dos filhos, alimentação e saúde da família e é fortemente associado como papel exclusivo das mulheres (KEMPF; WEDIG, 2019).

Negretto e Silva (2018) e Herrera (2019) destacam que tal fato decorre de um contexto histórico de uma sociedade em que o capitalismo deslocou a agricultora de seu espaço caracterizando-a como um ser de reprodução restringida à esfera do trabalho doméstico.

.Neste contexto o espaço produtivo por outro lado é o que foca produção agropecuária em si, como o plantio e colheita da produção, ordenha de vacas, criação de pequenos animais, entre outros, seja para consumo imediato ou para comercialização em pequena escala, comumente associado aos homens da família por serem atividades que trazem retorno financeiro de forma mais visível (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019; SILVA; VALENTE, 2013; ZANCHI; SOUZA, 2018).

Contudo, a realidade é que muitas mulheres além do trabalho reprodutivo também são responsáveis por atividades do espaço produtivo assumindo jornadas de trabalho excessivas sem o devido reconhecimento de seus esforços (HERRERA, 2019; SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020). É o que Santos *et al.* (2020) destacam como o “*women’s triple role*”, o triplo papel das mulheres no campo, primeiramente, o papel na esfera reprodutiva, aquele associado ao papel de mãe, de gerar e cuidar dos descendentes e realizar as atividades para manutenção do núcleo familiar, seguido pelo trabalho na esfera produtiva que são as tarefas rurais que promovem diretamente a renda e por fim os aspectos do trabalho coletivo traduzidos em participação nos eventos comunitários e sociais.

Tal invisibilidade e falta de reconhecimento do trabalho da mulher agricultora segundo alguns autores ocorre pois as mulheres não são tidas como sócias da propriedade e, portanto, todo o trabalho realizado é caracterizado como ajuda (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019). Além disso, há também o fato de que geralmente são os homens responsáveis pela administração do dinheiro da família colocando a mulher numa posição de dependência, a condição de não poder decidir como controlar os recursos da família contribui ainda mais para a desvalorização da mulher agricultora sendo muitas vezes associada à violência e o desrespeito, tanto emocional quanto físico (PEÑA; SALAZAR; RAMÍRES, 2018; SILVA; VALENTE, 2013).

A falta de documentos da população rural é outro fator que contribui para que a invisibilidade da mulher agricultora, um estudo realizado por Mendes *et al.* em 2014 destacou que 40% da população rural não tinham documentação e destes 60% eram mulheres, correspondendo a cerca de 15 milhões de agricultoras sem documentos de identificação pessoal.

A dificuldade de acesso à internet é outro ponto que contribui para a invisibilidade da mulher no campo, a internet pode se caracterizar como um canal de contato das mulheres com

a sociedade ampliando sua participação como agente social e político, portanto, não ter acesso a este ou outros canais de comunicação podem ser impeditivos para a autonomia da mulher agricultora (SILVA, 2017).

Além destas dificuldades que contribuem para a invisibilidade da mulher rural tem o fato das próprias mulheres não se reconhecerem como trabalhadoras principalmente por realizarem tarefas que aparentemente não impactam economicamente na renda familiar ainda que no seu trabalho diário estejam inclusos esforços para manter a rotina de suas famílias e a elaboração de produtos que são vendidos em feiras locais e que geram renda, mesmo que em menor escala, para a propriedade (NEGRETTO; SILVA, 2018; OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019). E ainda que tenham consciência da importância de seus esforços e do processo de desvalorização e exploração de sua força de trabalho muitas mulheres expõe que a maternidade dificulta a participação delas na vida pública (NEGRETTO; SILVA, 2018).

Para mudar essa realidade e garantir a permanência e o avanço das mulheres no campo e por conseguinte da agricultura familiar como um todo, são necessárias políticas públicas que garantam o acesso à terra, à educação, ao lazer e a cultura, políticas que auxiliem na melhoria de renda e geração de emprego (MESQUITA, 2014).

Num contexto histórico Santos *et al.* (2020) relatam que como resposta às demandas das agricultoras por valorização e reconhecimento o governo criou em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que desenvolveu o Programa de Apoio a Mulher Rural que tinha por objetivo desenvolver planos de ação que proporcionassem melhores condições de trabalho para as agricultoras, contudo o conselho foi dissolvido e em um segundo momento com o Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985 o governo promoveu a redução das desigualdades de gênero nos assentamentos rurais incluindo as mulheres rurais na distribuição dos assentamentos, dando às mulheres o direito à propriedade e com isso possibilitando que as agricultoras alcançassem outras políticas de desenvolvimento econômico bem como o reconhecimento de seu trabalho na esfera produtiva.

Um importante aspecto para garantir que as mulheres tenham acesso às políticas públicas é a emissão de documentos pessoais, neste sentido, desde 1997 as mulheres rurais realizam movimentos e campanhas de conscientização que culminaram com a criação em 2004 do Programa Nacional da Trabalhadora Rural (PNDTR) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA (RAPOZO, 2019; SANTOS *et al.*, 2020).

Esses programas vêm gradualmente sendo intensificados por meio de diretrizes estabelecidas no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e pelo Plano Nacional da Agricultura Familiar, reforçados pelo Plano Nacional de Políticas para

as Mulheres, como por exemplo a criação do PRONAF-Mulher (SILVA, 2017) que se constitui numa linha de crédito do PRONAF voltada exclusivamente para facilitar o acesso das mulheres da agricultura familiar a recursos financeiros.

Segundo Mendes *et al.* (2014) essas ações governamentais auxiliam na valorização e reconhecimento dos esforços da mulher agricultora nos espaços reprodutivo e produtivo e possibilitam maior equilíbrio da desigualdade de gênero presente no campo, além de contribuírem para diminuição da pobreza e criação de condições dignas e justas para as mulheres. Esses mesmo autores continuam destacando que estes programas e ações do governo reconhecem a mulher como titular do lote ou parte essencial do núcleo familiar o que reflete em maior visibilidade da mulher nos espaços públicos. O acesso a um recurso financeiro auxilia a mulher agricultora a ter mais autonomia, gerando melhores condições de vida não apenas para si como também à sua família (FERNANDES; MOTA, 2014).

2.4 MULHERES E ACESSO AO CRÉDITO RURAL

O acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural surge como um dos resultados dos movimentos das mulheres, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, que buscavam reconhecimento de seu papel como agentes ativos na agricultura (SANTOS *et al.*, 2020), segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016) após o surgimento do PRONAF cresce a pressão para que este reconhecimento seja efetivado e o acesso ao crédito rural é levantado como uma das propostas para atingir este objetivo.

Contudo o acesso das mulheres ao PRONAF, por diversos fatores, acabou sendo restrito, dentre eles o fato de que os créditos do programa destinados às agricultoras não ultrapassavam 10% do montante concedido, além disso, o próprio CAF/DAP até a safra 2004/2005 não incluía as mulheres como titulares (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011; SANTOS *et al.*, 2020). A fim de incentivar o acesso das mulheres ao crédito o Governo Federal lançou em 2001 uma portaria que institui cotas de crédito do programa direcionado às agricultoras, definindo que 30% dos recursos do programa em cada Plano Safra deveriam ser destinados às mulheres (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Porém, mesmo com cotas destinadas as mulheres percebeu-se que as agricultoras não demandavam destes recursos por não terem conhecimento das linhas de crédito, a fim de sanar com este quadro, o governo lança então uma linha de crédito dentro do PRONAF, específica para as mulheres agricultoras, o PRONAF-Mulher (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Esta linha de crédito constitui-se como um crédito especial de

investimento para os interesses das esposas, companheiras e filhas dos agricultores familiares, com projetos que envolvam atividades agregadoras de renda, como por exemplo: o financiamento de hortas, roçados, criação de animais e produção de alimentos processados (ARAÚJO *et al.*, 2016; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016)

O PRONAF-Mulher foi criado como meio de atender as necessidades específicas dos projetos das agricultoras e é considerando um avanço nas conquistas da mulher rural, incide numa política afirmativa que tenta reparar a exclusão histórica destas no acesso às políticas públicas e aos recursos (ARAÚJO *et al.*, 2016; SILVA, 2017; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Para que as agricultoras familiares tenham acesso ao crédito em qualquer linha de financiamento do PRONAF, inclusive o PRONAF-Mulher, em termos práticos e burocráticos elas necessitam de documentação de identificação pessoal, o CAF/DAP e o projeto técnico que consiste no documento que relata o que deseja ser financiado, qual a atividade, a capacidade de gerar renda com essa atividade e se a mulher terá condições de pagar o valor financiado, tendo esses documentos ela deve se dirigir até uma instituição bancária credenciada ao programa para solicitar a liberação do recurso (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Apesar do interesse das mulheres em acessarem os recursos do PRONAF, a literatura aponta que elas enfrentam uma série de limitações. Uma dessas limitações seria a própria organização interna da família onde normalmente o homem é tido como tomador de crédito e responsável pelas decisões financeiras do núcleo familiar, resultando em baixa autonomia econômica e quase inexistente controle dos recursos financeiros por parte das mulheres que são vistas como prestadoras de auxílio ou contribuição (ARAÚJO *et al.*, 2016; BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; CARDOSO; LOPES, 2021; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Outra limitação é o receio em adquirir o crédito pelo medo de contrair a dívida e o risco de inadimplência, somado a isto está a questão de que são os homens que normalmente fazem o intermédio das informações referentes ao crédito e usualmente não compartilham sua situação pessoal perante créditos já tomados por exemplo, deixando para as mulheres a carga de contratarem novos financiamentos em razão do esgotamento da possibilidade de seus pais ou maridos de contratarem mais crédito (ARAÚJO *et al.*, 2016; SPANEVELLO *et al.*, 2020; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

A dificuldade de acesso a documentos é outra questão apresentada na literatura como fator que dificulta o acesso das mulheres ao crédito rural, seja documentação básica como as

de identificação pessoal e o CAF/DAP, ou o título de propriedade do lote como contrapartida ao crédito (ARAÚJO *et al.*, 2016). Ainda que o CAF/DAP, como afirmado por Santos *et al.* (2020), tenha sido reestruturado para incluir o nome do casal como titulares, a pesquisa de Brandão, Santos e Rist (2020) demonstrou que as mulheres ainda encontram dificuldade em acessar o CAF/DAP uma vez que os homens costumam normalmente serem os representantes da família.

No contexto de dificuldade de acesso aos documentos está outro fator que é a falta de assistência para elaborar o projeto técnico, segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), a ausência de uma assistência técnica na elaboração e acompanhamento da execução dos projetos é uma das principais dificuldades encontradas pelas mulheres que desejam acessar o PRONAF. Tal ponto é confirmado por Brandão, Santos e Rist (2020) que relatam em sua pesquisa que de maneira geral as mulheres entrevistadas concordaram que a assistência técnica as ajudaram no início de suas atividade agropecuárias pois elas não sabiam como lidar com as negociações e burocracias, ou seja, não ter assistência resultaria em dificuldade para acessarem o crédito rural.

Seguindo no contexto das dificuldades de acesso ao PRONAF identificadas na literatura está a falta de informação e esclarecimento sobre o programa, seus objetivos e requerimentos burocráticos, até mesmo quando cooperativas de crédito produzem material de comunicação estes acabam por reproduzirem padrões paternalistas e machistas com a mulher sempre em segundo plano (CARDOSO; LOPES, 2021). Além disso a falta de espaços que promovam o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos sobre questões técnicas e financeiras para as mulheres agricultoras familiares é outro fator que dificulta a sua autonomia (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Como mencionado anteriormente a ATER tem importante papel no auxílio das agricultoras no desenvolvimento de projetos técnicos necessários para obtenção de crédito rural, mas, para além disso, os agentes de ATER também auxiliam as agricultoras a iniciarem ou participarem de cooperativas e associações de agricultura familiar, ajudam as agricultoras no desenvolvimento de suas produções assim como as ajudam a lidar com as burocracias e participação nos programas governamentais (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020), este entendimento do papel exercido pelos os agentes de ATER é fortalecido pela concepção dos chamados “Burocratas de nível de rua” exposta por Lipsky (2019), para o autor são os esforços executados por esses trabalhadores do serviço público que efetivamente constituem os serviços disponibilizados pelo governo. Percebe-se então que uma ATER quando bem desenvolvida numa comunidade podem contribuir para a construção de equidade de gênero no

campo (SILVA *et al.*, 2020) sendo um facilitador para que as mulheres acessem as linhas de crédito do PROFIAP.

Estabelecer um bom canal de comunicação entre os entes governamentais e as agricultoras familiares é outro fator que contribui para que elas acessem o PRONAF, segundo Jesus *et al.* (2021) esta comunicação costuma ocorrer por três principais meios: a) as tecnologias de informação e comunicação (TIC), por exemplo, o rádio, a internet, o celular e o computador; b) a ATER e c) as redes de cooperação. Como demonstrado na pesquisa realizada por Spanevello *et al.* (2020) boa parte das entrevistadas que acessaram o crédito rural, obtiveram informações sobre o PRONAF por meio de programas de rádio apresentados pelos sindicatos e cooperativas. Silva (2017) também demonstrou em sua pesquisa que o uso de TIC é um forte fator para ampliar a comunicação entre as agricultoras e os entes governamentais e que o uso de telefones celulares no campo tem sido crescente devido a o baixo custo e praticidade do aparelho, sendo assim, iniciativas públicas que objetivam popularizar o acesso a internet no campo também se fazem necessárias.

As cooperativas e associações segundo Brandão, Santos e Rist (2020) facilitam o acesso das mulheres ao crédito rural, pois oferecem suporte na contabilização dos custos e lucros de suas produções e outros aspectos necessários para elaboração do projeto técnico além de promoverem *workshops* que encorajam e qualificam as mulheres para gerenciarem seus próprios projetos. Além disso, a organização das mulheres em grupos comunitários possibilita maior inclusão social, promovem a participação em ambientes em que ocorrem debates sobre temas como o acesso ao crédito rural e aumentam a oportunidade de diálogo entre o setor e os entes governamentais (MENDES *et al.*, 2014).

Como mencionado anteriormente o acesso a documentação básica é um fator importante para que as mulheres obtenham acesso ao crédito rural portanto como resposta as reivindicações de organizações de mulheres rurais o governo tem desenvolvido medidas para garantir a emissão de documentação básica das mulheres rurais, um exemplo dessas medidas é o PNDTR (RAPOZO, 2019).

São diversos os fatores encontrados na literatura que podem facilitar ou dificultar o acesso das mulheres agricultoras familiares ao crédito rural, para facilitar a compreensão desses fatores é possível encontrar no quadro 3 um resumo das dimensões encontradas na literatura que influenciam o acesso das mulheres ao crédito rural e os fatores associados a essas dimensões.

Quadro 3– Dimensões que influenciam no acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural.

Dimensões	Fatores		Fontes
	Dificultam	Facilitam	
Relações Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Agentes de ATER que não reconhecem o papel da mulher agricultora e, portanto não as apoiam no desenvolvimento de projetos técnicos; - Agências de concessão de crédito que desvalorizam o protagonismo feminino; - Poucos espaços que promovam o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos sobre questões técnicas e financeiras para as mulheres agricultoras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em espaços públicos que promovem debates sobre o tema; - Participação na vida comunitária; - Participação em associações e cooperativas de agricultura familiar; - Mudanças nas diretrizes das intuições de ATER bem como a avaliação da atuação dos agentes de ATER e o impacto dessas ações na consolidação das políticas públicas de apoio as mulheres rurais. 	Mendes <i>et al.</i> (2014); Spanevello, Matte e Borcardin (2016); Brandão, Santos e Rist (2020); Silva <i>et al</i> (2020); Cardoso e Lopes (2021).
Relação Familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Apenas o homem é reconhecido como possível tomador de crédito; - Homem como único responsável pelas decisões financeiras da família; - Baixa autonomia econômica e controle dos recursos financeiros pelas mulheres; - Desvalorização dos esforços da mulher nas esferas produtiva e reprodutiva; - Receio por parte da mulher em adquirir crédito e não poder honrar com os compromissos; - Endividamento dos maridos; - Homens que contratam crédito nos nomes das mulheres que elas assumam crédito para uso próprio. 		Spanevello, Matte e Borcardin (2016); Araújo <i>et al.</i> (2016); Brandão, Santos e Rist (2020); Spanevello <i>et al.</i> (2020).
Documentação exigida pelas instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de acesso a documentação de identificação pessoal devido marginalização do povo do campo e ainda mais da mulher rural; - Não possuir título de propriedade da terra, uma vez que as terras costumam serem passadas por geração em heranças que historicamente favorecem os homens das famílias; - Dificuldade de emitir o CAF/DAP, seja por motivo de desconhecer o processo de emissão ou de não ter ciência de seus direitos; - Dificuldade em elaborar e acompanhar do projeto técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas governamentais que promovem a documentação das mulheres rurais. Ex.: PNDTR - Campanhas de conscientização da importância de adquirir documentação; - Adequação dos formulários de registro das unidades produtivas familiares para incluírem obrigatoriamente as mulheres como titulares. - Agentes de ATER que apoiam as agricultoras a elaborarem os projetos técnicos. 	Araújo <i>et al.</i> (2016); Spanevello, Matte e Borcardin (2016); Rapozo (2019); Santos <i>et al.</i> (2020) Brandão, Santos e Rist (2020).

Divulgação e acesso às informações	<ul style="list-style-type: none"> - Homens que fazem o intermédio das informações referentes o PRONAF para a família; - Falta de informação e esclarecimento sobre o programa e suas linhas de crédito de modo claro; - Acesso à internet reduzido; - Gargalos na comunicação entre entes governamentais e agricultoras familiares; - Os produtos de comunicação que são pelas agências de crédito também reproduzem padrões machistas e paternalistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de rádio apresentados por cooperativas e sindicatos disponibilizando informações acerca do PRONAF; - Agências de crédito que operacionalizam as linhas de crédito do PRONAF e repassam as informações as possíveis interessadas através de seus técnicos; - Agentes de ATER que estabelecem comunicação direta e aberta com as agricultoras; - Aquisição de aparelhos de celular para busca de informações; Programas governamentais que promovem a internet do campo. 	Araújo <i>et al.</i> (2016); Silva (2017); Spanevello <i>et al.</i> (2020); Cardoso e Lopes (2021); Jesus <i>et al.</i> (2021).
------------------------------------	---	--	---

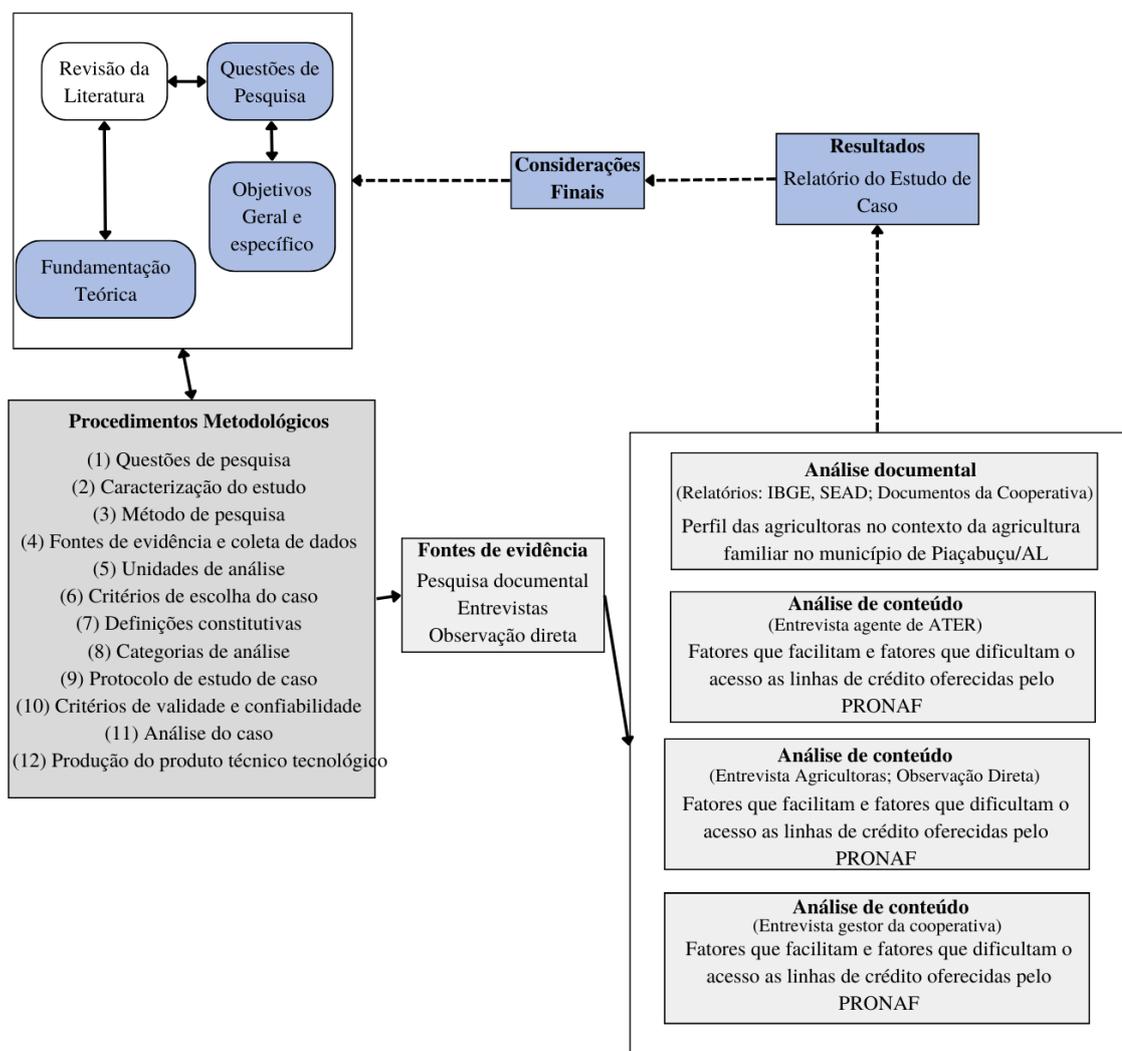
Fonte: Elaborado pela autora baseado nos estudos de Mendes *et al.* (2014); Araújo *et al.* (2016); Spanevello, Matte e Boscardin (2016); Silva (2017); Rapozo (2019); Brandão, Santos e Rist (2020); Silva *et al.* (2020); Spanevello *et al.* (2020); Santos *et al.* (2020); Spanavello *et al.* (2020); Jesus *et al.* (2021); Cardoso e Lopes (2021).

Um fator que parece perpassar as dimensões é o relacionado ao acesso as informações, conhecimento e educação que como exposto por Araújo *et al.* (2016) possibilita a inclusão social, a efetivação de direitos, assim como interfere no potencial de conseguir renda e com isso aumentar a qualidade de vida. O que tem se observado é que quando as mulheres acessam o crédito rural de forma consciente e planejada aumentam sua participação nas atividades produtivas de maneira que conduza a construção de sua independência e acesso a bens e serviços para si e seus familiares (ARAÚJO *et al.*, 2016; SILVA, 2017; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Neste sentido, é necessário que haja esforço por parte de entes governamentais e privados associados ao PRONAF em entender a realidade atual e as necessidades das mulheres agricultoras familiares com o objetivo de conduzir da melhor maneira possível o programa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão descritos os procedimentos metodológicos que foram adotados no desenvolvimento da pesquisa. Serão abordados a questões de pesquisa, a caracterização do estudo, o método de pesquisa, as fontes de evidências (abrangendo o processo de coleta de dados), as unidades de análise, os critérios de escolhas dos casos, as definições constitutivas, as categorias de análise e os elementos de análise, o protocolo de estudo de caso, os critérios de validade e confiabilidade, como será realizada a análise dos casos e, por fim, as limitações da pesquisa. A figura 2 apresenta o desenho da pesquisa com ênfase nos procedimentos metodológicos.

Figura 2– Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

3.1 QUESTÕES DE PESQUISA

Esta pesquisa pretende responder a seguinte questão: como tem sido o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL? e, com base nesta questão geral foram definidas as seguintes questões de pesquisa:

a) Qual o perfil das agricultoras no contexto da agricultura familiar do município de Piaçabuçu/AL?

b) Quais os fatores que dificultam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL?

c) Quais os fatores que facilitam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras do município de Piaçabuçu/AL?

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

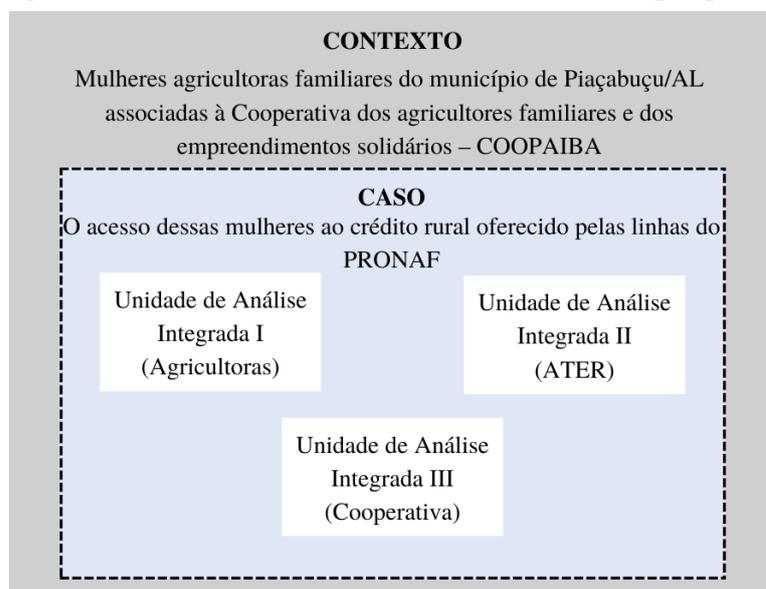
Para alcançar o objetivo desta pesquisa optou-se por realizar um estudo qualitativo de cunho descritivo. Define-se esse estudo como qualitativo, pois ao buscar compreender o acesso e utilização do crédito rural no contexto da mulher agricultora é preciso identificar suas experiências e o cotidiano de suas vidas, segundo Flick (2009) o uso da metodologia qualitativa possibilita ao pesquisador obter conhecimento das interações sociais e determinados fenômenos nos quais os atores entrevistados estão envolvidos.

De forma complementar, o caráter descritivo de uma pesquisa segundo Gil (2008) se apresenta quando pretende-se descrever características de certa população ou fenômeno, além do levantamento de opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população. Neste sentido para compreender o fenômeno a ser estudado também se fez necessário descrever as características das mulheres agricultoras e o contexto no qual elas estão inseridas, uma vez que estas características influenciam diretamente nas relações e interações que as agricultoras estabelecem entre si e com os demais atores que estão de alguma maneira envolvidos no processo de concessão de crédito rural.

3.3 MÉTODO DE PESQUISA

O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso único integrado. Nesta pesquisa o estudo de caso se mostra mais condizente, pois o pesquisador não possui controle sobre os indivíduos ou eventos e, o foco estará sobre um fenômeno no contexto da vida real (YIN, 2015), além disso, o estudo de caso único é justificável quando se percebe que dentro de um contexto comum é possível obter valiosos *insights* sobre processos sociais relacionados ao interesse teórico em questão. Nesse sentido, se têm como contexto nesta pesquisa, as mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL associadas à Cooperativa dos agricultores familiares e dos empreendimentos solidários – COOPAIBA, sendo o caso caracterizado como o acesso dessas mulheres ao crédito rural oferecido pelas linhas do PRONAF. A figura 3 apresenta a relação do contexto, caso e unidades de análise desta pesquisa. A linha pontilhada entre o contexto e o caso demonstra que os limites entre o contexto e o caso estudado não é rígido (YIN, 2015).

Figura 3 – Contexto, caso e unidades de análise da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 FONTES DE EVIDÊNCIAS

Como fontes de evidência foram utilizadas principalmente entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres agricultoras do município de Piaçabuçu/AL que são associadas à cooperativa e, além disso, fazem parte de uma associação em seu povoado, a Associação dos Agricultores do Povoado de Retiro. Também foram fontes de evidencia

entrevistas realizadas com dois diretores da cooperativa sendo que um deles também é agente de ATER e com sua equipe atua junto às agricultoras. Conforme destacado por Fernandes *et al.* (2016) o uso de entrevistas semiestruturadas permite que o pesquisador inicie a entrevista com perguntas previamente estabelecidas mas dá a liberdade para que outras questões sejam adicionadas no decorrer da entrevista caso julgue necessário, uma vez que na fala dos entrevistados podem surgir pontos anteriormente desconhecidos pelo pesquisador.

Além da entrevista foram utilizadas como fontes de evidencia a observação direta e documentos. Em relação à observação direta pretendeu-se adotar uma observação direta informal buscando captar nuances do cotidiano das mulheres agricultoras e de suas relações sociais e familiares que não foram abordadas durante a entrevista, segundo Yin (2015) o pesquisador pode optar por realizar a observação direta de modo mais informal ao longo das visitas de campo e realização das entrevistas sem a necessidade do desenvolvimento de instrumentos observacionais no protocolo de estudo de caso. Os documentos digitais da SEAD e do IBGE bem como os documentos da cooperativa, foram outra fonte de evidências da pesquisa. A triangulação entre essas três fontes aumenta a confiabilidade da pesquisa, já que permite múltiplas avaliações de um mesmo fenômeno (YIN, 2015). O detalhamento da coleta de dados dessas fontes de evidências é melhor apresentado no subtópico a seguir.

3.4.1 Coleta de Dados

A coleta de dados foi feita por meio dados primários como entrevistas semiestruturadas e de dados secundários, como a análise dos documentos e observação direta. Mais detalhes das técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa são apresentados a seguir:

(1) Análise de documentos: A coleta de dados por meio de documentos foi conduzida ao longo de toda a pesquisa, em um primeiro momento foram analisados artigos, teses, dissertações e livros a fim de realizar um levantamento da literatura e referencial teórico além da definição dos objetivos e questão de pesquisa. Num segundo momento coletaram-se dados de documentos relativos aos objetivos específicos da pesquisa. Esses documentos foram os relatórios do painel de políticas públicas disponibilizado digitalmente pela SEAD, o Censo Agropecuário 2017 realizado pelo IBGE e alguns documentos da cooperativa relativos ao treinamento e capacitação realizados com as agricultoras. A partir dos documentos da SEAD e do IBGE foram coletados dados que auxiliaram na caracterização do perfil e contexto no qual as mulheres agricultoras familiares estão inseridas no município de Piaçabuçu/AL, como

as características geográficas gerais do município, o quantitativo de CAF/DAP que foram emitidas no município e quantos dessas foram emitidas para mulheres, a quantidade de contratos do PRONAF que foram realizados no município, e a quantidade de estabelecimentos agropecuários e a relação de mulheres responsáveis por esses estabelecimentos. Os dados coletados dos documentos da cooperativa referem-se ao conteúdo e informações sobre o PRONAF e o CAF/DAP que são usualmente repassadas às agricultoras durante eventos, treinamentos e capacitações realizados pela cooperativa, além de dados gerais sobre a cooperativa, sua fundação, princípios e quantidade de cooperados associados.

(2) Observação direta: A observação direta foi empregada *in loco* durante a realização das entrevistas. Mais especificamente durante as entrevistas realizadas com as agricultoras na sede da Associação dos Agricultores do Povoado de Retiro, povoado este que faz parte do município de Piaçabuçu/AL e na sede da cooperativa durante a realização de entrevistas com os diretores da cooperativa. Apesar de a observação direta informal não exigir que um planejamento prévio ou instrumento observacional seja redigido (GIL, 2008; YIN, 2015) optou-se por delinear algumas questões que poderiam ser observadas durante as entrevistas. Em relação às entrevistas com as mulheres agricultoras observaram-se as questões familiares, como relacionamento com filhos e maridos e a dinâmica de trabalho na residência. Em relação às entrevistas realizadas com os diretores foram observadas questões de relação e acessos desses atores às agricultoras, como o canal de comunicação e facilidade de contato. Os registros das observações foram realizados pela pesquisadora em um caderno de notas, imediatamente após a realização da entrevista.

(3) Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas foram realizadas no período de 06 a 08 de fevereiro de 2023 no município de Piaçabuçu/AL. As entrevistas com o diretor industrial e com o diretor secretário geral foram realizadas na sede da COOPAIBA, para a entrevista com o diretor industrial foi realizado agendamento prévio via telefone e a partir desta entrevista surgiram indicações de que agente e quais agricultoras é que poderiam ser entrevistados. As entrevistas com as agricultoras foram agendadas com auxílio de um agente de ATER que atua no núcleo de ATER da cooperativa e realizadas na sede da Associação dos Agricultores do Povoado de Retiro, este povoado faz parte do município de Piaçabuçu. Para as entrevistas foram seguidas as orientações gerais apresentadas no quadro 9 do protocolo de estudo de caso (Apêndice D). As entrevistas foram gravadas em um aparelho gravador de voz e no celular da pesquisadora e posteriormente transcritas com auxílio de uma ferramenta de transcrição do Google – Google *Cloud Speech-to-text*. O conteúdo dessas entrevistas foi analisado por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016).

Durante todo o processo de coleta de dados tanto o protocolo de estudo de caso quanto os objetivos específicos foram revisitados a fim de manter o processo alinhado com o objetivo geral da pesquisa. No quadro 4 a seguir é apresentada a relação dos objetivos específicos com as fontes de evidências utilizadas na pesquisa.

Quadro 4 – Relação entre objetivos específicos e fontes de evidências.

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Principal fonte de evidência	Triangulação com:
Analisar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL.	a) Caracterizar o perfil no contexto das agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL.	Análise Documental	Entrevistas Semiestruturadas Observação Direta
	b) Compreender os fatores que dificultam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL	Entrevistas Semiestruturadas	Análise documental Observação Direta
	c) Compreender os fatores que facilitam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras do município de Piaçabuçu/AL	Entrevistas Semiestruturadas	Análise documental Observação Direta
	d) Desenvolver de forma física e virtual uma cartilha apresentando as especificidades da mulher agricultora do município de Piaçabuçu/AL bem como informações que contribuam para que as mulheres acessem e utilizem as linhas de crédito do PRONAF, e divulgação de vídeos curtos com esses passos em plataformas sociais	Triangulação das três fontes de evidências: Análise documental, fonte de evidências e observação direta.	

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 UNIDADES DE ANÁLISE

De acordo com Yin (2015) para realização do estudo de caso e compreensão do fenômeno deve-se definir os limites do objeto a ser estudado, ou seja, é necessário definir o foco da pesquisa para extração de informações para análise. Por se tratar de um estudo de caso único integrado são identificadas mais de uma unidade de análise. As mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL associadas à COOPAIBA e suas famílias se

constituem com uma das unidades de análise, pois a partir da análise das experiências dessas mulheres no acesso ou não acesso ao PRONAF, será possível debruçar no ponto de vista daquelas que são o público-alvo do programa. A COOPAIBA e a ATER, presente no município, são outras unidades de análise uma vez que costumam atuar como elo entre as agricultoras e o PRONAF acompanhando, divulgando informações e apoiando as agricultoras nos requisitos técnicos para acesso ao programa. O quadro 5 apresenta as unidades de análise e os sujeitos de análise bem como os instrumentos de coleta de dados relacionados a essas unidades de análise.

Quadro 5 – Unidade de análise, sujeitos de análise e instrumentos de coleta de dados.

Unidade de análise	Sujeitos de análise	Instrumento de coleta de dados
Agricultoras familiares e suas famílias	Agricultoras	Entrevista semiestruturada; Observação Direta.
COOPAIBA	Gestor da cooperativa	Entrevista Semiestruturada; Documentos.
ATER	Agente de ATER	Entrevista Semiestruturada.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.6 CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO CASO

A pesquisa foi conduzida por estudo de caso único integrado (YIN, 2015), sendo o caso: o acesso das mulheres agricultoras familiares associadas à COOPAIBA ao crédito rural oferecido pelas linhas do PRONAF, no município de Piaçabuçu/AL. O caso foi selecionado por questões que facilitam a acessibilidade da pesquisadora às unidades de análise. Além disso, o caso se tornou objeto de estudo pois em revisão bibliográfica prévia percebeu-se que no município o número de mulheres que contratam as linhas de crédito do PRONAF não é significativo em relação ao número de estabelecimentos agropecuários conduzidos por mulheres e o total geral de contratos do PRONAF realizados. De acordo com os relatórios da SEAD (2022) e o Censo Agropecuário de 2017, no período de 2013 a 2018 apenas oito dos 1.174 contratos do PRONAF no município foram realizados exclusivamente por mulheres.

Ter acesso a um recurso financeiro possibilita que a agricultora possua mais autonomia, gere renda e melhores condições de vida para si, sua família e comunidade (FERNANDES; MOTA, 2014), portanto tal fenômeno levantou o pressuposto de que existem fatores que dificultam o acesso das mulheres ao PRONAF.

Sendo assim, pesquisar esses fatores a partir das experiências vividas pelas mulheres rurais e suas famílias contribui para o desenvolvimento de um programa que melhor atinja seu público-alvo. A literatura também aponta que as cooperativas (BRANDÃO; SANTOS; RIST,

2020), e a ATER (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016) são atores envolvidos no acesso das agricultoras ao crédito rural. As agricultoras familiares e suas famílias, a cooperativa e a ATER se caracterizam, portanto, como unidades de análise desse estudo de caso, o quadro 6 apresenta as unidades de análise, os sujeitos de análise e os critérios de escolha para inclusão na pesquisa.

Quadro 6 – Unidades de análise e critérios de escolha.

Unidade de análise	Sujeitos de análise	Crítérios de Escolhas
Agricultoras familiares e suas famílias	Agricultoras	- Pertença a agricultura familiar; - Esteja localizada no município de Piaçabuçu/AL; - Seja associada a COOPAIBA.
COOPAIBA	Gestor da cooperativa	- Seja um dos gestores da COOPAIBA.
ATER	Agente de ATER	- Apoie diretamente as agricultoras familiares selecionadas para as entrevistas.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.7 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS.

Definir os termos, conforme Marconi e Lakatos (2003), é uma importante etapa da pesquisa, pois auxilia o pesquisador a se manter no foco do estudo e contribui para melhor compreensão do fenômeno estudado aumentando a confiabilidade e validade da pesquisa. Estas definições, segundo as mesmas autoras, podem ser divididas entre simples (ou constitutivas) e operacionais. Para esse estudo adotou-se o uso das definições constitutivas que são tipicamente aquelas que traduzem de maneira geral o significado do termo (MARCONI; LAKATOS, 2003). O quadro 7 apresenta as definições constitutivas dos termos adotados nesta pesquisa:

Quadro 7 – Definições constitutivas.

Termos	Definições Constitutivas
Agricultura Familiar	Empreendimento conduzido no meio rural e por membro familiar, a mão de obra da própria família, área não ultrapassa quatro módulos fiscais e a renda da família é vinculada ao próprio empreendimento.
Mulher Agricultora	Mulher produtora rural integrante da unidade familiar, independente do seu estado civil.
Crédito Rural	Financiamento que se destina ao segmento rural. Os recursos financeiros são concedidos por instituições financeiras para que os produtores rurais utilizem de diversas maneiras em seus empreendimentos rurais. O crédito possui quatro finalidades: crédito de custeio, crédito de investimento, crédito de comercialização e crédito de industrialização.

Acesso ao crédito rural	Contratação efetiva de empréstimo para financiamento e/ou investimento no empreendimento rural.
-------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

3.8 CATEGORIAS DE ANÁLISE.

A *a priori* foram identificadas na literatura quatro categorias de análise e suas subcategorias. O quadro 8 apresenta essas categorias e subcategorias que foram utilizadas para análise dos casos estudados nesta pesquisa.

Quadro 8 – Categorias e subcategorias de análise.

Categorias de Análise	Subcategorias de Análise	Fontes
Relações Sociais	Relação com ATER	Mendes <i>et al.</i> (2014); Spanevello, Matte e Boscardin (2016); Brandão, Santos e Rist (2020); Silva <i>et al.</i> (2020); Cardoso e Lopes (2021).
	Participação em cooperativas ou associações	
	Participação em espaços de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos sobre questões técnicas e financeiras	
Relação Familiar	Processo de gerenciamento e participação na propriedade	Spanvello, Matte e Borcardin (2016); Araújo <i>et al.</i> (2016); Brandão, Santos e Rist (2020); Spanevello <i>et al.</i> (2020).
	Autonomia e controle de recursos financeiros	
	Divisão do trabalho	
Documentação exigida pelas instituições financeiras	Documentação de identificação pessoal	Araújo <i>et al.</i> (2016); Spanvello, Matte e Borcardin (2016); Rapozo (2019); Santos <i>et al.</i> (2020); Brandão, Santos e Rist (2020).
	Documentação exigida pelas instituições financeiras	
	Emissão do CAF/DAP	
Divulgação e Acesso às Informações	Acesso e utilização das TIC	Araújo <i>et al.</i> (2016); Silva (2017); Spanavello <i>et al.</i> (2020); Cardoso e Lopes (2021); Jesus <i>et al.</i> (2021).
	Produtos de comunicação midiáticos	
	Intermédio das informações entre entes governamentais e agricultoras	

Fonte: Elaborado pela autora baseado nos estudos de Mendes *et al.* (2014); Araújo *et al.* (2016); Spanevello, Matte e Boscardin (2016); Silva (2017); Rapozo (2019); Brandão, Santos e Rist (2020); Silva *et al.* (2020); Spanevello *et al.* (2020); Santos *et al.* (2020); Spanavello *et al.* (2020); Jesus *et al.* (2021); Cardoso e Lopes (2021).

3.9 PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO

Para esta pesquisa foi elaborado um protocolo de estudo de caso (Apêndice D) que segundo Yin (2015) é uma maneira de aumentar a confiabilidade da pesquisa uma vez que orienta o pesquisador no processo de coleta de dados e assegura um planejamento adequado e assertivo da pesquisa, mantendo o alvo do pesquisador no tópico do estudo de caso e o forçando a antecipar eventuais problemas e necessidades que possam ocorrer durante a pesquisa e tratamento de dados e posterior relatório de estudo de casos.

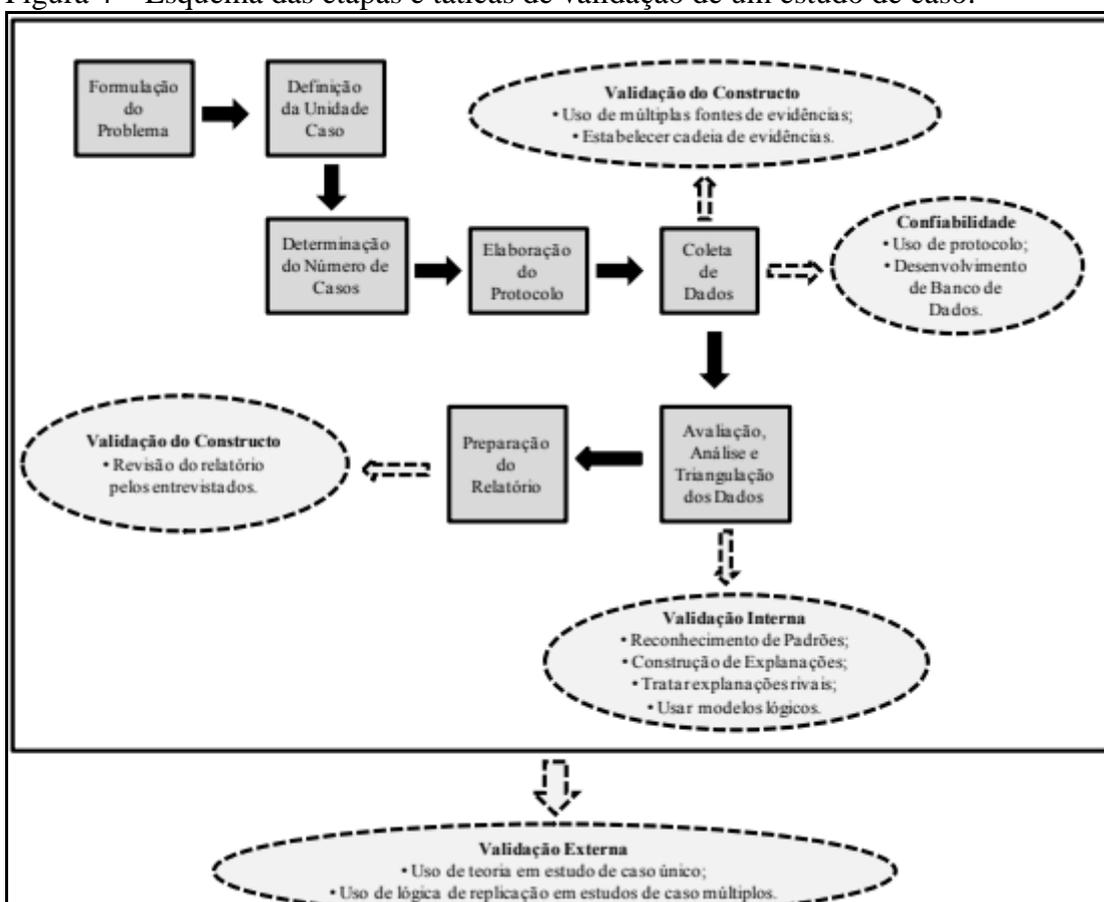
O modelo de protocolo aqui utilizado é baseado no modelo proposto por Yin (2015) e é dividido em quatro seções, são elas: (A) Visão geral do estudo de caso e finalidade do

protocolo; (B) Procedimento de Coleta de Dados; (C) Questões da coleta de dados; e (D) Guia do relatório do estudo de caso.

3.10 CRITÉRIOS DE VALIDADE E CONFIABILIDADE

Com base no proposto por Yin (2015) o fluxo da figura 4 elaborado por Lima *et al.* (2012) esquematiza o modelo dos critérios de validação e confiabilidade que serão adotados neste estudo de caso.

Figura 4 – Esquema das etapas e táticas de validação de um estudo de caso.



Fonte: Lima *et al.* (2012, p. 134)

Validade do constructo: Em relação a validação do constructo da pesquisa, o mesmo surgiu a partir de pesquisas que apontam a existências de fatores que dificultam e facilitam o acesso ao PRONAF (DANTAS; AQUINO, 2018; FERNANDES, 2013; GUEDES; CARVALHO, 2017; JORDÃO; SILVA; CARVALHO, 2019; LIMA; MEDEIROS; SILVA, 2019; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016) e é considerado validado pelo uso de múltiplas fontes de evidência que estão diretamente ligadas ao constructo e ao fenômeno pesquisado neste estudo de caso.

Confiabilidade: Em relação à confiabilidade, para esta pesquisa foi redigido um protocolo de estudo de caso discriminando quais os meios de coleta de dados e banco de dados que serão utilizados. Validação Interna: Não se aplica por ser um estudo de caso descritivo (YIN, 2015).

3.11 ANÁLISE DO CASO

Em relação a análise do caso o relatório do estudo de caso segue o formato proposto por Yin (2015) em que o relatório completo consiste inicialmente em diferentes seções onde cada entrevistado é descrito e analisado individualmente e depois de feita essas análises individuais o relatório completo também conta com uma seção específica para análise comparativa cruzando as informações para obtenção de resultados que atendam aos objetivos geral e específicos da pesquisa. Dessa forma pretende-se atingir os princípios evidenciados por Yin (2001) para trazer qualidade à análise: abranger as principais interpretações concorrentes, análise baseada em evidências relevantes, análise dedicada aos aspectos com maior significância para o estudo dos casos em questão, utilizar conhecimento prévio alinhado com o referencial teórico da pesquisa.

Os dados coletados das fontes de evidências deste estudo de caso são tratados por meio da análise de conteúdo compreendida como um conjunto de técnicas metodológicas de análise de comunicações que possibilita a identificação dos inúmeros sentidos contidos nos conteúdos verbais ou não por meio de uma sistematização de métodos de análise de dados (SOUSA; SANTOS, 2020). A análise de conteúdo é estruturada por Bardin (2016) em três fases que serão adotadas nesta pesquisa: 1) a pré-análise que consiste principalmente na fase de organização, com a leitura flutuante, a escolha dos documentos, reformulação de objetivos e hipótese e a formulação de indicadores; 2) a exploração do material; 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

1ª Fase – Pré-análise: Esta fase teve início com a leitura flutuante de todo o material recolhido durante o processo de coleta de dados. Selecionou-se em seguida os materiais para a integração do *corpus* da análise de conteúdo, esta seleção foi realizada seguindo as regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2016). O processo de preparação desse material desenvolveu-se por meio da organização dos dados das três fontes de evidências expostas anteriormente. As entrevistas foram transcritas utilizando o Google *Cloud Speech-to-text* e exportadas para um arquivo do software Microsoft Word, os registros provenientes das observações anotadas no caderno de notas foram transcritos para um arquivo

do software Microsoft Word assim como os registros originários da análise documental. Destaca-se que a fim de garantir o anonimato dos entrevistados estes não foram identificados na análise, mas tratados por meio de codificação, sendo denominados: Entrevistado A – Diretor Industrial da Cooperativa; Entrevistado B – Diretor Secretário Geral da cooperativa e Agente de ATER; Entrevistada C – Agricultora 1; Entrevistada D – Agricultora 2; Entrevistada E – Agricultora 3; Entrevistada F – Agricultora 4. Por fim, os materiais do *corpus* de análise de conteúdo foram importados no software Mendeley para melhor gerenciamento do banco de dados.

2ª Fase – Exploração: Após a organização dos materiais e importação no software Mendeley, utilizou-se as ferramentas de destaque e notas do programa para codificação das falas dos entrevistados bem como dos trechos das anotações das observações e da análise documental. A codificação foi feita utilizando-se como referência as categorias e subcategorias de análise definidas *a priori* e expostas no quadro 8 apresentado anteriormente. Após feita a codificação os trechos foram reunidos e organizados em documentos do Microsoft Word para posterior tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os documentos foram divididos por categoria referenciando, novamente, as categorias e subcategorias apresentadas anteriormente.

3ª Fase – Tratamento dos resultados obtidos e interpretações: Nesta fase, considerada a fase final da análise de conteúdo, são realizadas as inferências e interpretações dos dados coletados e explorados nas fases anteriores. Depois de categorizados os dados destacados das falas e trechos dos documentos foram analisados sob a ótica da triangulação de dados observando-se as diferenças e semelhanças existentes entre eles, buscando a captação e constituição de inferências que norteassem a análise e trouxessem resultados para os objetivos propostos na pesquisa.

Utilizou-se também a técnica de análise documental para os dados coletados dos documentos citados anteriormente: relatórios do painel de políticas públicas disponibilizado digitalmente pela SEAD, o Censo Agropecuário 2017 realizado pelo IBGE e documentos da cooperativa relativos ao treinamento e capacitação realizados com as agricultoras. A análise documental consiste num método ou técnica de análise de dados que visa a “identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2011, p. 11). Após definição dos documentos a serem analisados, deve-se definir os conceitos e termos de análise, seguido pela leitura e interpretação dos significados contidos nos documentos fazendo relação entre a interpretação desses significados e os termos definidos anteriormente. Os documentos coletados durante a pesquisa foram selecionados, organizados e importados no

software Mendeley para melhor gerenciamento do banco de dados. Buscou-se nos documentos informações que auxiliassem na caracterização do perfil no contexto no qual as mulheres agricultoras familiares estão inseridas no município de Piaçabuçu/AL, como as características geográficas gerais do município, o quantitativo de CAF/DAP que foram emitidas no município e quantos dessas foram emitidas para mulheres, a quantidade de contratos do PRONAF que foram realizados no município, e a quantidade de estabelecimentos agropecuários e a relação de mulheres responsáveis por esses estabelecimentos. Além disso, também se buscou coletar dados dos documentos relativos às categorias definidas a *priori*, expostas no quadro 8. Os dados coletados dos documentos da cooperativa referem-se ao conteúdo e informações sobre o PRONAF e o CAF/DAP que são usualmente repassadas às agricultoras durante eventos, treinamentos e capacitações realizados pela cooperativa, além de dados gerais sobre a cooperativa, sua fundação, princípios e quantidade de cooperados associados. Os dados coletados dos documentos foram então analisados sob a perspectiva de triangulação com os dados coletados das demais fontes de evidências.

Como mencionado anteriormente, os dados coletados das múltiplas fontes de evidências foram abordados por meio da triangulação de dados (YIN, 2015), onde os registros da análise documental e das anotações das observações foram articulados em confronto com os dados levantados das inferências e interpretações resultantes da análise de conteúdo das entrevistas.

3.12 PRODUÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

A partir dos resultados e discussão dos dados analisados neste estudo, constatou-se a existência de fatores que dificultam e facilitam o acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural e que tais fatores podem ser agrupados em quatro grandes dimensões: Relações Sociais, Relação Familiar, Documentação exigida pelas instituições financeiras e Divulgação e acesso às informações. Levando em consideração tais fatores constatados, formulou-se como proposta de produto técnico uma cartilha e um conjunto de produtos midiático. Tal produto pode ser viabilizado, física e/ou virtualmente, para as agricultoras por meio das ações das Empresas de ATER, das cooperativas e associações de agricultores familiares e entre as próprias agricultoras.

A confecção do produto foi realizada utilizando da plataforma online de design gráfico – Canva. Foram feitos os seguintes materiais: a) uma cartilha; b) dois infográficos; c) uma página na plataforma do Instagram; e d) uma página na plataforma do Youtube.

a) Cartilha

A cartilha recebeu o seguinte título: Cartilha de Acesso ao Crédito Rural – PRONAF – Veja como obter crédito para a agricultura familiar. Trata-se de uma cartilha com conteúdo didático e acessível para os agricultores familiares que desejem obter informações sobre o PRONAF. Nele estão informações sobre o que é o programa, algumas das linhas de crédito disponível, dentre elas o PRONAF Mulher, a documentação necessária e alguns benefícios especiais do programa como o seguro da agricultura familiar. Todos estes foram tópicos identificados na pesquisa como informações de difícil acesso.

b) Infográficos

Os infográficos foram intitulados “Jornada de acesso ao crédito rural”, foram confeccionadas duas versões de infográfico contendo os principais passos para que o agricultor acesse o crédito rural.

c) Página na plataforma do Instagram

O nome da página no Instagram é “Conhecendo o Pronaf” e foi criada para compartilhar informações gerais sobre o PRONAF. Não se pretende ter atualizações constantes da página, ao invés disso já foram disponibilizados *posts* permanentes. Na pesquisa, alguns entrevistados afirmaram que páginas do Instagram ou Facebook, sobre o programa, poderiam facilitar o acesso ao crédito rural. Nesta página também estão disponíveis links para o acesso ao canal do Youtube e download da cartilha e dos infográficos.

d) Página na plataforma do Youtube

O canal no Youtube também recebe o nome de “Conhecendo o Pronaf” e foi criado no intuito de facilitar o compartilhamento de informações sobre o PRONAF através de vídeos curtos animados.

O relatório/produto técnico tecnológico pode ser melhor visualizado no Apêndice E deste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

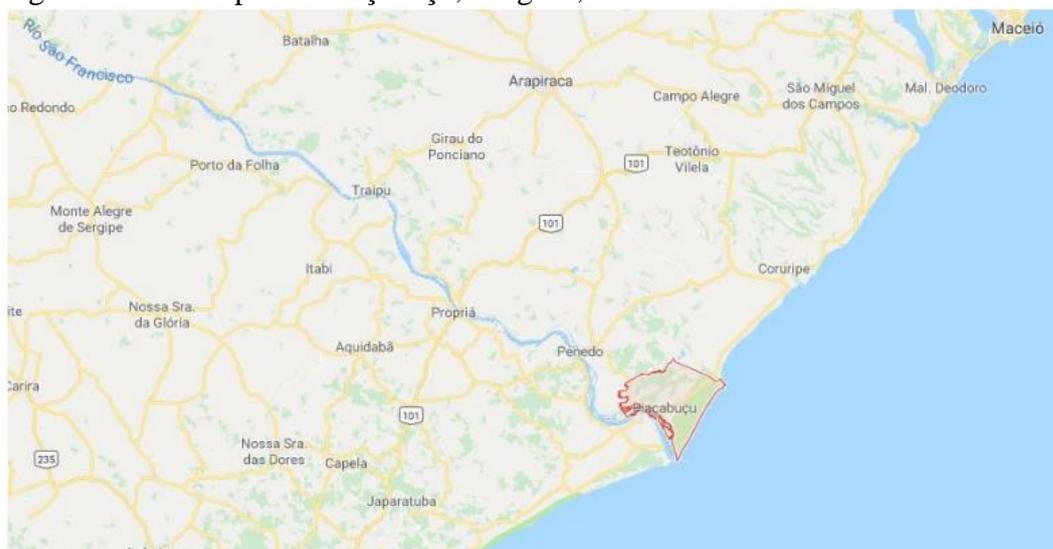
Nesta seção são apresentadas as análises e discussões dos resultados da pesquisa. Divide-se esta seção em 3 partes, inicialmente é apresentada a caracterização do município de Piaçabuçu/AL e perfil das agricultoras familiares no contexto da agricultura familiar deste município; a segunda parte apresenta a análise individual dos entrevistados, com dados oriundos das entrevistas realizadas e triangulados com dados de observação direta e análise dos documentos, expondo quais fatores que dificultam e facilitam o acesso ao PRONAF segundo cada entrevistado; a terceira parte também apresenta os fatores que dificultam e facilitam o acesso ao PRONAF porém analisados sob uma perspectiva comparativa, ou seja, cruzando e comparando as informações obtidas a partir do ponto de vista levantado por cada entrevistado com as informações oriundas da observação direta e análise documental.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU/AL E DO PERFIL DAS AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO

Neste tópico serão enfatizados os aspectos referentes à geografia do município, exploração agrícola, cooperativismo e números de acesso ao crédito do PRONAF pelos agricultores familiares locais.

O município de Piaçabuçu está situado no litoral sul do estado de Alagoas, fazendo divisa com o estado de Sergipe e cerca de 135 km de distância da capital Maceió/AL. Segundo dados do IBGE (2010) a área total do município é de 240,01 km² e densidade demográfica 71,68hab./km². A localização do município pode ser melhor visualizada na figura 5.

Figura 5 – Município de Piaçabuçu, Alagoas, 2023.



Fonte: Google Maps, 2023

Em relação às características da população, segundo dados do IBGE (2010), esta é composta por 17.203 habitantes, dos quais 10.436 residem em zona urbana e 6.767 em área rural. Por estar localizado na foz do Rio São Francisco o município possui grande biodiversidade, tanto na flora quanto na fauna. Diante de tal diversidade e problemáticas relacionadas à situação de vulnerabilidade socioeconômica e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a economia do município baseia-se principalmente na agropecuária com destaque para as atividades de agricultura e atividade pesqueira com um forte predomínio de agricultura familiar (CARVALHO, 2019; MACIEL, 2020).

Dentre as atividades de agricultura destacam-se o cultivo do coco e o extrativismo da aroeira-rosa. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 o número total de estabelecimentos agropecuários no município é de 206 e desses 140 foram classificados como estabelecimentos com 50 pés e mais de coco, e pela localização do município na região do baixo rio São Francisco existe alta incidência de aroeira-rosa na região (MACIEL, 2020).

A agricultura familiar no município é em grande parte apoiada pela presença de associações e cooperativas, nesta região estão registradas duas grandes cooperativas: A Coopaiba e a Cooperativa Ecoagroextrativista Aroeira de Piaçabuçu (OCB, 2023).

4.1.1 Coopaiba

A Coopaiba possui sede em Piaçabuçu, no estado de Alagoas, e realiza um trabalho de incentivo a geração de renda por meio do cultivo do coco (BENSO, 2021). De acordo com documentos da cooperativa, disponibilizados durante a pesquisa de campo, a mesma foi

fundada em 2002, mas por motivos maiores permaneceu fechada até sua reinauguração em 2016. Segundo Entrevistado A, o coco utilizado na produção é adquirido dos seus cooperados que estão localizados não só em Piaçabuçu mas em diversas partes do litoral alagoano, contudo a demanda da fábrica não consegue ser atendida pela produção de coco dos cooperados então a cooperativa ainda necessita adquirir cocos de terceiros.

Com o intuito de melhoria constante de seus processos a cooperativa realiza diversos eventos, ações, projetos e programas para seus cooperados e demais agricultores do município e povoados ao redor. Segundo informações resgatadas dos documentos da cooperativa, dentre esses programas estão: o Programa de Educação Cooperativa (PEC) e o Projeto Mulher. O PEC é um programa de educação contínua que visa contribuir para o fortalecimento do agricultor e comerciante investindo na educação do cooperado em relação à cooperativa e ao seu próprio negócio, viabilizando o cooperativismo sustentável e promovendo os princípios cooperativistas (Documento da Cooperativa – Introdução ao Cooperativismo). O projeto mulher iniciou-se em parceria com a Associação Aroreira e incentiva a geração de renda por meio empoderamento da mulher no seu desenvolvimento econômico (Entrevistado B). Além desses, segundo entrevistado B, a cooperativa conta com um núcleo próprio de assistência técnica e extensão rural, com um corpo de agentes de ATER que atuam diretamente com os agricultores cooperados.

Atualmente a cooperativa conta com 1.136 cooperados, desses 385 são homens e 751 são mulheres (Documento da cooperativa – Total de cooperados 2022). Um ponto interessante destacado dos documentos da cooperativa e evidenciado na observação através de conversa informal, é que das 751 mulheres cooperadas quase 100% delas possuem o CAF/DAP. Segundo o Entrevistado B, isso é resultado de iniciativas da cooperativa para que cada vez mais as agricultoras possam estar acessando de forma autônoma os programas governamentais de apoio à agricultura familiar e se desenvolvendo economicamente. Contudo, quando comparado com os relatórios da SEAD (2022), esse número de mulheres que possuem CAF/DAP não se reflete no número de contratos do PRONAF realizados no município. Os detalhes das estatísticas de acesso aos créditos do PRONAF em Piaçabuçu serão melhor discutidos no tópico a seguir.

4.1.2 Acesso aos créditos do PRONAF em Piaçabuçu/AL

No que diz respeito ao acesso aos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares de Piaçabuçu/AL, segundo dados dos relatórios da SEAD (2022) entre os anos de 2013 e

2018 os agricultores do município realizaram 1.174 contratos, e receberam um montante de R\$ 5.924.632,20 conforme pode ser observado no quadro 9.

Quadro 9 – Número de contratos e montante de crédito do PRONAF adquiridos em Piaçabuçu/AL.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Montante
Nº de contratos do PRONAF	185	260	239	277	86	127	1.174
Valor total do Crédito Acessado (R\$)	551.735,40	1.725.520,34	718.248,16	1.019.824,91	738.873,67	1.170.429,76	5.924.632,20
Nº de contratos de custeio	1	-	-	1	3	5	10
Valor de Custeio (R\$)	18.635,40	-	-	23.176,41	71.341,29	90.782,66	203.935,76
Nº de contratos de investimento	184	260	239	276	83	122	1.164
Valor de Investimento (R\$)	533.100,00	1.725.520,34	718.248,16	996.648,50	667.532,68	1.079.647,10	5.720.696,80
Nº total de contratos – PRONAF -Mulher	-	-	-	5	-	3	8

Fonte: Elaborado pela autora com base em SEAD (2022).

Levando em consideração o número de estabelecimentos geridos por agricultores familiares no município, que segundo o censo agropecuário de 2017 era de 206, e que foram realizados 127 contratos em 2018 ao menos 79 estabelecimentos não tiveram acesso aos recursos do PRONAF no ano referido, o que corresponde a mais de 38% dos estabelecimentos agrícolas familiares.

Analisando os dados do acesso aos recursos do PRONAF em Piaçabuçu/AL, observa-se que no município predominam os contratos de crédito para investimento, conforme quadro 9. No período de 2013 a 2018 foram realizados 1.164 contratos de investimento totalizando R\$ 5.720.649,80 enquanto apenas 10 contratos para custeio das atividades de produção foram realizados no mesmo período sendo que nos anos 2014 e 2015 nenhum contrato de custeio foi feito.

Neste quesito o município segue o mesmo perfil que o estado de Alagoas, pois conforme os dados dos relatórios da SEAD (2022), entre 2013 e 2018 foram realizados 262.814 contratos do PRONAF, desses 238.619 foram contratos de crédito para investimento e 24.195 foram para créditos de custeio.

Considerando que os recursos de crédito para custeio são destinados para a aquisição de insumos para um ciclo de produção, por exemplo, fertilizantes e sementes e de investimento são destinados para implantação, modernização ou ampliação de infraestrutura de produção (CORCIOLI; CAMARGO, 2018), em Piaçabuçu, segundo dados das entrevistas B, C, D, E e F, a predominância de contratos de investimento ocorre principalmente pelo fato de as cooperativas e associações fornecerem produtos como fertilizante, sementes e mudas para os agricultores do município. A preferência pelos créditos de investimento também se confirmam nas falas das entrevistadas C, E e F, para elas obter crédito do PRONAF seria uma maneira de aumentar a sua capacidade de produção aumentando a infraestrutura de seus empreendimentos.

Outro número a ser considerado nesta discussão é o total de contratos realizados na linha do PRONAF-Mulher. Esta linha de crédito foi constituída como uma linha de investimento especial para os interesses das mulheres integrantes da unidade familiar, independente de seu estado civil (BNDES, 2020; SPANEVELLO *et al.*, 2020). Segundo Entrevistado B e conforme evidenciado na observação por meio de conversas informais, muitas das mulheres associadas à cooperativa são mães solo ou mulheres casadas que buscam aumentar suas rendas com a venda de produtos fabricados a partir do excedente da produção agrícola de suas famílias, portanto ter acesso a um crédito específico para suas necessidades poderia se constituir, como exposto por Ely *et al.* (2019), em um grande impacto na participação das mulheres na economia de seus lares e no aumento de sua autonomia. Porém, os baixos números expostos no quadro 9 demonstram que esta ainda não é uma realidade para o município de Piaçabuçu, a procura pelos créditos da linha PRONAF-Mulher ainda possuem grande margem para crescimento. Tal fato é confirmado por Fossá, Cormelatto e Mattei (2018) que afirma ainda existir necessidade de avanço na promoção das linhas do PRONAF criadas especificamente para atender a grupos fragilizados.

4.1.3 Perfil das agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL

Neste tópico busca-se caracterizar o perfil geral das mulheres agricultoras do município de Piaçabuçu/AL, identificando suas características socioeconômicas e produtivas

básicas. Um primeiro ponto constatado diz respeito ao acesso dessas mulheres aos créditos do PRONAF, as quatro agricultoras entrevistadas não conseguiram obter acesso ao programa e para além delas também foi evidenciado nas falas das entrevistadas C, E e F que no povoado e associação da qual elas fazem parte nenhuma outra mulher conseguiu acessar o PRONAF.

Quando questionadas sobre a renda bruta anual de suas famílias derivada das atividades agrícolas as entrevistadas não souberam indicar uma valor aproximado do montante que conseguem obter com essas atividades. Ainda nesse quesito econômico constatou-se com as entrevistadas C, E e F, que a fonte de renda dessas mulheres constitui-se primordialmente do atendimento a chamadas públicas de programas do governo para suprir a necessidade de merenda escolar no município. Conforme entrevistadas C, D e E, além de produzirem para atender a essas chamadas a produção excedente, *in natura* ou transformada em produtos como bolos e cocadas, é vendida em feiras ou comércio em suas residências. Das mulheres entrevistadas duas vendem seus produtos em feiras, uma em comércio na sua residência, e uma outra que realiza a atividade de pesca.

Percebe-se que ao assumirem ainda mais esta função as mulheres do município estão buscando cada vez mais, não só contribuir diretamente para renda da família como também conquistarem aos poucos sua autonomia financeira. Zanchi e Souza (2018) e Brandão *et al.* (2019) reforçam esse entendimento quando ressaltam o quão indispensável é a mulher agricultora na segurança alimentar de suas famílias, através do cultivo ao redor de suas casas para comercialização. Segundo Maciel (2020) esta é uma prática comum na região, uma vez que por se encontrarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e diante das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a população rural de Piaçabuçu costuma realizar múltiplas atividades complementares para a sua subsistência. A própria cooperativa na qual essas mulheres estão inseridas, por meio do projeto mulher, busca estimular que as agricultoras produzam bolos e doces para o comércio local (Entrevistado B, documentos da cooperativa – Introdução ao cooperativismo)

Verificou-se ainda que dentre as entrevistadas a maioria dos membros de suas famílias trabalham exclusivamente com a agricultura familiar, com exceção do marido de uma das mulheres que trabalha fora da propriedade. Ainda sobre a mão de obra utilizada na propriedade constatou-se que 100% dela é composta por membros da família. Em relação aos equipamentos utilizados pelas agricultoras em suas propriedades, conforme dados da pesquisa, é feito de maneira manual com auxílio esporádico de um trator disponibilizado pela prefeitura.

Quanto ao tipo de lavoura é predominante, entre as entrevistadas, o da lavoura temporária ainda que possuam algumas plantações de lavoura permanente como o coco e a banana. As lavouras permanentes são aquelas que têm um ciclo de cultivo de longa duração e que permitem varias colheitas sem a necessidade de replantio, e as lavouras temporárias são caracterizadas por terem um ciclo de cultivo de curta ou média duração, geralmente inferior a 12 meses, e que necessitam de replantio após a colheita (IBGE, 2023). De acordo com Oliveira (2021) as lavouras temporárias são importantíssimas para o avanço da agricultura familiar, pois além de proporcionarem renda para as famílias e serem utilizadas no autoconsumo também são o tipo de cultivo mais solicitados pelos programas governamentais de merenda escolar. Este entendimento de Oliveira (2021) corrobora com o que foi expresso pelas entrevistadas C, D, E e F, para elas a escolha do cultivo de lavoura temporária está relacionado a demanda das chamadas públicas do governo e o curto tempo de duração do ciclo de plantio que permite maior rotatividade dos produtos nas feiras trazendo assim renda para a família e capital para poder investir novamente na plantação.

Em relação do nível de escolaridade das entrevistadas, constatou-se um baixo nível de escolaridade com três entrevistas concluindo até o ensino fundamental e uma concluindo o ensino médio. No que se refere à documentação pessoal e do terreno todas as entrevistadas possuem RG, CPF, CAF/DAP, além de terem acesso à escritura da terra, apesar de estar em nome de terceiro – avó e pai das entrevistas. A literatura discute a dificuldade de acesso a documentos de identificação pessoal como um fator que dificulta o acesso aos créditos do PRONAF (ARAÚJO *et al.*, 2016; BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; SANTOS *et al.*, 2020), contudo este parece ser um fator de dificuldade menos abrangente no município uma vez que as associações e cooperativas do mesmo preocupam-se em orientar as mulheres para que obtenham seus documentos (Entrevistado B). Percebe-se então que para as entrevistadas C, D, E e F o acesso a documentação pessoal não se constitui como impeditivo para que elas acessem ao PRONAF, devendo-se elencar outros fatores que expliquem a dificuldade para acessar os créditos.

Um resumo sobre as características gerais do perfil das agricultoras familiares de Piaçabuçu/AL pode ser visualizado no quadro 10 a seguir.

Quadro 10 – Características do perfil das agricultoras familiares de Piaçabuçu/AL.

Renda	<ul style="list-style-type: none"> - Baseada nas atividades da agricultura familiar; - Obtida através de chamadas públicas para fornecimento da produção agrícola para merenda escolar; - Através da venda de excedentes em feiras e comércios residenciais.
--------------	---

Escolaridade	- Baixa escolaridade, com a maioria possuindo o ensino fundamental.
Documentação	- Possuem documentação pessoal como RG e CAF/DAP; - Acesso a escritura da terra em que produzem.
Tipo de Lavoura	- Predominantemente Temporária; - Presença de lavoura permanente em especial o cultivo do coco para atender a demanda da cooperativa.
Mão de Obra	- Mão de obra é 100% realizada pelos membros da família. - O trabalho é feito quase que totalmente manual. - Alguns serviços são feitos esporadicamente por um trator cedido pela prefeitura.

Fonte: Elaborado pela autora.

Desta maneira, baseando-se nos dados levantados durante a pesquisa de campo, foi possível conhecer um pouco melhor as agricultoras familiares do município de Piaçabuçu, tendo em vista suas características socioeconômicas e atividades agrícolas em suas propriedades. Nos próximos tópicos serão discutidos os motivos apresentados, por essas agricultoras entrevistadas, para que elas não estejam acessando o PRONAF e quais elas identificam como fatores que facilitam e dificultam esse processo, além de também serem abordados os fatores relacionados pela cooperativa e ATER, realizando-se uma análise comparativa entre os motivos apontados pelas agricultoras e pelas instituições.

4.2 ANÁLISE DO CASO

Este tópico é dedicado a análise do caso estudado nesta pesquisa: O acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural oferecido pelas linhas do PRONAF. As análises com relação aos fatores que facilitam e dificultam este acesso são guiadas pelas categorias de análise definidas anteriormente: Relações Sociais, Relação Familiar, Documentação e Divulgação e Acesso às informações (maiores detalhes das categorias de análise podem ser visualizados no quadro 8 apresentado anteriormente). A estrutura desta análise está dividida em duas seções, a primeira é a análise individual das entrevistas realizadas e a segunda é uma análise comparativa entre os fatores indicados pelas agricultoras e os indicados pela cooperativa e pela ATER, visando melhor detalhamento dos resultados alcançados na pesquisa.

4.2.1 Entrevistado A

Iniciou-se o processo de entrevistas com o Entrevistado A, um dos diretores da cooperativa, acreditava-se que ele seria um dos atores que mais contribuiria com respostas para a questão da pesquisa, uma vez que foi com ele que todo o processo de contato com a cooperativa foi realizado. No entanto, foi dele que menos obteve-se dados.

Ressalta-se que a dificuldade de obter dados sobre o escopo da pesquisa com o entrevistado A não se deu por animosidade ou desinteresse do mesmo, segundo ele suas responsabilidades dentro da cooperativa não envolvem informações sobre o PRONAF.

Olha do PRONAF eu não sei mesmo nada não. Quem deve saber é os meninos da assistência técnica ou o outro diretor, aqui eu cuido mais da parte da indústria mesmo. (Entrevistado A).

De positivo deste encontro destaca-se que o diretor se dispôs a apresentar um agente de ater que poderia indicar agricultoras para serem entrevistadas, além disso, a entrevista com o diretor permitiu conhecer um pouco mais sobre a história e funcionamento da cooperativa, dados que foram utilizados nas seções de análise anteriores.

Destaca-se após ter sido lembrado ao entrevistado A, o escopo da pesquisa e questão que se pretende responder, o entrevistado afirma reconhecer a importância de se ter linhas de crédito disponibilizadas para as mulheres do município.

Assim eu acho que hoje a mulher ela tem mais garra né para correr atrás no campo por isso que hoje aqui na cooperativa agente tá indo atrás da mulher também... a gente vem colocando na cabeça dela pra ela ter o seu plantio próprio... A gente hoje influencia elas fazer seu negócio, o a gente fornece a muda pra elas pra incentivar todas essas coisas (Entrevistado A).

Neste sentido, fazendo um paralelo com o acesso das mulheres à cooperativa o entrevistado complementa sua fala afirmando acreditar que a dificuldade das mulheres de acessarem o PRONAF reside no desconhecimento sobre o programa e descrença de que são capazes de acessá-lo.

Eu acho que a dificuldade hoje é que muitas mulheres não acreditam na capacidade delas e não conhecem a verdade, é tipo pra elas entrarem aqui na cooperativa elas não conhecem o que é a cooperativa, o que é cooperar e por isso que hoje a gente vem correndo atrás de passar mais informações pra elas (Entrevistado A).

Segundo a literatura o apoio oferecido pelas cooperativas é um importante fator que as mulheres agricultoras possam acessar as linhas de crédito do PRONAF. Segundo Brandão,

Santos e Rist (2020) a promoção de *workshops*, eventos, palestras e projetos encorajam e capacitam as agricultoras a desenvolverem seus próprios empreendimentos e neste caminho buscarem acessar o PRONAF, e de acordo com as falas do entrevistado A, é possível perceber que incentivar as agricultoras a participarem de projetos e desenvolverem seus negócios é uma preocupação da cooperativa.

4.2.2 Entrevistado B

Este entrevistado também é um diretor da cooperativa, porém possui vasta experiência atuando como agente de ATER e hoje é o responsável pelo núcleo de assistência técnica e extensão rural que a cooperativa possui em parceria com a ATER do estado. Segundo o entrevistado, a assistência técnica aos agricultores cooperados tem sido uma preocupação da cooperativa desde a sua fundação.

Desde a fundação da cooperativa a gente trabalha com assistência técnica aos cooperados e sempre a gente tá acompanhando os nossos cooperados para entrar na cooperativa... a gente dá uma introdução e a partir daí a gente tem visitas regulares de assistência técnica (Entrevistado B).

Inicialmente questionou-se do entrevistado como ele percebia a situação da agricultura familiar em Piaçabuçu e para ele, a agricultura familiar é de bastante importância no município, contudo é uma região que ainda apresenta muitas dificuldades para o fortalecimento da agricultura familiar, uma delas diz respeito ao acesso à terra que historicamente possui algumas concentrações e que segundo o entrevistado é um dos fatores que dificulta o acesso dos agricultores da região ao PRONAF.

Aprofundando-se no tema do PRONAF o entrevistado afirma acreditar que na região a principal linha de crédito utilizada pelos agricultores é o PRONAF B, linha que financia agricultores que tenham obtido renda bruta de até R\$ 20 mil, nos últimos 12 meses (BNDES, 2022). Portanto, considerando que esta é uma linha do programa voltada para investimentos, percebe-se que tal afirmação condiz com os dados encontrados nos relatórios da SEAD (2022) em que a maioria dos contratos de crédito realizados no município são para investimento.

Ainda no sentido das linhas do PRONAF utilizadas no município e adentrando-se no escopo principal desta pesquisa, questionou-se do entrevistado sua visão sobre o programa ter uma linha de crédito específica para as mulheres e como ele percebia a participação da mulher na agricultura familiar. Para ele, toda linha de crédito dentro do programa é importante, contudo uma linha específica para as mulheres serve para que se possa acelerar alguns

processos que estão historicamente atrasados além de proporcionar uma autonomia a mais para as mulheres.

Eu acho que o exclusivo PRONAF-mulher é importantíssimo, principalmente porque mesmo que a mulher ela acessa um crédito que não é o PRONAF-mulher, o PRONAF-mulher dá uma autonomia a mais a mulher... dá uma pujança para que a mulher se desenvolva e desenvolva a característica empreendedora dela (Entrevistado B).

Este pensamento também é encontrado na literatura, segundo Araújo *et al.* (2016), Silva (2017) e Spanevello, Matte e Boscardin (2016), a criação desta linha de crédito é resultado de pressões para que a mulher seja reconhecida como agente ativo dentro da agricultura e incide numa política que tenta reparar a exclusão histórica das mulheres no acesso às políticas públicas e recursos governamentais.

Para o entrevistado é importante que a autonomia da mulher seja incentivada dentro da agricultura familiar pois é ela quem de fato cuida da casa e da família, é ela quem sempre está presente beneficiando aquilo que é produzido pela família. Para ele, o crédito pode ser uma forma de levar mais autonomia e conhecimento para a mulher inserindo-a cada vez mais na sociedade, aumentando a sua renda.

Porque repare quando o agricultor, a família produz uma macaxeira quem vai ajudar a industrializar?... a mulher ela tá sempre presente, sempre próximo, dentro daquilo que agrega valor ao que é produzido dentro das unidades familiares. Muitas das vezes ela não tá naquela ponta inicial mas naquele momento de desenvolvimento..., beneficiamento, é a mulher que tá presente na cadeia ali (Entrevistado B).

Imagine a energia empreendedora que a mulher tem, de poder de multiplicação que a mulher... Então imagina quando você dá um pouco de conhecimento pra essa mulher, traz um pouco ela mais para dentro da sociedade e ela vai se inserindo cada vez mais, aí vai chegar uma hora que ela tem interesse de sair só do espaço reprodutivo e ir mais para o espaço produtivo (Entrevistado B).

Contudo, o entrevistado chama atenção para o fato de que ainda existem diversas dificuldades para que o PRONAF possa avançar no município e que para que tal avanço ocorra é necessário pensar mais nas características culturais da região, encontra-se este mesmo entendimento na literatura, Silva, Ponciano e Souza (2020) acreditam que para uma política pública ser efetiva ela deve levar em consideração as especificidades e contextos locais. O entrevistado reforça ainda o fato de que não é só um problema que precisa ser resolvido, existe um conjunto de fatores que precisam ser identificados e trabalhados para que o PRONAF possa avançar em Piaçabuçu.

Então assim eu não vejo uma problemática só, é um uma conjuntura que a gente precisa ir trabalhando. A gente [cooperativa e ATER] vem trabalhando, vem fazendo a nossa parte e é o que a gente costuma dizer aqui: nós somos parte da solução mas não somos a solução (Entrevistado B).

Os nossos fomentos, quanto política pública de fomento, está um pouco desalinhado. Eu já vi que tem melhorado e tem se pensado um pouco mais dentro das características culturais de cada região, mas ainda é uma coisa que precisa ser feita. Então assim eu acredito, enquanto assistência e enquanto agricultor e neto de agricultor que precisamos ser vistos e ser lembrado e nós enquanto agricultores temos que levar a nossa voz é levar nossa bandeira e mostrar o quanto cada dia mais nós somos importantes dentro do processo porque só sendo visto é que nós vamos ser lembrado (Entrevistado B).

4.2.2.1 Relações Sociais

No que diz respeito a categoria relações sociais são analisados como os fatores de relação com a ATER, participação em cooperativas ou associações e a participação em espaços de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos sobre questões técnicas e financeiras influenciam o acesso das mulheres ao PRONAF. Percebe-se que para o entrevistado o cerne está na transmissão de informações por meio da atuação *in loco*. Para ele, a relação da agricultora com o agente de ATER deve ser estreita e constantemente fortalecida, pois é através desta relação que a informação pode melhor alcançar as agricultoras de forma personalizada a suas necessidades. No trecho da entrevista, apresentado a seguir, o entrevistado dá um exemplo de acompanhamento *in loco* que deveria ser melhor disseminado na região.

Repare como é a presença *in loco*, o banco no Nordeste é um dos maiores exemplos disso, naquilo que é o AGROAMIGO, porque o assessor ele vai lá, ele conversa com o homem ou com a mulher agricultora familiar, conhece a unidade familiar, conhece a unidade produtora familiar. Ele não conhece só a unidade produtora ele conhece a casa, ele conhece a família, sabe quantos filhos tem, sabe a característica que aquela família está, a situação que aquela família está, ele procura o enredo de diálogo e voz coincidente com aquilo que é a cultura daquela localidade, daquele agricultor, daquela agricultura, daquela família, ele esclarece e repete quando não entende. Então, ele sempre tá ali atendendo, sempre passando pela comunidade e isso que o governo vai dizer que é o custo absurdo e a gente tá entendendo que não é... porque assim é o atendimento lá, é comprometimento com a classe, é querer desenvolver e entender que nós [agricultores] somos uma parcela da sociedade importante, colocamos comida *in natura* na mesa das cidades então o comprometimento tem que ser para além do que é hoje, tem que ter um comprometimento com as futuras gerações (Entrevistado B).

Contudo, como exposto pelo entrevistado e como é possível encontrar nas discussões da literatura (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; SILVA *et al.*, 2020; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016) nem sempre o agente público está bem capacitado para

acompanhar e transmitir as informações necessárias para a agricultora, criando assim uma cultura de desinformação que precisa ser combatida.

Eu não sei se o agente público ele tá bem capacitado, tá bem treinado... Às vezes a gente entende que sim, eu já ouvi falar de várias capacitações de treinamento para esse novo momento [transição de DAP para CAF/DAP] mas não consegue dar esse passo né. E aí acaba que sempre gerando uma cultura de desinformação (Entrevistado B)

E muita das vezes os próprios órgãos de assistência técnica e extensão Rural por parte das políticas de governo não faz de forma rotineira uma capacitação, uma informação, uma reciclagem e isso acaba que caindo na desinformação né a gente cria uma cultura muito mais de desinformação de que informação (Entrevistado B).

Neste sentido, com o intuito de melhor acompanhar as agricultoras e combater essa cultura de desinformação, o entrevistado destaca o que o núcleo de ATER, da própria cooperativa, tem feito para transmitir as informações para as agricultoras da região, trabalhando com parceiros, conscientizando as mulheres sobre a importância da formalização de suas atividades e dando assistência técnica continuada para elas.

A gente trabalha com parceiros né, a secretaria da Agricultura, sindicato, as ATERS, então a gente trabalha com essa parceria e como a gente tem o nosso próprio corpo de assistência técnica a gente usa disso para fazer a informação, da importância das formalizações e da rastreabilidade, da importância de ter os seus documentos em dias mesmo que não for acessar nada no momento (Entrevistado B).

Hoje o nosso técnico dá assistência técnica continuada né, então se o agricultor tiver acesso a um crédito hoje nós não fazemos o projeto, nós encaminhamos, orientamos ele que vai a instituição financeira e se ele conseguir acessar o crédito a gente tá ali continuando dando assistência técnica (Entrevistado B).

Outra relação que segundo o entrevistado influencia no acesso das mulheres aos créditos do PRONAF, assim como aos diversos outros programas governamentais, é a própria inserção destas na cooperativa. Através da participação delas nos cursos de capacitação e eventos organizados pela cooperativa, as agricultoras podem se tornar mais conscientes das oportunidades que têm direito. Conforme a literatura estudada, quando as mulheres se organizam em grupos comunitários ou participam de associações e cooperativas que promovem debates sobre temas como o acesso ao crédito rural, elas são encorajadas a gerenciarem seus próprios projetos (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; MENDES *et al.*, 2014).

A gente tá sempre levando informação e capacitações que realmente deixa ela ciente e esclarecida para que no momento que se desperte ou para acessar um crédito ou pra acessar uma política pública. Inclusive nós passamos toda a lista de política pública que o agricultor familiar tem acesso... temos cursos sobre a importância da

DAP, sobre a importância dos documentos da propriedade, deixar tudo em dias né, a importância do CAF/DAP, a gente já tem alguns cursos sinalizando a transição ou a chegada do CAF/DAP (Entrevistado B).

Então a gente sempre vai e faz as reuniões, mobiliza antes os agricultores e traz ele para uma reunião e ali a gente tá explicando, tá esclarecendo, tá capacitando e tá informando (Entrevistado B).

O entrevistado continua reforçando que dentro dessas relações sociais deve-se estar sempre buscando o compartilhamento de informações e como isso vai despertando o lado empreendedor da mulher.

É aquilo que a gente vem falando né. É uma questão de informalidade e conhecimento, a gente acredita que o que liberta é o conhecimento. A união faz a força, então a medida que a gente leva conhecimento através de um princípio cooperativista que é a formação e, informação e capacitação dentro de outro princípio cooperativista que é o interesse pela comunidade... então a gente vai aglutinando, vai ganhando o corpo, vai levando conhecimento... e vai despertando o lado do empreendedor que a mulher tem (Entrevistado B).

Como evidenciado na literatura (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; CARDOSO; LOPES, 2021; MENDES *et al.*, 2014; SILVA; PONCIANO; SOUZA, 2020; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016) e confirmado a partir das colocações do Entrevistado B, percebe-se que o compartilhamento de informações e conhecimento por meio da participação em associações e cooperativas, participação na vida comunitária, participação em espaços públicos que estimulem debates sobre o PRONAF, além de mudanças nas diretrizes de empresas de ATER que promovam melhor relacionamento entre os agentes e as agricultoras, se configura como fator que facilita o acesso das mulheres ao crédito rural e as impulsionam em seu processo de empoderamento.

4.2.2.2 Divulgação e Acesso a informações

Atrelado ao ponto discutido anteriormente e considerado pelo entrevistado outro importante fator que influencia no acesso ao crédito pelas mulheres do município está a qualidade da informação e a forma como essa informação é repassada. Nesta categoria buscou-se analisar o acesso e utilização das TIC, os produtos de comunicação midiáticos e o intermédio das informações entre entes governamentais e agricultoras.

Para o entrevistado a falta de capacitação dos agentes públicos e instituições financeiras para informar as agricultoras acaba gerando um processo de desinformação e desestimulando a mulher a buscar o crédito. Muitas vezes as mulheres no processo de

contratação de crédito procuram as instituições financeiras ou até mesmo os agentes de ATER com dúvidas sobre os passos que devem seguir e são recepcionadas com hostilidade ou informações inconsistentes (CARDOSO; LOPES, 2021), a percepção do entrevistado sobre este fator de dificuldade de acesso pode ser vista no trecho, a seguir, extraído da entrevista.

Eu acho que desinformação, atendimento nas unidades emissoras desses processos, esse atendimento em todos os processos... o agricultor tem que ir n vezes e isso cansa, o agricultor tá lá produzindo então se ele sai da roça é um dia que ele deixa de estar fazendo a limpa, de estar fazendo adubação, tá acompanhando a produção dele então assim é ter mais informação, ter um atendimento claro saber das nossas características como agricultor conhecer a nossas culturas conhecer as nossas origens e ter um atendimento mais *in loco* (Entrevistado B).

Percebe-se, portanto, que existe um grande GAP no intermédio das informações entre os entes governamentais e as agricultoras que buscam o acesso ao crédito rural. Para o entrevistado existe imediata necessidade de se revisar os processos atuais de disseminação de informação, como discutido por Jesus *et al.* (2021) para que uma política pública seja efetiva é necessário que um bom canal de comunicação entre os entes governamentais e o seu público alvo seja estabelecido e não é a simples divulgação da política ou circulação de normativos que garante a compreensão das informações pelos agricultores.

agora com relação realmente ao acesso eu vou bater na tecla que é uma questão de desinformação e o agricultor não tem culpa, o agricultor tá na ponta. Agora todo o sistema, todo o aparelhamento que tá ali e que pode fazer esse acesso e levar essa informação, levar ferramentas para que o agricultor se desenvolva está muito precário (Entrevistado B).

Só que o seguinte se não há informação, se não há esclarecimento e capacitação sobre, ou mesmo quando há, não há um efetividade e um foco para poder conseguir finalizar o processo é como se parece que não tem utilidade. E aí gera um problema porque toda política pública é assim, mesmo que ela tenha um êxito... ela vai ser revisada ou não, melhorada ou não, ampliada ou não (Entrevistado B).

O entrevistado também chama a atenção para o fato de que na maioria dos casos o agricultor não tem preparação para compreender as exigências para acessar um programa governamental e muito menos as mudanças que ocorrem nessas exigências.

As vezes o normativo interno do banco, com um mês que sai um normativo, ele vai lá e reforma o normativo. E aí o agricultor lá na ponta não sabe o que mudou... sai uma política nova e ele sabe no jornal mas aí o banco não sabe informar direito... a desinformação acho que é o grande problema (Entrevistado B).

Ele inclusive exemplifica uma situação atual, em que está ocorrendo a transição da DAP para o CAF/DAP e junto desse processo diversas dúvidas tem surgido, não só entre os agricultores mas entre os próprios agentes de ATER e a cooperativa.

Já tem alguns cursos sinalizando a transição ou a chegada do CAF/DAP né, que a gente não entende se é transição ou se é a mesma coisa. Agora repare que a mesma informação a gente que é mais esclarecido não entende imagina o agricultor que tá lá né muita das vezes não teve a oportunidade de ir à escola e então é muito mais difícil para ele entender esse processo (Entrevistado B).

Neste sentido, ressalta-se o que Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012) discutem sobre a necessidade de melhor preparo por parte dos agentes governamentais e instituições financeiras para repassarem as informações aos agricultores, para eles esse despreparo por parte dessas organizações é um fator que influencia negativamente no acesso das mulheres ao crédito rural

Considerando o que Jesus *et al.*, (2021) discutem sobre como o uso das TIC no campo se configura como um dos principais meios de comunicação entre entes governamentais e agricultores familiares, neste ponto, questionou-se do entrevistado sua percepção sobre o uso das TIC no meio rural e se no seu ponto de vista se caracterizava como um fator que influencia no acesso aos créditos do PRONAF. No que ele respondeu:

Eu não diria que é o fator principal mas enfim a desinformação e a forma que os agentes de assistência técnica em extensão rural de fato trabalham, acho que não tem um alinhamento de fato, um comprometimento de fato com a assistência técnica e extensão Rural... mas a gente ainda sente alguma dificuldade pela ferramenta digital né. Tem muita das vezes na comunidade rural que não tem internet. Internet por dados móveis é caro então às vezes tem um ponto de wi-fi que é do vizinho e tal mas nem todos os agricultores conseguem isso né (Entrevistado B).

Ele complementa ressaltando que o uso de tecnologias no meio rural deve ser sim uma preocupação do governo principalmente no comprometimento com as gerações futuras.

Nós somos uma parcela da sociedade importante, nós colocamos comida *in natura* na mesa das cidades então o comprometimento tem que ser para além do que é hoje tem que ter um comprometimento com as futuras gerações porque aí é onde entra a tecnologia (Entrevistado B).

A tecnologia ela só vai ser válida para as futuras gerações pro jovem o filho da agricultor... a tecnologia não tem que ser focada no nosso agricultor que tá com 50 com 60, ele vai lá participar tudo bem, mas ele não vai ter o interesse como o filho dele de 14 de 15/16 em que o comprometimento tem que ser muito maior as ferramentas digitais (Entrevistado B).

A partir destas falas do entrevistado percebe-se que apesar das TIC se configurarem como um meio de comunicação que pode sim ser utilizado, elas não devem ser o foco

principal dos entes governamentais nos seus esforços de disseminação das informações a respeito do PRONAF e sim um complemento aos esforços de acompanhamento *in loco* dos agentes de ATER e ao atendimento claro e humanizado por parte das instituições financeiras.

4.2.2.3 Relação Familiar

Nesta categoria busca-se analisar como o processo de gerenciamento e participação na propriedade, a autonomia e controle de recursos financeiros e a divisão do trabalho influenciam no acesso das mulheres aos créditos do PRONAF. Neste quesito, questionou-se do entrevistado como se davam as relações familiares das agricultoras que são acompanhadas pela cooperativa e segundo ele ainda é possível verificar nas famílias da região uma forte influencia dos maridos nas decisões econômicas, contudo é uma iniciativa da cooperativa que cada vez mais as mulheres de sua base de cooperados assumam autonomia e controle dos recursos financeiros.

Hoje a gente vê aqui essa questão cultural ainda é muito forte. Tem alguns fatores primeiro que repare a própria carta de crédito nomeia um primeiro titular e um segundo titular né então assim são coisas para gente estudar... então acho que tem algumas características que a mulher assumir o primeiro titular é muito importante e a gente trabalha muito isso na nossa base, em torno de 70% da nossa base a mulher primeiro a titular (Entrevistado B).

Esta colocação do entrevistado está presente também na literatura estudada, Peña, Salazar e Ramires (2018) Silva e Valente (2013) discutem em suas pesquisas o fato de que muitas vezes são os homens responsáveis pela administração dos recursos financeiros da família, colocando as agricultoras em uma posição de dependência. Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012) contribuem para essa discussão destacando que os homens normalmente se encontram mais preparados para acessarem as políticas públicas pois estão comumente mais ligados aos espaços públicos.

Para o entrevistado a iniciativa de tornar as mulheres como primeira titular atrelada a outras iniciativas da cooperativa, como o projeto mulher, além de estimular a autonomia financeira das agricultoras também as incentiva a se formalizarem e buscarem o acesso ao crédito para que possam continuar alavancando sua renda e da sua família.

Ela é quem toma conta da casa né e sempre vai tomar, ela quem toma conta da família, então aqui a gente trabalha 70% da nossa base focado na mulher, no empoderamento da mulher e no desenvolvimento econômico da mulher para que ela se desenvolva, e uma prova viva disso é que a gente tem uma associação recém-formada em 2022 que tem aí um cunho massivo de 90% da participação feminina,

tem uma cozinha industrial onde as mulheres estão ali fazendo bolo, cocada, biscoito para que ela vá realmente assumindo esse processo e ajudando compor essa renda dela. Aqui ela vai criando um histórico de rastreabilidade de formalização para que ela consiga acessar o crédito (Entrevistado B).

Por fim, para o entrevistado um fator dentro da relação familiar que facilita o acesso das mulheres ao crédito rural é o estímulo da harmonia entre o casal, no que ele diz:

A gente também tem que começar a excluir essa guerra de sexo porque homem sozinho nunca foi para lugar nenhum e mulher sozinha nunca foi para lugar nenhum é outra coisa que a gente tem que acabar a gente tem que criar harmonia né que é a harmonia a motivação do processo, é o que vai conseguir dar resultado (Entrevistado B).

Portanto, a partir das colocações do entrevistado é possível admitir que os fatores relacionados a relação familiar, como autonomia e controle de recursos financeiros, participação na propriedade e divisão do trabalho, culturalmente se configuram como fatores que dificultam o acesso das mulheres de Piaçabuçu ao crédito rural contudo esta é uma situação que tem sido gradualmente contornada por meio de ações das cooperativas e associações locais, que visam proporcionar maior autonomia a mulher agricultora familiar.

4.2.2.4 Documentação exigida pelas instituições financeiras

A última categoria de análise é a de documentação exigida pelas instituições em que se busca analisar como o acesso a documentação de identificação pessoal, a documentação exigida pelas instituições financeiras e a emissão do CAF/DAP influenciam no processo de acesso das agricultoras ao crédito rural.

A dificuldade de acesso a documentos é outra questão apresentada na literatura como fator que dificulta o acesso das mulheres ao crédito rural, seja documentação básica como as de identificação pessoal e o CAF/DAP, ou o título de propriedade do lote como contrapartida ao crédito (ARAÚJO *et al.*, 2016). Ainda que o CAF/DAP, como afirmado por Santos *et al.* (2020), tenha sido reestruturado para incluir o nome do casal como titulares, a pesquisa de Brandão, Santos e Rist (2020) demonstrou que as mulheres ainda encontram dificuldade em acessar o CAF/DAP uma vez que os homens costumam normalmente serem os representantes da família.

Entretanto, como mencionado em pontos anteriores a emissão do CAF/DAP e a mulher como primeira titular do documento é uma preocupação constante da cooperativa, ainda assim, o entrevistado aponta outros fatores relacionados a documentação que costumam

dificultar o acesso das mulheres ao PRONAF. Dentre eles estão o acesso a terra e as exigências das instituições financeiras.

Na nossa região estão alguns desafios né, primeiro é que o acesso à terra tem algumas concentrações históricas então isso vai dando uma dificuldade de formalização do processo para que ele chegue a acessar o crédito (Entrevistado B).

A literatura também aponta que a maneira de posse da terra é um fator de dificuldade para acesso ao PRONAF pois comumente os documentos dos terrenos são repassados como herança para os homens da família, ou quando adquiridos são registrados nos nomes dos esposos (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019). O entrevistado também dá destaque para o quesito das instituições financeiras, explorando as exigências e maneira de atendimento destas na condução do processo de concessão de crédito. Como exposto por ele, muitas vezes a agricultora que busca o crédito vai até uma instituição financeira, munida das informações e documentos que conseguiu obter até o momento, e nem sempre ela está 100% formalizada e ainda que deseje obter mais informações muitas vezes se depara com instituições financeiras incapazes de atendê-la de maneira clara e satisfatória. Toda essa situação, como dito pelo entrevistado em outros momentos, cria uma cultura de desinformação e acaba por desestimular a agricultora de buscar o crédito rural.

Muita das vezes quando o agricultor vai lá bate na porta da instituição financeira ele não tá 100% formalizado para isso e quando ele não tá 100% formalizado por ele estar distante dos centros urbanos né tem dificuldade de locomoção e acaba desistindo do processo (Entrevistado B).

Ai você faça passa pelos processos ajuda o agricultor fazer o plano de negócio dele, ele desenvolve o plano de negócio dele, tem o curso, tem as ferramentas, e aí é onde tá a questão pois quando ele constrói o plano de negócio dele todo bonitinho, fez um custo, tem um certificado vai até a instituição financeira e ela não reconhece o plano (Entrevistado B).

Percebe-se, portanto que mais uma vez se faz presente a necessidade de melhora na qualidade do repasse de informações e treinamento e capacitação dos agentes e instituições financeiras que tratam com as agricultoras. Eles necessitam, portanto se esforçar para entender a realidade e necessidade das mulheres no processo de contratação do crédito rural.

4.2.3 Entrevistada C

A entrevistada C foi a primeira das agricultoras entrevistadas durante a pesquisa de campo. Ela considera a agricultura familiar como sua principal ocupação e se reconhece como agricultora desde a infância, pois seus pais também trabalhavam com a agricultura, ressaltando que de todos os trabalhos que realiza, dentre os afazeres domésticos e da agricultura, o mais importante é o seu trabalho na plantação.

Eu mesmo acho que esse é o mais importante, se eu pudesse só vivia lá dentro da roça (Entrevistada C).

Eu acho muito legal trabalhar na roça, traz de bom a felicidade... porque assim a gente quando pega uma semente que a gente planta que chega lá e vê aquela semente brotando ai depois já vai brotar o fruto né, eu acho muito bonito (Entrevistada C).

Durante toda a entrevista foi possível observar nas falas e trejeitos da entrevistada o quanto ela considera o seu trabalho importante e quão entusiasmada ela estava com a possibilidade de poder acessar um crédito para aumentar sua produção, destacando ainda a importância das mulheres poderem acessar um empréstimo como o concedido pelas linhas do PRONAF.

Eu acho que é importante porque aí a gente pode pegar uma linha dessa para a gente trabalhar no próprio terreno. Porque como tá lá a gente tem que plantar e aí a gente tem que ter uma ajuda né (Entrevistada C).

Também foi possível perceber nas falas da entrevistada que o acesso ao crédito rural não visava um investimento somente no empreendimento da mulher, quando ela pensa em acessar o crédito sempre considera o bem estar de sua família. Algo semelhante foi encontrado na pesquisa de Spanevello *et al.* (2020), conforme o resultado da pesquisa o acesso das mulheres ao PRONAF não representa uma possibilidade de geração de renda e autonomia somente para elas, o acesso ao crédito rural gera um impacto positivo nas condições de vida de toda a unidade familiar, seja por meio do aumento da renda (ao se investir na produção) ou pela melhora nas condições de trabalho (ao se investir em maquinário).

Os planos que eu ia fazer com ele [créditos do PRONAF] seria pra gente trabalhar no terreno mesmo, para a gente poder plantar mais (Entrevistada C).

Considerando que o destino do crédito rural seria para investimento na produção, questionou-se da entrevistada como ela estava fazendo para custear a produção atualmente e qual seria a principal fonte de renda da sua família.

Hoje estamos assim: a gente ganha do governo a semente aí já tem o trator que vem aí planta e com o que vende da plantação compra mais semente e vai plantando.

A renda mesmo que eu tenho é na porta que eu vendo as minhas verduras e quando a gente tamo fazendo plantação lá que tem banana aí a gente tira os cachos bota na porta e vende, então a renda vem toda da produção... Aí a gente tem uma parte que bota pra vender e outra que foi quando entrou na chamada pública que aí começou a entregar, só que às vezes a gente não tem pra entregar aí tem que pegar do vizinho.

Percebe-se que ter acesso ao crédito rural seria benéfico para diversificação e consolidação de fontes de renda e investimento para a agricultora, contudo a própria entrevistada admite estar insatisfeita com a maneira pela qual as informações sobre o PRONAF são repassadas, apontando diversos fatores que dificultam esse acesso e que serão melhor discutidos nos tópicos a seguir.

Eu acho que da forma que tá hoje [divulgação das informações via jornal, comercial de televisão, panfleto e rádio] não dá pra gente entender muito bem o PRONAF (Entrevistada C).

A partir destas falas é possível evidenciar ainda mais uma vez o impacto que o acesso a um crédito rural pode gerar nas famílias da agricultura familiar através do aumento da capacidade produtiva e conseqüentemente da renda familiar, porém, destaca-se a necessidade de melhora no processo de divulgação de informações sobre o programa.

4.2.3.1 Relações Sociais

Na categoria de análise Relações Sociais, a partir das falas da entrevistada percebeu-se que esta se apoia principalmente nas relações com a associação e os agentes de ATER para obter informações. Quanto a sua participação na cooperativa ela comenta que já faz parte da cooperativa há bastante tempo, mas que em relação ao PRONAF ela recorda ter ouvido a respeito porém nada muito profundo e que pudesse lhe apoiar no processo de acesso aos créditos do programa. A entrevistada também faz parte de uma associação de agricultores em seu povoado, a Associação dos Agricultores do Povoado de Retiro.

Eu também faço parte da associação da gente, dos agricultores daqui, isso já tem uma faixa de uns 5 a 6 anos... Foi a associação que ajudou a gente conseguir entrar na chamada pública... Quando a gente abriu a associação que a gente foi tirar [emitir a CAF/DAP] (Entrevistada C).

Como afirmado no trecho acima, foi por meio das ações da associação que a entrevistada teve acesso a chamada pública para fornecimento de sua produção além de receber auxílio na emissão do CAF/DAP para que assim ela pudesse participar dos programas governamentais, a literatura discute que de fato a organização das agricultoras em associações e cooperativas influenciam positivamente no acesso as políticas públicas (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; MENDES *et al.*, 2014), porém quando questionou-se da entrevistada se a associação teria lhe apoiado de alguma maneira na tentativa de acesso ao PRONAF ela afirma que não recebeu esse apoio.

Ela [a associação] não ajuda mas é porque a gente ainda não tinha a informação. A gente tinha a vontade mas agora que a gente tá começando a ver isso melhor (Entrevistada C).

Associações como a que a entrevistada faz parte são em sua maioria formadas exclusivamente pelos agricultores locais que por sua vez já possuem dificuldade de acesso a informações, portanto percebe-se que a falta de auxílio da associação neste quesito não se trata de falta de interesse em apoiar seus associados e sim da dificuldade de conseguir informações a respeito de como acessar o PRONAF.

No que diz respeito a assistência técnica recebida pelos agentes de ATER, de maneira geral, a assistência que a entrevistada costuma receber está relacionada ao fornecimento de alguns materiais como esterco e orientações sobre o uso de veneno e plantação.

A gente tá sempre recebendo assistência. Às vezes ele vinha de cada 15 dias às vezes ele vinha aqui quase todos os dias... Eles dão [auxílio] na parte do esterco, ele fala do veneno que é o produto para botar nesse coqueiro e as folhas do feijão quando vem aqueles bichinho... eles ajudam sobre a plantação se precisar também (Entrevistada C).

Segundo a literatura a ATER costuma ser um grande aliado da agricultora no seu desenvolvimento econômico, apoiando não só no manuseio das plantações como também no acesso aos programas governamentais, dentre eles o PRONAF (COPETTI, 2008; FROELICH, 2019), contudo quando questionada sobre o apoio que recebe da assistência técnica em relação ao acesso ao programa a entrevista afirma que os agentes comentaram com ela sobre mas não passaram informações o suficiente.

Sabe eles até comentaram com a gente mas aí entrou em recesso na pandemia... Foi pelos meninos [agentes de ATER] que fiquei sabendo primeiro, eles vinham visitar a gente e falava assim que tinha isso e que dava esse crédito (Entrevistada C).

Percebe-se que o auxílio oferecido pelos agentes de ATER em Piaçabuçu está muito mais relacionado à plantação do que ao acesso aos programas governamentais, considerando que um bom auxílio e acompanhamento da ATER pode ser um fator que facilita o acesso das mulheres as linhas de crédito do PRONAF destaca-se a necessidade de aprimoramento da ação dos agentes no município.

4.2.3.2 Divulgação e Acesso às Informações

No que diz respeito a categoria de análise divulgação e acesso às informações, para a entrevistada, de maneira geral, as formas como as informações estão sendo repassadas não estão sendo efetivas em lhe ajudar a acessar o crédito. Em relação ao intermédio das informações entre entes governamentais e as agricultoras, no que tange a ATER, a entrevistada afirma que foi a partir desta que ela conheceu o PRONAF

Foi pelos meninos [agentes de ATER] que fiquei sabendo primeiro, eles vinham visitar a gente e falava assim que tinha isso e que dava esse crédito (Entrevistada C).

Apesar dos agentes de ATER terem comentado sobre o programa quando questionou-se da entrevistada se ela tinha mais alguma informação sobre o PRONAF, como as linhas de crédito que ela podia acessar ou os documentos necessários, ela afirma não ter conhecimento desses detalhes.

Olha eu não sei mais nada dessas outras coisas [tipo de atividade que pode ser financiada, linhas de crédito e documentos necessários]. A gente só ficou sabendo do programa e que tinha esse crédito (Entrevistada C).

Jesus *et al.* (2021) apontam a ATER como um dos meios de comunicação e repasse de informações entre o governo e a agricultura familiar, portanto considerando as colocações da entrevistada percebe-se que a qualidade das informações bem como o canal de comunicação entre a ATER e as agricultoras precisa ser melhorado para que o acesso das mulheres ao PRONAF seja facilitado.

Ainda no quesito do intermédio das informações, outro fator que pode dificultar ou facilitar o acesso ao crédito rural é o repasse de informações através das instituições financeiras. As agencias de crédito e demais instituições financeiras possuem a responsabilidade de prover informações claras e precisa aos agricultores familiares que buscam informações sobre PRONAF (COPETTI, 2008), contudo conforme a fala da entrevistada

quando ela se dirigiu ao banco em uma tentativa de acesso ao crédito além de ter seu pedido negado teve dificuldades em conseguir informações.

Assim uma vez eu fui lá no banco aí eu fui mas eu não consegui, eu e meu marido e ele não conseguiu. Eles [banco] falaram que por enquanto não estava fazendo, levamos a documentação do terreno até foto onde a gente planta e tudo, mas ele disse que por enquanto não estava fazendo (Entrevistada C).

Eu acho assim, que eles [banco] não conseguiram ajudar não porque quando a gente chegou e sentou eu perguntei aí ele falou que não dava para fazer só isso. E aí também levantei e vim embora. Eles não tentaram ajudar eles e nem falaram os documentos que precisava nem nada (Entrevistada C).

Eu acho que o mais difícil [para acessar o PRONAF] é no banco que não da informação direito porque às vezes a gente chega lá e até tem gente que ajuda né mas já tem um que já chega falando ‘Ah não isso aí não tá funcionando, isso aí não dá certo’ (Entrevistada C).

Essa dificuldade de conseguir informações nas instituições financeiras vai além da disposição dos atendentes de fornecer ou não tais informações, como exposto pela pesquisa de Cardoso e Lopes (2021) até mesmo os materiais disponibilizados, como vídeos e folhetos, costumam estar voltados para o público masculino, com a mulher em segundo plano, reproduzindo padrões machistas e paternalistas. Percebe-se portanto que para aumentar a adesão das agricultoras ao PRONAF é necessário que mudanças no atendimento e material dessas instituições sejam efetuadas, com um atendimento mais voltado a necessidade das mulheres agricultoras e divulgação de materiais com informações condizentes com essas necessidades e dúvidas.

A presença das TIC no campo é um fator que influencia no acesso ao PRONAF, pois pode ser um canal de comunicação entre entes governamentais e os agricultores (JESUS *et al.*, 2021) e/ou um meio de divulgação e acesso as informações (SILVA, 2017). Segundo a entrevistada apesar de ter outras TIC como celular, televisão e internet a que ela mais utiliza para conseguir informações é o rádio.

Eu fico mais no rádio. E a televisão é difícil, é mais os meninos [netos] que assiste desenho, mas durante o dia que eles não estão lá em casa é tudo desligado. E aí me informo mais pelo rádio (Entrevistada C).

Entretanto ela afirma que a iniciativa de ir até o banco surgiu após ver a notícia sobre o PRONAF na televisão, conforme trecho da entrevista abaixo.

Foi pela televisão, pelo jornal aí fui eu mais meu marido direto no banco. A gente levou os documentos do terreno, levamos os documentos da gente aí eles falaram que por enquanto não estavam fazendo (Entrevistada C).

Neste processo de divulgação de informação, Silva, Ponciano e Souza (2020) afirmam que o acesso a internet é um meio eficiente no que diz respeito a divulgação das políticas públicas e que apesar de ainda possuir algumas limitações esse acesso já uma realidade para a população agrícola. Sendo assim, questionou-se da agricultora se o acesso à internet lhe ajudava a obter informações, no que ela respondeu:

Acho que a internet ajuda bastante em encontrar, eu mesmo quando quero ver negócio de agricultura aí eu mando, eu não sei bem, mas eu mando o meu neto botar aí ele bota e eu vejo (Entrevistada C).

Considerando este trecho isolado da entrevista é possível assumir que a forma como estão sendo divulgadas as informações acerca do PRONAF são suficientes, contudo, também questionou-se da entrevistada se dentre essas informações que ela buscava na internet estavam informações que lhe ajudassem a acessar o PRONAF, e sua resposta demonstrou algo já encontrado na literatura, a maneira como essas informações estão sendo divulgadas não são suficientes para que a agricultora compreenda o programa e a forma como pode acessá-lo (JESUS *et al.*, 2021; SILVA; PONCIANO; SOUZA, 2020; SILVA, 2017).

Eu acho que o que passa no rádio, na televisão e os vídeos que eu procuro na internet e os panfletos não ajudam muito não... Eu acho que falta muita coisa pra gente entender, porque a gente vai em um busca, vai em outro e busca e nunca encontra alguém que ajude (Entrevistada C).

Para a entrevistada o que realmente poderia ajudar a divulgar as informações sobre o PRONAF é estar mais engajadas em conversas a respeito do tema, seja com os agentes de ATER ou com os atendentes das instituições financeiras.

Eu acho que o que ajuda a gente que precisa entender o PRONAF é assim conversando que nem eu tô conversando com você né e outras pessoas que nem eu conversava com os meninos [agentes de ATER] ou até lá no banco que podiam falar melhor com a gente (Entrevistada C).

Essa diversidade de meios que permitem a divulgação e acesso a informação, de fato facilita que as informações, de alguma maneira, alcancem o público alvo do PRONAF, porém também exige que aqueles que repassam a informação se adequem as diferentes realidades da

agricultura familiar, pois não adianta só repassar a informação se o receptor não conseguir compreendê-la.

4.2.3.3 Relação Familiar

As dinâmicas da relação familiar costumam influenciar o acesso das mulheres agricultoras, isto porque muitas vezes o processo de gerenciamento da propriedade e dos recursos financeiros é feito exclusivamente pelos homens da família, dificultando a autonomia das mulheres em decidirem se assumem ou não um crédito rural (FERNANDES; MOTA, 2014). No que diz respeito ao gerenciamento da propriedade e a divisão do trabalho a entrevistada afirma que hoje o gerenciamento é feito pelo seu genro e que o trabalho no campo é dividido entre ela e suas filhas e genros, mas que a decisão do que fazer com a renda é dela e de seu marido.

Hoje quem é o principal responsável da terra é meu genro... era ele e meu marido aí como o meu marido teve problema de saúde e de coluna também aí eu conversei com ele [genro] aí ele entrou e disse 'a gente entra nós trabalhando, você planta eu colho' (Entrevistada C).

Antes a gente ia para lá e passava o dia inteiro na roça, fazia um rancho e ficava lá e só voltada de tarde. Aí agora a gente fez a divisão aí minha menina que trabalha fora e em casa vai quando tem tempo e eu vou só de tarde e o marido dessa minha menina trabalha lá também (Entrevistada C).

Assim dentro de casa somos combinados eu e meu marido se combina e mais a minha filha que ajuda [sobre a gestão dos recursos financeiros] (Entrevistada C).

A partir das falas da entrevistada percebe-se que o trabalho e gestão da propriedade é sempre dividido entre os membros da família mas um ponto que não foi expresso nas falas mas foi possível perceber através de observações e conversas informais é que além do trabalho que ela realiza no campo todo o trabalho com a casa e ainda com o comércio que ela tem em sua residência é de sua responsabilidade, esta é aquela dupla ou tripla jornada de trabalho discutida na literatura quando se verifica os fatores que influenciam o acesso das mulheres ao crédito rural (SANTOS *et al.*, 2020; SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020).

Toda esta jornada de trabalho e responsabilidade que as mulheres assumem no seu dia a dia, contribuem para outro fator que influencia no acesso ao PRONAF, que é o medo do endividamento (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Neste sentido, questionou-se da entrevistada se este medo do endividamento era um fator que a impedia de continuar

tentando acessar o programa, e para ela este não é um fator, mas ela acredita sim que no geral muitas mulheres podem deixar de pegar o crédito por conta disso.

Eu acho que no geral é né. Porque a gente assim, por exemplo, eu pegando um crédito eu vou trabalhar com ele aí ele vai girar aí eu tenho como pagar direitinho né. Então pra mim não é. Se fosse assim pra pegar eu não tenho medo não porque tem que trabalhar né (Entrevistada C).

Eu acho que não seja complicado [assumir um crédito rural] que se a gente trabalhar direitinho dá pra pagar. É que a gente vai buscar ajuda, então a gente tem que trabalhar direito para poder repor né (Entrevistada C).

Percebe-se nas falas da entrevistada sempre uma coletividade nas repostas, como se a decisão por tomar esse crédito não fosse feita somente por ela, precisando passar por um aval de outros membros da família, a literatura discute que a opinião e apoio dos membros da família pode ser um fator de grande influência na decisão da mulher de buscar acessar o PRONAF (ARAÚJO *et al.*, 2016; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Percebe-se que para a entrevista este é um fator que facilita sua decisão em acessar o crédito rural.

Eles [membros da família] sempre dizia que fosse atrás, mas aí teve uma vez que eu digo ‘Ah não vou mais não que a gente vai e não consegue’ (Entrevistada C).

Para mim eles [membros da família] concordam de ir buscar já que a gente somos tudo unidos, trabalha tudo unido e eles concordam, mas se não fosse assim eu ficava com medo de pegar porque que não tinha assim como eles aconselham (Entrevistada C).

A decisão de acessar o PRONAF sendo feita sempre na coletividade demonstra mais uma vez que a mulher, quando decide acessar um crédito, está sempre pensando em como aquilo pode impactar não só seu futuro econômico mas o de toda a sua família, sendo este portanto mais um fator que os entes governamentais precisam considerar quando estimulam o acesso ao crédito rural para as mulheres.

4.2.3.4 Documentação exigida pelas instituições financeiras

A literatura discute sobre a importância das mulheres terem o seu CAF/DAP para poder ter acesso as políticas públicas de apoio a agricultura familiar e como este pode ser um fator que dificulta o acesso ao PRONAF seja pela dificuldade de emissão ou pela titularidade que fica exclusiva do homem (ARAÚJO *et al.*, 2016; BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020). Porém esta não é a realidade da entrevistada, conforme trechos da entrevista expostos abaixo:

Para tirar [a CAF/DAP] a gente teve que ir aqui em Piaçabuçu na secretaria do agricultor... quando a gente abriu a associação a minha menina que levou pra gente tirar (Entrevistada C).

Não foi difícil [para emitir], foi bem rapidinho (Entrevistada C).

Só eu e meu marido e nos dois somos titulares (Entrevistada C).

Desta maneira, percebe-se que no que diz respeito aos documentos exigidos pelas instituições para liberação do crédito rural, para a entrevistada o problema não está na dificuldade de conseguir tais documentos e sim na falta de informação sobre quais documentos são necessários. Segundo ela nem o banco nem a notícia que abordou o PRONAF forneceram esta informação.

E eu que já fui assim, no jornal não dizia não qual o documento que precisava só que tinha a linha aberta mesmo (Entrevistada C).

Eu acho que o documento é outro fator que dificulta né, porque a gente nunca sabe o que precisa (Entrevistada C).

Considera-se então que se faz necessária a melhora do processo de divulgação de informações sobre as documentações exigidas pelas instituições financeiras assim como melhoras no apoio que as cooperativas, associações e agentes de ATER oferecem as agricultoras, no sentido de orientá-las sobre tais documentos.

4.2.4 Entrevistada D

Assim como as demais mulheres entrevistadas, a entrevistada D também se reconhece como agricultora desde a infância mas afirma que dentre suas ocupações também está a pesca artesanal. Nos trechos da entrevista transcritos abaixo é possível perceber este reconhecimento do seu papel enquanto agricultora e o impacto que esta atividade exerce na vida da entrevistada, para a literatura é importante que a mulher possa se reconhecer enquanto agricultora e o impacto do seu papel na agricultura como um todo, pois o contrário contribui para um processo de invisibilidade e desvalorização de seus esforços (NEGRETTO; SILVA, 2018)

Assim, eu sou agricultora desde pequena mas no papel eu tô como pescadora porque eu também pesco pra vender (Entrevistada D).

Eu sou muito feliz, é que eu assim fui criada já no campo né meu pai era vaqueiro e trabalhava já na luta, a gente já começou nessa vida de plantar, a minha mãe sempre plantava assim a hortaliça para o consumo de casa e o meu pai sempre teve a rocinha de macaxeira, de batata, a gente não tinha que comprar, como até hoje a gente não precisa e aí você só compra se caso você quiser comer e não tem em casa mesmo. Então a gente já nasceu naquela coisa e continuamos né. Estudamos mas aí não tivemos mais oportunidade porque naquela época não era como hoje com mais oportunidade e então a gente teve que parar para ajudar a mãe e o pai, não que o pai quisesse né mas aí a gente foi quem entendeu que precisava ajudar mas graças a Deus sou feliz, sou muito feliz, eu tenho o meu coco para tomar a minha água, tem a minha banana, a minha fruta fazer meu suco entendeu não tem o que comprar... e assim a gente além de ter o nosso a gente ajuda um vizinho entendeu, as vezes eu não vou vender aí eu dou um pouco pra um, pra outro, a gente troca as vezes sementes e mudas e assim somos felizes (Entrevistada D)

Neste trecho da entrevista é possível perceber que apesar das dificuldades que o povo do campo enfrenta, para a entrevistada trabalhar com a agricultura é algo que lhe deixa contente e satisfeita, e quando questionada especificamente sobre o papel da mulher na agricultura familiar ela continua sua fala exaltando a importância dessa figura.

Eu acho que o papel da mulher na agricultura é muito importante né porque a mulher tem aquela força. A força da mulher guerreira, de luta, de querer melhorar, de querer mostrar pro mundo que é da mulher, de querer melhorar as coisas pra ela e pra família. Então eu acho que assim é uma coisa muito importante essa força da mulher na agricultura (Entrevistada D).

Sobre esta importância da mulher na agricultura a literatura discute questões abordadas nas falas da entrevistada, como a mulher sendo responsável pela plantação ao redor da casa tanto para comercialização quanto para consumo próprio (BRANDÃO *et al.*, 2019; ZANCHI; SOUZA, 2018), o papel que exercem na sobrevivência da agricultura familiar com ações que estimulam oportunidades de desenvolvimento e inclusão no campo, como a troca de mudas e sementes, auxílio aos vizinhos em suas comunidades e até o mesmo o próprio reconhecimento de seu papel enquanto agricultora familiar (BRANDÃO *et al.*, 2019; MESQUITA, 2014; PEÑA; SALAZAR; RAMÍRES, 2018).

Neste sentido, questionou-se da entrevistada sua visão sobre a oportunidade de acesso as linhas de crédito do PRONAF e o impacto que tal acesso poderia ter para ela e para sua família no que ela respondeu:

Olha pra mim é muito importante né porque às vezes a gente quer crescer mais né só que aí tem aquela coisa que nem sempre a gente tem o capital para investir nisso então é muito importante a gente ter essa oportunidade de pegar um crédito pra poder plantar mais. Na minha terra mesmo quando a gente planta e tira o coco quando dá muito eu e minha filha já fazemos cocada e bolo pra poder vender na feira (Entrevistada D).

Considerando o que a entrevistada apontou como o impacto que o acesso ao crédito rural poderia ter na sua vida questionou-se também quais seriam alguns dos motivos que a fazer não acessar o PRONAF.

Então eu acredito que seja um problema aí de divulgação das informações né, muitas vezes a gente tem direito e nem sabe (Entrevistada D).

Percebe-se então que para a agricultora ter acesso ao crédito rural do PRONAF seria uma ótima oportunidade de crescimento da renda para sua família e conseqüentemente melhora das condições de vida, contudo assim como para os demais entrevistados para a agricultora existe um problema de divulgação de informações que dificulta o acesso dos agricultores ao programa.

4.2.4.1 Relações Sociais

Para a entrevistada D as questões estudadas nesta categoria de análise não têm sido fatores que influenciam positivamente no seu acesso as linhas de crédito do PRONAF. Para a entrevistada o apoio recebido pela os agentes de ATER têm sido exclusivamente relacionados à plantação, o que de fato é essencial para a agricultura familiar do município mas não permite que o seu potencial de crescimento seja totalmente explorado, uma vez que como discutido na literatura o acesso das mulheres ao crédito rural é essencial para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar (ARAÚJO *et al.*, 2016; SILVA, 2017; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016)

De vez em quando eles [agentes de ATER] vêm porque a necessidade maior da gente é de ter assistência técnica na nossa plantação porque existe alguma coisa que a gente não sabe mas aí tendo ele ali no campo com a gente já orienta... é importante porque tem coisas que a gente fica em dúvida de como fazer e eles vêm dar aquela orientação e a gente faz e dá certo (Entrevistada D).

Ressalta-se que ela reconhece que em algum momento a cooperativa abordou a questão do PRONAF mas percebe-se pela sua colocação que a maneira como foi abordado o tema não resultou em fator que pudesse realmente facilitar o acesso dela ao programa.

Eu só sei assim do PRONAF pelos cursos que eles (cooperativa) deram né, eles trazem bastante cursos pra gente e lembro que uma vez falaram que tinha esse crédito, mas não sei mais sobre isso (Entrevistada D).

Considerando, mais uma vez, que as relações com a ATER e com as cooperativas e associações podem ser fatores decisivos no acesso das mulheres ao PRONAF (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; SILVA *et al.*, 2020) confirma-se, através das colocações da entrevistada, que o processo de apoio desses atores em relação ao acesso ao PRONAF precisa ser melhor estruturado.

4.2.4.2 Divulgação e Acesso às Informações

Como mencionado anteriormente, para a entrevistada o problema divulgação das informações sobre o PRONAF é um dos principais fatores que dificultam o acesso aos recursos do programa.

Então eu acredito que seja um problema aí de divulgação das informações né... Pra mim o mais difícil é porque a gente não tem acesso direto. Para a gente ter o acesso é através da secretaria ou através da associação, ou da cooperativa né. Esses programas e essas coisas vai primeiro pra lá e depois distribui então a gente agricultor não tem as informações diretamente (Entrevistada D).

Para melhor compreender essa dificuldade sentida pela entrevistada de ter acesso às informações, foi necessário buscar compreender quais são os meios que ela mais utiliza para buscar tais informações, isto se dá pois como discutido na literatura é necessário compreender os pormenores do público-alvo para que a informação acerca de um programa governamental seja melhor divulgada (JESUS *et al.*, 2021).

É mais no rádio [que consegue informações] porque assim de manhã tem a programa da Marta né ai é local aqui de Penedo [município vizinho] aí ela divulga de Maceió, de Aracaju essas coisas, então tem muita informação do governo, das prefeituras, do que tá acontecendo e do que vai acontecer (Entrevistada D).

Eu também vejo televisão mas o rádio é bom porque as vezes eu tô lavando uma roupa, uma louça e tô ouvindo o que vai acontecer na região (Entrevistada D).

Visto que a entrevistada considera o rádio como seu principal meio de acesso às informações questionou-se se ela já havia ouvido algo sobre o PRONAF no mesmo e se ela conseguia lembrar quais informações teriam sido divulgadas, no que ela respondeu:

Eu já ouvi sim, mas não lembro agora o que era essa informação, era algo sobre ter esse crédito pra agricultura e essas coisas (Entrevistada D).

É interessante perceber que a informação tem de alguma maneira alcançado o público-alvo do PRONAF contudo questiona-se aqui a qualidade dessa informação, pois como exposto nestes trechos da entrevista, a agricultora afirma ter ouvido sobre o PRONAF no rádio, porém não consegue lembrar quais informações foram repassadas neste meio dando-se a entender que este é um recurso que precisa ser melhor explorado para que possa efetivamente facilitar o acesso das mulheres ao programa.

4.2.4.3 Relação Familiar

Nos quesitos explorados na categoria de análise ‘Relação Familiar’ a entrevistada destaca o medo de endividamento como um dos fatores que dificulta o seu acesso ao PRONAF. No que diz respeito a gestão dos recursos financeiros e divisão do trabalho parece haver um equilíbrio na relação familiar da entrevistada, ou seja, a gestão dos recursos e decisões é feita em conjunto por ela e seu esposo

É tudo junto. Tudo que entra é entre nós dois, então tudo que a gente t ali participando é entre nós. Não tem essa de que esse aqui é seu e esse aqui é meu, não é de nós dois e sempre foi assim desde o início, que nem na roça que o trabalho também é feito por nós dois (Entrevistada D).

Na minha casa a gente pega [inicia os trabalhos na roça] cedo e por conta disso a gente acorda cedo aí então eu tenho um dia na semana que tiro só para casa. Por exemplo, dia de segunda eu faço uma boa faxina na casa, lavo roupa da gente tudo e então aí aquele dia é só para casa e durante a semana eu vou só mantendo, acordo cedo aí já dou uma ajeitadinha e depois faço o almoço e a gente desce para lá (Entrevistada D).

Apesar da agricultora afirmar que o trabalho é dividido, é possível observar, com base no trecho acima, que a carga de trabalho acaba sendo mais direcionada a ela, uma vez que as tarefas domésticas ficam sob sua responsabilidade. E ainda em outro momento da entrevista ela afirma que planta ao redor de sua casa algumas hortaliças e frutas para consumo de sua família, porém quando questionada sobre quem trabalhava na plantação da família ela afirma que quem trabalha mesmo é o seu esposo e que o trabalho dela é mais um auxílio.

No meu quintal que é grande tem laranjeira, tem mangueira, tem acerola só para consumir mesmo e aí faça as hortazinhas pequenas dentro de casa de cebolinha, coentro porque quando eu quero né quero eu não preciso descer lá embaixo e nem ir comprar já tem lá (Entrevistada D).

Sim meu marido trabalha lá também, e é ele que faz a força eu trabalho só no mais leve mesmo (Entrevistada D).

Essa falta de reconhecimento do seu trabalho tanto na esfera reprodutiva quanto na produtiva, segundo a literatura, têm historicamente contribuído para que as mulheres agricultoras não busquem meios de se desenvolver economicamente de forma desvinculada de seus parceiros, desenvolvendo sua autonomia e protagonismo no meio rural (ARAÚJO *et al.*, 2016; BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; CARDOSO; LOPES, 2021; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Portanto, apesar de a entrevistada não afirmar, percebe-se que a atual divisão do trabalho pode ser sim um fator que têm dificultado o seu acesso ao crédito rural.

Como mencionado anteriormente a entrevistada afirma que o medo de endividamento é um fator que a tem feito não buscar acessar o crédito rural. Apesar de ela afirmar que o crédito seria um meio de crescer sua capacidade produtiva quando questionada sobre como ela faz atualmente para custear sua produção ela afirma que utiliza apenas o que consegue de retorno das suas vendas pois tem esse receio de assumir responsabilidade com um empréstimo.

A gente vende e com o valor do que vende vai plantando de novo. Eu mesma nunca gostei de pegar empréstimo né então a gente faz do nosso pouco que a gente tem a gente vai investindo uma semente quando dá a produção a gente já guarda aquela semente para depois a gente semear para plantar novamente para que não fique tomando o dinheiro emprestado. É bom conseguir um crédito? É sim. Mas você fica se preocupando porque às vezes a gente planta fica tudo bonitinho aí quando já tá perto de colher vem a chuva e acaba com tudo aí fica aquela coisa de você de repente perder tudo e não ter como pagar (Entrevistada D).

Este medo do endividamento por parte das agricultoras é um fator discutido em diversos momentos na literatura (ARAÚJO *et al.*, 2016; SPANEVELLO *et al.*, 2020; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016), portanto destaca-se como fator a ser melhor discutido por aqueles que estimulam o acesso das mulheres ao PRONAF, buscando meios de capacitá-las para que possam melhor gerir seus recursos, criando maior confiança na sua capacidade produtiva.

4.2.4.4 Documentação exigida pelas instituições financeiras

Na categoria de documentação exigida pelas instituições a entrevistada D apresenta uma peculiaridade em relação as outras agricultoras entrevistadas. Como mencionado anteriormente, apesar de afirmar que a agricultura familiar é sua ocupação principal, a

entrevistada possui registro como pescadora, o que segundo ela foi um impedimento para que ela obtivesse o CAF/DAP.

Para que o agricultor tenha acesso aos programas de apoio a agricultura familiar é necessário que ele possua o CAF/DAP (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Quando questionada então se ela possuía tal documento ela informou que não tinha, que apenas o marido possuía pois ela já tinha um registro de pescadora.

Eu não tenho o CAF/DAP, em casa só o meu marido que tem. O meu CAF/DAP eu não pude tirar porque eu já tenho minha carteirinha de pesca, aí então eu como eu já tinha o de pesca e não podia tirar o CAF/DAP ele só que fez esse da agricultura (Entrevistada D).

Ressalta-se que o pescador artesanal pode sim retirar o CAF/DAP como pescador, permitindo que ele então tenha acesso a programas como o PRONAF (MAPA, 2021), inclusive algumas instituições financeiras como a Caixa Econômica Federal possuem linhas de crédito do PRONAF específicas para pescadores que possuam o CAF/DAP (CEF, 2023). Porém como afirmado pela agricultora quando ela e o esposo foram emitir o CAF/DAP lhes foi informado que ela teria que optar entre mudar para o CAF/DAP ou permanecer apenas com o registro atual de pescadora, como ela já estava próximo da aposentadoria ela acabou optando por deixar apenas o esposo como titular do CAF/DAP.

Nem foi difícil tirar o CAF/DAP por conta de que a gente já tinha o documento da terra tudo direitinho então para ele [esposo] não foi difícil. Pra mim foi difícil eu tirar assim por conta que eu já era da pesca e não podia ter as duas coisas e como no próximo ano eu já me aposento pela pesca aí se eu fosse entrar na agricultura ia me complicar aí eu preferi ficar anônima (Entrevistada D).

Isto destaca mais uma vez a falta de informação que a agricultora tem sobre os seus direitos, pois neste caso se a entrevistada tivesse sido orientada corretamente ela poderia ter emitido desde o início o seu CAF/DAP como pescadora ao invés da carteirinha de pescador que possui atualmente, permitindo que ela se apresentasse como titular da propriedade familiar, concedendo-lhe ainda mais autonomia em relação a decisões como acessar o PRONAF.

4.2.5 Entrevistada E

Para a entrevistada E, que também se reconhece enquanto agricultora familiar, o gosto pelo trabalho no campo teve início na sua infância enquanto observava o trabalho que sua mãe

realizava na roça e ainda reconhece o importante papel que a mulher exerce na agricultura familiar.

Eu gosto muito desse trabalho. Foi através da minha mãe que eu entrei, eu via a minha mãe trabalhando aí gostei e então a gente começou a trabalhar, e a gente trabalha todo mundo junto em família mesmo. Eu gosto de trabalhar, não gosto de ficar parada, a gente planta e quando a gente não tem aqui a gente busca em outros lugares para ver como é que as pessoas trabalham para a gente ver se também consegue uma coisa boa para a nossa terra. Eu gosto sempre de buscar novas coisas, aí eu sempre saio trabalhando e buscando novidades (Entrevistada E).

Pra mim a mulher é guerreira, porque a gente trabalha direto no campo, se arruma, cuida dos filhos, cuida da casa e tem a sua própria vida, o seu próprio dinheiro então não é mais como antigamente que a gente via uma agricultora mulher sofrida, existe ainda sim, mas hoje em dia existe muitas agricultoras que se valorizam e trabalham e são guerreiras (Entrevistada E).

Percebeu-se a partir das falas da entrevistada e nos trejeitos observados durante a entrevistas um entusiasmo da agricultora em relação ao seu trabalho e ao futuro, que são característicos da população rural jovem (SPANVELLO *et al.*, 2020). Contudo há de se considerar outra característica da população jovem do campo que é o êxodo por busca de novas oportunidades, neste sentido questionou-se da entrevistada se ela possuía outras fontes de renda, no que ela respondeu:

Hoje eu estou só na agricultura mesmo, de vez em quando eu faço uma sobancelha mas a principal é a agricultura...eu também trabalhei por muito tempo na prefeitura como artesã de idosos, aí agora eu saí e não sei se vou voltar mas estou no aguardo (Entrevistada E).

Estes trechos da entrevista revelam que a busca por outras fontes de renda têm sido uma preocupação da entrevistada, porém quando questionada se ela ainda tinha o desejo de continuar na agricultura sua resposta foi positiva, para ela o trabalho como agricultora familiar é a melhor oportunidade para geração de renda para sua família.

Eu busco sempre continuar porque hoje em dia eu vejo que é através da agricultura que a gente tem esse trabalho, que a gente tem nossa fonte de renda porque outro trabalho hoje tá muito difícil. E também da pandemia para cá eu percebi que valorizou a agricultura familiar, a gente teve uma renda maior porque valorizou sim o valor da gente das nossas coisas que antes era um valor baixo para quem trabalha muito né mas hoje em dia valorizou mais e é o meio porque às vezes você tá trabalhando registrado aí vem uma coisa e você vai para fora, mas você trabalhando no seu próprio negócio, que é a agricultura familiar, você tá tendo sua renda você é o seu próprio patrão (Entrevistada E).

O acesso ao PRONAF pode ter um impacto significativo na permanência das jovens mulheres no campo. Segundo a pesquisa de Spanevello *et al.* (2020), o programa demonstra benefícios ao promover a ampliação das atividades existentes na propriedade, gerando maiores oportunidades de renda e portanto fortalecendo a permanência das jovens mulheres agricultoras no campo. Em suas falas a entrevistada aborda a questão da importância do PRONAF para a mulher agricultora, conforme exposto no trecho abaixo:

Eu acho importante e necessário [o PRONAF] até pra gente que virou micro empresária... porque pra gente plantar a gente precisa ter semente precisa ter trabalhador... e a gente precisa ter um investimento para segurar [nas épocas de muita chuva ou seca]... e eu sinto que na parte da agricultura faz falta isso, pelo menos aqui no nosso município. Aqui a gente precisa mais disso porque se a gente tiver um financiamento a gente consegue manter trabalhador, a gente consegue manter... a nossa plantação, arar a terra só que aí sem financiamento a gente tem que tá sempre tirando do nosso ganho que já é pouco e pra gente ter aquele ganho maior a gente tem que tirar do nosso próprio bolso e se tiver um financiamento a gente pode estar só gerando nosso lucro, crescendo ainda mais o nosso lucro (Entrevistada E).

Se eu conseguisse eu ia, como eu já tenho o meu lado, eu ia fechar tudo de plantação, eu ia arar a minha terra, plantar mais, colocar uma pessoa para ajudar meu esposo que ele trabalha só, para poder a gente expandir mais ainda e ter como sempre tá com semente para a gente plantar porque você tirando é colhendo e plantando de novo. terra a gente tem só não estamos tendo um investimento para trabalhar lá (Entrevistada E).

Como é possível perceber a entrevistada possui um grande interesse em acessar uma das linhas de crédito do PRONAF para poder investir na expansão da sua plantação atual, contudo durante a entrevista ela aponta diversos fatores que dificultam o seu acesso ao programa, como a restrição em seu nome e o receio de assumir um compromisso e não conseguir arcar com as dívidas (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016), falta de informação sobre como acessar o programa (ARAÚJO *et al.*, 2016) e agentes de ATER que não apoiam diretamente na questão do acesso ao PRONAF (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020).

4.2.5.1 Relações Sociais

No que diz respeito as questões analisadas nesta categoria, para a entrevistada E, as associações, cooperativas e agentes de ATER podem ser aliados no processo de acesso ao crédito rural. Segundo a agricultora foi a partir da associação que ela soube da existência do PRONAF.

Eu fiquei sabendo do PRONAF através da associação que apresentou pra gente (Entrevistada E).

Entretanto, assim como as demais entrevistadas o conhecimento adquirido sobre o PRONAF limitou-se ao saber de sua existência pois quando questionada se tinha informações sobre quais as linhas de crédito ou atividades que poderiam ser financiadas pelo programa, ou então, como ela poderia acessar o crédito e quais documentos necessários a mesma informou que não possuía tais informações.

Mendes *et al.* (2014) discutem em sua pesquisa que quando as mulheres se organizam ou participam de grupos comunitários, como associações ou até mesmo cooperativas, o acesso delas aos programas governamentais tende a aumentar, isto ocorre pois esses grupos costumam promover ambientes de capacitação e debates sobre temas como o acesso ao crédito rural. Este ponto se confirma nas falas da entrevistada, para ela participar em alguma associação ou espaço público se configura como facilitador de acesso ao PRONAF.

Pra mim as pessoas da comunidade tem que buscar participar de alguma associação, algum espaço público ou alguma cooperativa na sua própria comunidade porque isso facilita sim o acesso (Entrevistada E).

Eu acho que a cooperativa e associação poderiam ajudar trazendo mais projetos e palestras pra gente. Assim a gente consegue aprender como faz [para acessar o programa] e a gente consegue ampliar (Entrevistada E).

A entrevistada também destaca em suas falas o papel que os agentes de ATER podem desempenhar, pois ela afirma que tais atores estão sempre presentes e é com eles que as agricultoras conseguem ter acesso direto quando precisam de alguma ajuda.

O técnico [agente de ATER] hoje é quem tá mais perto da gente, é através dele que a gente pode ir até o governo e outras instituições... se você falar pelo telefone ele vem, tem esse contato direto né mais do que uma cooperativa, mais que o governo, é eles que ajudam a gente (Entrevistada E).

Como apontado na literatura, o agente de ATER pode ser um dos atores que mais facilita a divulgação de informações e a comunicação entre as agricultoras e os entes governamentais (JESUS *et al.*, 2021), contudo quando questionada sobre as etapas do processo de acesso ao crédito rural que os agentes de ATER costumavam ajudar a resposta da agricultora foi voltada para o apoio que os agentes concedem apenas nos aspectos relacionados a plantação e cuidado da terra, evidenciando, como discutido anteriormente, a

falha no processo dos agentes de ATER de apoiarem e estimularem de maneira efetiva o acesso ao PRONAF.

Eles, quando a gente tá arando a terra e na parte da plantação, sempre vem e dão dicas de como você vai plantar, como fica melhor para aquele alimento crescer, ele sempre dá uma ajuda técnica de como a gente vai plantar e essas coisas (Entrevistada E).

Este apontamento da entrevistada é complementado pela sua percepção de como os agentes de ATER poderiam melhor auxiliar no acesso ao crédito rural, conforme trecho abaixo.

Acredito que assim, quanto aos técnicos eles poderiam ajudar mais explicando um pouquinho a mais, porque eles trazem outras pessoas também para explicar para a gente e as vezes a gente tendo dúvida já poderia perguntar (Entrevistada E).

As colocações das entrevistada quando ao papel das cooperativas, associações e agentes de ATER confirmam o que Araújo *et al.* (2016) discutem sobre o papel que a educação pode exercer na capacidade de conseguir renda e aumentar a qualidade de vida das agricultoras, para os autores o acesso as informações, conhecimento e educação é um potencializador de inclusão social e efetivação de direitos. Portanto, se faz necessário que os atores mencionados nesta categoria de análise se esforcem mais em proporcionam ambientes que promovam a busca pelo conhecimento.

4.2.5.2 Divulgação e Acesso às Informações

Para a agricultora, em relação a divulgação e acesso às informações, o uso das TIC é o fator que pode facilitar o acesso das mulheres ao crédito rural. Dentre as TIC comumente utilizadas no meio rural a entrevista dá destaque para o uso da internet.

Para mim usar a internet facilita muito buscar informações, mas isso é porque eu tenho mais acesso né, mas assim pode ser que para outras pessoas poderia ter outros meios, mas para mim o mais fácil é a internet (Entrevistada E).

Assim como discutido na pesquisa de Silva (2017) é possível perceber que o uso das TIC no meio rural têm sido mais difundido contudo a entrevistada afirma que, mesmo tendo acesso à internet e demais TIC, para ela as informações sobre o PRONAF não estão disponíveis e de fácil acesso para quem precisa.

Assim eu acho que hoje o meio de comunicação da gente é Instagram, Facebook e WhatsApp né. Acho que as informações tem que ser mais disponível pra gente agricultores porque tem muita coisa que tem da agricultura que a gente não sabe... acho que através desses canais de acesso a gente poderia ter mais assim um canal sempre aberto pra tirar nossas dúvidas sem a gente precisar ir até algum lugar (Entrevistada E).

Eu mesma nunca ouvi uma informação sobre o PRONAF na televisão ou algum anúncio no celular, só fiquei sabendo pela associação mesmo (Entrevistada E).

A entrevistada continua afirmando que todo esforço voltado para divulgação de informações sobre o PRONAF é benéfico, inclusive materiais de mídia físicos como panfletos, ou então informações divulgadas nos outros meios de comunicação como televisão e rádio, podem ser facilitadores de acesso ao crédito rural. Contudo como exposto por Cardoso e Lopes (2021) a qualidade das informações disponibilizadas nestes materiais deve ser bem analisada e preparada para que não reproduzam padrões machistas e paternalistas.

Acho que o panfleto também ajudaria a acessar o PRONAF porque vai ter ali algum meio de comunicação para a gente poder ir procurar (Entrevistada E).

Acho também que na televisão poderia ter mais anúncio e no rádio também como muita gente escuta. Às vezes na televisão você tá assistindo aí passa alguma reportagenzinha, passa alguma coisa sobre o PRONAF explicando aí você já se interessa, aí se lá diz vai em tal site aí você já vai saber onde procurar (Entrevistada E).

Apesar da agricultora dar destaque para o uso das TIC na divulgação das informações, ela também enfatiza que o governo pode melhorar o compartilhamento através da secretaria de agricultura, para a entrevistada a secretaria de agricultura do município poderia se fazer mais presente na divulgação de informações a respeito do PRONAF.

Através da secretaria de agricultura por exemplo a gente poderia receber mais ajuda... eles ajudam a gente até que bastante com outras coisa, não tanto quanto dos vizinhos e a associação, mas eu sinto que a secretaria poderia ser mais um porta-voz pra trazer a informação sobre o PRONAF pra gente (Entrevistada E).

Este intermédio de informações entre os entes governamentais e as agricultoras familiares é um assunto também discutido na literatura, para Jesus *et al.* (2021) muitas vezes existe um gargalo entre o que é de fato disponibilizado pelas políticas públicas de apoio ao setor da agricultura e as informações que chegam até o público alvo, por este motivo é que se reforça a importância de estimular a autonomia das mulheres em buscarem informações e por

consequente a necessidade de disponibilizar tais informações em diferentes meios de comunicação.

4.2.5.3 Relação Familiar

Nesta categoria de análise destaca-se das falas da entrevistada E que um fator que dificulta o seu acesso ao PRONAF é o medo de endividamento. Como exposto por Spanevello *et al.* (2020) quando uma mulher decide se deve ou não contrair um crédito rural ela leva em consideração como este compromisso poderia afetar sua família. Neste sentido, a entrevistada afirma que apesar de possuir maior controle dos processos burocráticos e dos recursos financeiros em sua família a opinião de seu esposo e outros membros da família influenciam muito nessa decisão.

Olha dessas coisas financeiras lá em casa quem sempre decide mais como gastar sou eu... mas assim a opinião do meu esposo é muito importante pra fazer essa decisão (Entrevistada E).

A gente sempre comentava que deveria ter uma linha de crédito para os agricultores para a gente trabalhar... Então eu e ele sempre concordamos e a gente sempre quis buscar esse meio mas a gente nunca teve assim uma influência de alguém para a gente fazer isso (Entrevistada E).

Mas mesmo a gente querendo, e sempre conversando na família, dá assim medo que por exemplo tem as vezes a chuva e a gente acaba perdendo muita coisa e aí o pouco que a gente ganha tem que usar para reconstruir de novo. Mas eu acredito que a linha de crédito a gente sabendo usar a gente vai parar aquela dificuldade que é não ter da onde tirar. Então ter uma linha de crédito é algo que vai ajudar e sempre sabendo que você tá pegando um empréstimo e você tem que pagar para que você continue (Entrevistada E).

É perceptível que, embora o receio de endividamento seja um obstáculo para a agricultora em relação ao acesso ao PRONAF, ela ainda manifesta interesse em obter crédito, pois enxerga nessa oportunidade uma alternativa para o crescimento saudável e sustentável da sua renda familiar. Portanto, um fator que poderia facilitar o acesso é a capacitação das agricultoras para uma melhor gestão de seus recursos. De acordo com Brandão, Santos e Rist (2020), o suporte oferecido pelas cooperativas e associações na contabilização dos custos e lucros da produção pode desempenhar um papel facilitador no acesso ao crédito rural por parte das mulheres.

4.2.5.4 Documentação exigida pelas instituições financeiras

Nos pontos analisados nesta categoria, para a entrevistada E os documentos de identificação básicos, como RG, CPF e CAF/DAP não são fatores que dificultam o seu acesso ao PRONAF. Segundo ela a emissão do CAF/DAP foi um processo rápido e apoiado pela associação da qual ela faz parte.

Foi bem fácil de tirar o CAF/DAP, quando a associação abriu a presidente pediu os documentos aí um rapaz veio e informou e explicou como fazer essa questão do CAF/DAP, aí a gente já tinha os documentos e foi só passar pra eles... Eu e meu marido estamos como titulares no CAF/DAP (Entrevistada E).

Contudo, quando questionou-se das outras documentações exigidas pelas instituições a entrevistada afirma não ter conhecimento de quais documentos são necessários, conforme trecho abaixo:

Olha eu nunca tentei ir no banco atrás de saber do que precisava porque uma vez foram lá e era tanta coisa que precisava, de terra e essas coisas que eu nem sei dizer, aí logo fiquei desanimada de ir tentar também (Entrevistada E).

É evidente que, no contexto da entrevistada, a dificuldade não reside tanto no acesso à documentação exigida pelas instituições, como destacado por Araújo et al. (2016) e Rapozo (2019), mas sim na obtenção de informações sobre quais documentos são efetivamente necessários. Nesse sentido, reforça-se o que Spanevello, Matte e Boscardin (2016) relatam em sua pesquisa sobre a importância do apoio da assistência técnica e das cooperativas na elaboração e organização dos documentos solicitados.

4.2.6 Entrevistada F

Para a entrevistada F a agricultura é parte integrante de sua vida desde a infância e apesar de atualmente a composição da renda de sua família não ser exclusivamente provinda da agricultura, pois seu marido também possui um trabalho externo, a agricultora enxerga na agricultura familiar seu principal empreendimento.

Hoje eu só trabalho com a agricultura, tem meu marido que trabalha fora mas pra mim o principal mesmo é a plantação. Aqui a gente planta porque a gente come né e também porque a gente fornece pra escola na chamada pública que a associação conseguiu pra gente e assim a gente vai tirando nossa renda (Entrevistada F).

Considerando o impacto da agricultura na vida da entrevistada questionou-se como ela enxergava o papel da mulher na agricultura familiar do município, no que ela respondeu:

Ah a mulher na agricultura pra mim é exemplar, tem muita gente que acha que só porque a gente é mulher que a gente não consegue mas hoje em dia você vê que tem muita mulher que ta aí na luta, crescendo na agricultura (Entrevistada F).

Aqui mesmo tem sim muitas mulheres que trabalham na agricultura e na pesca também. É dividido assim uma boa parte de pescadora e uma boa parte agricultura e muitas vezes elas fazem as duas coisas, eu conheço uma também que ela pesca, ela planta, faz o beiju, o bolo de macaxeira e vende na feira pra poder conseguir dinheiro pra sua família (Entrevistada F).

As falas da entrevistada sobre o papel da mulher na agricultura familiar refletem o que Zanchi e Souza (2018) ressaltam em sua pesquisa, ainda que enfrentem muitas dificuldades no campo o saber-fazer da mulher agricultora tem ganhado maior reconhecimento, contudo ainda é visível a carga de trabalho que elas assumem para a sobrevivência de suas famílias quando são elas as responsáveis por pescar, plantar, produzir e vender (HERRERA, 2019).

Ao ser questionada sobre o impacto que uma linha de crédito específica do PRONAF para mulheres poderia ter em sua vida e na vida das mulheres de seu povoado em Piaçabuçu, a entrevistada revelou desconhecer essa possibilidade de obter um crédito exclusivo para si. No entanto, ela ressalta a importância de ter essa oportunidade para que as mulheres possam expandir seus empreendimentos.

Ah eu acho muito importante e assim uma oportunidade muito boa porque eu não sabia que tinha só para mulheres, quando eu fiquei sabendo era para qualquer agricultor não especificava assim se era mulher ou homem mas assim é bom porque a gente mulher trabalha muito, cada coisinha a gente quer fazer, que pra gente ficar parado não pode. Tem uma senhora que faz parte da associação e que além de fornecer para as escolas ela vende na feira também o bolo dela... Então assim a pessoa saber que tem uma oportunidade, que nem ela vamos supor, tem uma oportunidade de pegar e ter uma linha dessa ali para ela crescer o negócio dela é muito bom, porque aí ela já pode investir mais na terra, experimentar outros tipos de verdura e legume para ver o que é que consegue mais ali da terra só que pra isso a gente tem um custozinho (Entrevistada F).

É evidente que a agricultora acredita que o crédito rural pode trazer níveis mais elevados de autonomia não apenas para si, mas também para as outras mulheres de sua comunidade. Fernandes e Mota (2014) e Silva (2017) discutem a respeito dessa autonomia que o acesso ao crédito rural pode proporcionar aos projetos individuais das mulheres agricultoras familiares, aumentando sua participação nas atividades produtivas de maneira consciente e planejada, de modo a contribuir para que elas possam ter acesso a bens e serviços tanto para si mesmas quanto para suas famílias.

A entrevistada também menciona as dificuldades decorrentes da falta de acesso ao crédito rural, como o trabalho tendo que ser feito quase exclusivamente manual por falta de

maquinário assim como uma carga excessiva de trabalho para ela e seu esposo pois a falta de recursos impede a contratação de trabalhadores, o que dificulta ainda mais o crescimento da plantação e, conseqüentemente, o aumento da renda.

A gente não tem nenhuma máquina que ajude na plantação tudo é feito manual, para ter uma irrigação a gente precisa de uma bomba, para arar a terra a gente precisa de um trato e tudo isso custa dinheiro, as vezes a gente solicita da prefeitura e eles fazem esse serviço mas assim é ruim então a gente vai assim lutando devargazinho pra conquistar o nosso.. Fora isso a gente precisa de trabalhadores porque tipo vai fazer uma plantação e aí se você não tiver recurso como é que você vai botar os trabalhadores para ajudar? A gente trabalha sim em família mas se a gente conseguir mais pessoas pra trabalhar o serviço rende mais e a gente consegue crescer mais (Entrevistada F).

Hoje a gente acaba utilizando muito da fonte de renda do meu marido pra poder cobrir os gastos com a plantação ou então é tipo o que planta a gente vende ou entrega na chamada pública e coloca o dinheiro na plantação de novo... Então assim a gente tem interesse sim de conseguir o PRONAF e se a gente conseguir a gente vai investir tudo na terra porque é lá que a gente tira nossa renda certa, é que nem eu falo meu marido hoje tá trabalhando, amanhã ele pode não tá mais só que aí no caso a gente já teria de onde tirar renda e também aqui é um local difícil de acessar emprego mas aí a gente que é agricultor consegue viver porque a gente planta para comer e para vender (Entrevistada F).

Assim sendo, fica evidente o interesse da entrevistada em ter acesso ao crédito rural oferecido pelo PRONAF. No entanto, devido a diversos fatores, esse interesse não se concretizou na realidade. Os fatores mencionados pela entrevistada serão discutidos mais detalhadamente nos próximos tópicos.

4.2.6.1 Relações Sociais

Para a entrevistada as relações sociais influenciam bastante no acesso ao crédito rural. Para ela os agentes de ATER, bem como a associação, a cooperativa e até mesmo as instituições financeiras podem ser de grande auxílio no processo de acesso ao PRONAF. Foi a partir da participação em um espaço promovido por uma instituição financeira em parceria com a secretaria de agricultura que a entrevistada tomou conhecimento do PRONAF.

Olha eu conheço o PRONAF mas assim de já ter ouvido falar, o banco quando veio disse que tinha uma linha de crédito que o agricultor podia pegar mas foi só essa informação que eu tive... teve assim uma reunião lá em Piaçabuçu, a gente foi convidada aí eles explicaram que eu tinha direito a uma linha de crédito mas ficou muita coisa no ar que eu não entendi aí depois eu não voltei a sentar com eles nem nada (Entrevistada F).

Como exposto por Spanevello, Matte e Boscardin (2016) a falta de espaços públicos que promovam debates sobre temas como o PRONAF ou a capacitação e desenvolvimento de habilidades se encontra como um fator que dificulta o acesso das mulheres ao crédito rural, porém a partir das falas da entrevistada percebe-se que não é apenas a promoção desses espaços que garante que elas entendam o processo, é necessários que tais espaços estejam alinhados com as necessidades das agricultoras.

Neste sentido, a entrevistada relata que a associação e a cooperativa por estarem mais ligadas a comunidade podem facilitar muito o acesso ao crédito rural a partir da troca de informações entre seus membros.

Essa troca de informação da gente aqui pela associação ou do pessoal da cooperativa ajuda a pegar o crédito porque assim hoje eu converso com alguém que sabe mais, que veio visitar a gente ou passar um curso aí depois eu vou e passo para o restante do pessoal, eu já vou explicar como é que foi, a gente vai sentar e conversar porque se a gente ver que precisa e é uma oportunidade então a gente pode ir atrás (Entrevistada F).

Assim como as demais agricultoras, a entrevistada F também destaca a atuação dos agentes de ATER no estímulo e facilitação do processo de acesso ao crédito rural..

Eu acho que é importante a gente tá recebendo visita deles, eles ajudam a gente tipo com o remédio para matar os bichinhos que dá na plantação, adubo, eles vem tirar o solo para saber o que que aquela terra dá o que não dá (Entrevistada F).

Assim sobre o PRONAF específico eles nunca falaram nada mas eu acho que eles podem ajudar muito só de trazer a informação que a gente tem um direito e que pode ir lá buscar porque sabendo que tenho esse direito eu posso ir atrás de mais informações porque antes era uma coisa que a gente nem sabia que tinha e agora já tá sabendo o que procurar (Entrevistada F).

Portanto, percebe-se que a partir do contato com o agente de ATER e o conhecimento que eles transmitem o acesso a informações se torna mais tangível para as mulheres agricultoras.

4.2.6.2 Divulgação e Acesso às Informações

Em relação a divulgação e acesso às informações um ponto que se repete nas falas da entrevistada é a preocupação com a qualidade das informações que têm sido disponibilizadas sobre o PRONAF. Como mencionado anteriormente, ela relata que a participação no encontro promovido pelo banco em parceria com a secretária de cultura não foi suficiente para que ela

entendesse o programa e tomasse a iniciativa de buscar o crédito e ela continua expondo nas suas falas que mesmo participando de reuniões promovidas pela cooperativa ela continua com muitas dúvidas sobre como acessar o crédito rural.

Tipo das informações que eles [banco e secretaria de cultura] passaram lá eu nem sabia que tinha varias linhas de crédito ou o que a gente podia financiar. Só foi que se a gente quisesse teria uma linha de crédito mas não foi assim muito profundo para saber como era que fazia para pegar e aqui a terra da gente é boa mas também a gente precisa de investimento pra poder crescer (Entrevistada F).

Teve algumas reuniões lá [promovidas pela cooperativa] mas eu ainda acho que preciso de alguém que me explique melhor porque não adianta eu ir atrás de uma coisa sem eu saber para que aquilo serve, como é que eu vou fazer, como é que eu chego até lá, aí eu vou chegar lá [na instituição financeira] e nem vou ter perguntas pra fazer (Entrevistada F).

Percebe-se, novamente, o que Araújo *et al.* (2016) discutem sobre o papel que o acesso a educação, a troca de informações e conhecimento podem exercer no processo de acesso das mulheres ao crédito rural, no caso da agricultora ela relata que possui tão poucas informações sobre o PRONAF que nem saberia quais perguntas certas fazer caso tivesse a oportunidade de perguntar à alguém. Neste sentido ela destaca que o governo poderia melhorar seu processo de divulgação de informações.

Eu acho assim uma coisa que podia melhorar era eles falarem mais dessa possibilidade que as mulheres têm porque aqui mesmo a gente não vê falarem dessa oportunidade... Então se a gente visse cada vez mais eles falarem, se divulgassem mais eu acho que as mulheres hoje em dia ia ter mais confiança Às vezes a gente não tem tanto a confiança assim de ir atrás porque a gente não vê falar tanto, não vê ser divulgado tanto, então assim essa falta de divulgação é muito ruim (Entrevistada F).

A agricultora continua relatando que a falta de divulgação de informações também está presente nas TIC, a entrevistada não recorda ter visto algo sobre o PRONAF nas mídias sociais.

Aqui nunca chegou por meio disso [mídias sociais], eu mexo mais no computador e no celular, às vezes assisto o jornal mas nunca vi falarem sobre o PRONAF (Entrevistada F).

Mas quando é uma coisa que não é muito falada a gente até pra ir atrás é difícil, pode até ser que tenha as informações na internet mas eu nunca pesquisei sobre o assunto porque como eu disse pra gente saber o que procurar a gente precisa ter alguma informação do início né (Entrevistada F).

Considerando as discussões de Silva (2017) sobre as TIC como meios de acesso à

informação e o aumento da apropriação dessas tecnologias pelas mulheres, a colocação da entrevistada em relação à necessidade de uma melhor divulgação do PRONAF nesses canais se confirma. A dificuldade não está no acesso das mulheres às TIC, mas sim na escassez de informações divulgadas nos espaços digitais.

4.2.6.3 Relação Familiar

No que diz respeito a maneira como a relação familiar influencia no acesso da entrevistada F ao crédito rural, a agricultora afirma que a decisão de acessar ou não o crédito rural é algo que precisa ser consultado entre ela e o esposo.

Aqui em casa na verdade é assim, para pegar dinheiro ou alguma coisa primeiro a gente [ela e o esposo] senta e conversa para ver se a gente realmente precisa (Entrevistada F).

Ressalta-se que segundo a entrevistada é essa escolha por tomar decisões financeiras em conjunto que para ela elimina o medo de endividamento como fator de dificuldade para acesso ao crédito rural.

Pra mim o medo de ficar endividada não é uma realidade porque assim é que nem eu falo a gente vai sentar e ver primeiro se a gente precisa, para que a gente precisa e se a gente não precisa não adianta também a gente ir só para a questão do tipo fazer uma dívida. Aí a gente só vai pegar se realmente vai precisar porque aí a gente vai ter que trabalhar pra poder pagar o que a gente pegou se não vira uma bola de neve mas eu acho que se for certinho você sempre vai ter uma linha de crédito, porque você já vai ter uma confiança né (Entrevistada F).

Eu acho assim o negativo seria a pessoa pegar para não usar naquele benefício pra horta e usar para outra coisa (Entrevistada F).

Esse último ponto levantado pela entrevistada também foi discutido na literatura. A dificuldade em obter crédito devido ao medo do endividamento muitas vezes ocorre porque, tradicionalmente, são os homens que intermediam a relação com as instituições financeiras, e nem sempre compartilham a real situação econômica da família, além disso, a literatura também aponta que, em muitos casos, os homens contratam créditos em nome de suas esposas e acabam utilizando os recursos para outros fins (ARAÚJO et al., 2016; SPANEVELLO et al., 2020; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Nesse contexto, questionou-se à entrevistada se essa era uma realidade presente no município ou povoado em que ela está inserida. Ela respondeu afirmando que, embora não

seja uma realidade pessoal para ela, ela observa e acompanha outras mulheres cujos interesses e empreendimentos foram impedidos devido a questões relacionadas à dinâmica familiar

Olha eu vejo muitas melhores que não tem uma boa relação em casa... Assim muitas delas, algumas mesmo que faziam parte de associação e agora não fazem mais por conta desses problemas em casa muitas delas falam que era assim por conta do financeiro, que o retorno não estava vindo rápido, mas outras a gente já que era por conta da casa que ela tinha aquela correria aí se não desse tempo o marido podia achar ruim a comida não ficar pronta naquela hora, muitas delas não falam mas a gente consegue ver (Entrevistada F).

Conforme evidenciado na literatura, é observado que muitas mulheres encontram dificuldades em acessar o crédito rural devido à resistência de seus parceiros, que não aceitam que elas se envolvam em outras atividades, especialmente empreendimentos próprios das mulheres. (ARAÚJO *et al.*, 2016; BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; CARDOSO; LOPES, 2021; FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Neste sentido percebe-se que apesar de ser uma realidade que vem sendo contornada, a baixa autonomia econômica e controle dos recursos financeiros pelas mulheres ainda é um fator que dificulta o acesso delas ao crédito rural.

4.2.6.4 Documentação exigida pelas instituições.

Conforme destacado pela entrevistada em pontos anteriores, a falta de divulgação sobre o PRONAF foi um fator que dificultou sua busca por mais informações sobre o programa e suas exigências. Dentre as dificuldades que as agricultoras encontram no processo de acesso ao crédito rural, destaca-se a dificuldade de obter informações sobre quais os documentos necessários para acessar o PRONAF (COPETTI, 2008). Por essa razão, ao ser questionada sobre a documentação exigida pelas instituições, a entrevistada afirma não ter conhecimento específico sobre quais documentos são necessários.

No entanto, ela confirma que, com o auxílio da cooperativa e de outra associação da qual fazia parte anteriormente, conseguiu emitir a CAF/DAP, um dos principais documentos necessários para acessar o programa (SANTOS *et al.*, 2020).

Foi bem fácil pra mim emitir, na época eu fazia parte de outra associação e aí eles levaram a gente pra emitir lá na secretária de agricultura... E aí quando a gente abriu a associação aqui o pessoal da cooperativa enviou alguém pra ajudar a gente a tirar a CAF/DAP do pessoal da nossa associação (Entrevistada F).

Destaca-se, portanto, a influência que a ATER e as cooperativas e associações podem ter no processo de acesso ao crédito rural pelas agricultoras, auxiliando-as na emissão de documentos de identificação pessoal ou na orientação e organização dos demais documentos exigidos pelas instituições.

4.2.7 Comparação dos fatores elencados pelas agricultoras e instituições para compreender o processo de acesso ao crédito rural.

Nesta seção, pretende-se realizar uma comparação sucinta entre os diferentes fatores citados nas seções anteriores, que se constituiriam como fatores que dificultam ou facilitam o acesso das mulheres agricultoras familiares ao crédito rural.

O quadro 11 apresenta os fatores relacionados à categoria de análise "Relações Sociais" que foram apontados pelas agricultoras, tanto os que dificultam quanto os que facilitam seu acesso ao crédito rural. Além disso, também estão incluídos os fatores apontados pelo entrevistado B enquanto diretor da cooperativa e agente de ATER.

Quadro 11 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Relações Sociais”.

Entrevistado B	Entrevistada C	Entrevistada D	Entrevistada E	Entrevistada F
Atuação in loco do agente de ATER (facilitador)	Participar de associação na sua própria comunidade. (facilitador)	Cursos oferecidos pela cooperativa (facilitador)	Participar de alguma associação ou cooperativa (facilitador)	Promoção de eventos que promovam debates sobre o tema (facilitador)
Agentes de ATER que não estão bem capacitados (dificultador)	Como a associação é formada pelos agricultores da comunidade e estes, por sua vez, não possuem informações, a associação, neste momento, não consegue apoiar efetivamente as mulheres no acesso ao PRONAF. (dificultador)	Agentes de ATER que orientam as agricultoras (facilitador)	Associação e cooperativa promovendo mais projetos e palestras (facilitador)	Troca de informações entre os membros da cooperativa e/ou associação (facilitador)
Parceria da cooperativa com a ater e outros órgãos públicos para disseminar informações (facilitador)			Contato direto com os agentes de ATER (facilitador)	Agentes de ATER que não abordam o tema do acesso ao PRONAF (dificultador).
Cursos e reuniões oferecidos pela			Agentes de extensão	Agentes de ATER que compartilham

cooperativa (facilitador)			explicarem melhor sobre o funcionamento do PRONAF (facilitador).	as informações sobre o PRONAF (facilitador).
---------------------------	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que a atuação dos agentes de ATER foi um fator abordado por todos os entrevistados. Segundo Jesus *et al.* (2021) a atuação da ATER pode contribuir na comunicação entre os entes governamentais e os agricultores familiares promovendo assim um melhor acesso as políticas públicas por meio de ações voltadas a capacitação dos agricultores e a valoração de uma participação ativa deste público considerando suas necessidades. Neste contexto, segundo o entrevistado B o núcleo de ATER da cooperativa preocupa-se em levar informação sobre o PRONAF para agricultura familiar do município.

A gente trabalha com parceiros né, a secretaria da Agricultura, sindicato, as ATERS, então a gente trabalha com essa parceria e como a gente tem o nosso próprio corpo de assistência técnica a gente usa disso para fazer a informação, da importância das formalizações e da rastreabilidade, da importância de ter os seus documentos em dias mesmo que não for acessar nada no momento (Entrevistado B).

Hoje o nosso técnico dá assistência técnica continuada né, então se o agricultor tiver acesso a um crédito hoje nós não fazemos o projeto, nós encaminhamos, orientamos ele que vai a instituição financeira e se ele conseguir acessar o crédito a gente tá ali continuando dando assistência técnica (Entrevistado B).

Contudo de acordo com as colocações das agricultoras, atuação dos agentes de ATER que as acompanham está muito mais ligada a parte técnica da plantação do que o apoio ao acesso aos programas governamentais.

A gente tá sempre recebendo assistência. Às vezes ele vinha de cada 15 dias às vezes ele vinha aqui quase todos os dias... Eles dão [auxílio] na parte do estercó, ele fala do veneno que é o produto para botar nesse coqueiro e as folhas do feijão quando vem aqueles bichinho... eles ajudam sobre a plantação se precisar também (Entrevistada C).

De vez em quando eles [agentes de ATER] vêm porque a necessidade maior da gente é de ter assistência técnica na nossa plantação porque existe alguma coisa que a gente não sabe mas aí tendo ele ali no campo com a gente já orienta... é importante porque tem coisas que a gente fica em dúvida de como fazer e eles vêm dar aquela orientação e a gente faz e dá certo (Entrevistada D).

Eu acho que é importante a gente tá recebendo visita deles, eles ajudam a gente tipo com o remédio para matar os bichinhos que dá na plantação, adubo, eles vem tirar o solo para saber o que que aquela terra dá o que não dá (Entrevistada F).

É evidente que essa assistência técnica oferecida pelos agentes de ATER de Piaçabuçu desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento da agricultura

familiar no município. No entanto, como destacado na literatura, a ATER também pode desempenhar um papel importante no apoio do desenvolvimento dos projetos técnicos, auxiliando nas questões burocráticas e promovendo o compartilhamento de informações sobre o PRONAF, tornando-se assim um facilitador para que as mulheres acessem o crédito rural (BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; SILVA; PONCIANO; SOUZA, 2020).

Observou-se essa dificuldade de apoiar as mulheres no acesso PRONAF até mesmo em conversas prévias às entrevistas realizadas. Durante o processo de agendamento das entrevistas, o diretor da cooperativa e o agente de ATER responsável pelo agendamento expressavam constantemente a dificuldade em encontrar mulheres que tivessem tido algum contato com o programa, questionando se os entrevistados não poderiam agricultores do sexo masculino, evidenciando a escassez de mulheres envolvidas com o PRONAF no município. Sobre o apoio da ATER em relação ao acesso ao crédito rural, algumas das agricultoras expressaram o seguinte:

Sabe eles até comentaram com a gente mas aí entrou em recesso na pandemia... Foi pelos meninos [agentes de ATER] que fiquei sabendo primeiro, eles vinham visitar a gente e falava assim que tinha isso e que dava esse crédito (Entrevistada C)

Acredito que assim, quanto aos técnicos eles poderiam ajudar mais explicando um pouquinho a mais, porque eles trazem outras pessoas também para explicar para a gente e as vezes a gente tendo dúvida já poderia perguntar (Entrevistada E).

Assim sobre o PRONAF específico eles nunca falaram nada mas eu acho que eles podem ajudar muito só de trazer a informação que a gente tem um direito e que pode ir lá buscar porque sabendo que tenho esse direito eu posso ir atrás de mais informações porque antes era uma coisa que a gente nem sabia que tinha e agora já tá sabendo o que procurar (Entrevistada F).

Para o entrevistado B a atuação *in loco* dos agentes de ATER é imprescindível para que o acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural seja possível, entretanto ele aponta que a falta de capacitação e treinamento dos agentes para atender as necessidades desse público é evidente.

Eu não sei se o agente público ele tá bem capacitado, tá bem treinado... Às vezes a gente entende que sim, eu já ouvi falar de várias capacitações de treinamento para esse novo momento [transição de DAP para CAF/DAP] mas não consegue dar esse passo né. E aí acaba que sempre gerando uma cultura de desinformação (Entrevistado B)

E muita das vezes os próprios órgãos de assistência técnica e extensão Rural por parte das políticas de governo não faz de forma rotineira uma capacitação, uma informação, uma reciclagem e isso acaba que caindo na desinformação né a gente cria uma cultura muito mais de desinformação de que informação (Entrevistado B)

Além disso, a literatura também discute sobre a indisponibilidade de recursos humanos para atender as agricultoras e da dificuldade de logística presente em diversas regiões (DINIZ; NEVES NETO; HESPANHOL, 2016; FARIA; DUENHAS, 2019; GOMES; OLIVEIRA; PEREIRA, 2015; LANDINI, 2015) que quando combinados com o ponto mencionado pelo entrevistado B se tornam outros fatores que dificultam o acesso das mulheres ao PRONAF.

No processo de apoio ao acesso ao crédito rural pelas mulheres, a literatura também discute que as associações e cooperativas desempenham um papel importante na troca de experiências, não apenas relacionadas à produção e comercialização, mas também no acesso às políticas públicas às quais as agricultoras familiares têm direito (BRANDÃO *et al.*, 2019). Algumas das entrevistadas, apontaram a participação em associações e cooperativas como fator facilitador de acesso ao crédito rural.

Eu também faço parte da associação da gente, dos agricultores daqui, isso já tem uma faixa de uns 5 a 6 anos... Foi a associação que ajudou a gente conseguir entrar na chamada pública... Quando a gente abriu a associação que a gente foi tirar [emitir a CAF/DAP] (Entrevistada C).

Eu fique sabendo do PRONAF através da associação que apresentou pra gente (Entrevistada E).

Pra mim as pessoas da comunidade tem que buscar participar de alguma associação, algum espaço público ou alguma cooperativa na sua própria comunidade porque isso facilita sim o acesso (Entrevistada E).

Eu acho que a cooperativa e associação poderiam ajudar trazendo mais projetos e palestras pra gente. Assim a gente consegue aprender como faz [para acessar o programa] e a gente consegue ampliar (Entrevistada E).

Essa troca de informação da gente aqui pela associação ou do pessoal da cooperativa ajuda a pegar o crédito porque assim hoje eu converso com alguém que sabe mais, que veio visitar a gente ou passar um curso aí depois eu vou e passo para o restante do pessoal, eu já vou explicar como é que foi, a gente vai sentar e conversar porque se a gente ver que precisa e é uma oportunidade então a gente pode ir atrás (Entrevistada F).

Ao se referirem à participação em associação ou cooperativa como fator que facilita o acesso ao crédito rural, as entrevistadas também destacaram que a participação em espaços que buscam desenvolver suas habilidades e conhecimentos sobre questões técnicas e financeiras se configura como outro fator que auxilia o acesso delas ao PRONAF. Spanevello, Matte e Boscardin (2016) contribuem para este entendimento ao afirmar que a falta desses espaços nas comunidades rurais é um fator que dificulta a autonomia da mulher agricultora familiar e, portanto, dificulta seu acesso ao crédito rural.

A gente tá sempre levando informação e capacitações que realmente deixa ela ciente e esclarecida para que no momento que se desperte ou para acessar um crédito ou pra acessar uma política pública. Inclusive nós passamos todas a lista de política pública que o agricultor familiar tem acesso... temos cursos sobre a importância da DAP, sobre a importância dos documentos da propriedade, deixar tudo em dias né, a importância do CAF/DAP, a gente já tem alguns cursos sinalizando a transição ou a chegada do CAF/DAP (Entrevistado B). Então a gente sempre vai e faz as reuniões, mobiliza antes os agricultores e traz ele para uma reunião e ali a gente tá explicando, tá esclarecendo, tá capacitando e tá informando (Entrevistado B).

Eu só sei assim do PRONAF pelos cursos que eles (cooperativa) deram né, eles trazem bastante cursos pra gente e lembro que uma vez falaram que tinha esse crédito, mas não sei mais sobre isso (Entrevistada D).

Olha eu conheço o PRONAF mas assim de já ter ouvido falar, o banco quando veio disse que tinha uma linha de crédito que o agricultor podia pegar mas foi só essa informação que eu tive... teve assim uma reunião lá em Piaçabuçu, a gente foi convidada aí eles explicaram que eu tinha direito a uma linha de crédito mas ficou muita coisa no ar que eu não entendi aí depois eu não voltei a sentar com eles nem nada (Entrevistada F)

Ainda sobre os cursos e capacitações promovidos pela cooperativa e demais instituições, percebe-se que, apesar de o entrevistado B afirmar que cooperativa tem cursos sobre o CAF/DAP e repassa a lista de políticas públicas para as mulheres, a realidade captada a partir das falas das entrevistadas é que talvez a qualidade ou a forma como a informação têm sido repassa não têm sido suficiente para que as dúvidas quanto ao processo de acesso ao PRONAF fossem sanadas, até mesmo os documentos enviados pela cooperativa, que segundo eles são utilizados para capacitação das agricultoras não possui informações de fato estimulem o acesso ao PRONAF (Documentos da Cooperativa – Políticas Públicas na Agricultura e Introdução ao Cooperativismo).

A literatura aborda que as relações sociais nas quais as agricultoras podem estar envolvidas – cooperativas, associações e espaços de capacitação e desenvolvimento de habilidades – tendem a ser uma estratégia que facilita a leitura da realidade dessas agricultoras permitindo então que a divulgação e o acesso as informações seja personalizado e orientado para suas necessidades (FERNANDEZ; FILHO, 2019; PEREIRA *et al.*, 2016; SILVA; COTO, 2015).

Em relação a categoria de análise “Divulgação e acesso às informações”, no quadro 12 encontram-se os fatores que dificultam e facilitam o acesso as mulheres agricultoras familiares ao crédito rural apontados pelos entrevistados.

Quadro 12 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Divulgação e acesso às informações”.

Entrevistado B	Entrevistada C	Entrevistada D	Entrevistada E	Entrevistada F
Processo de	Baixa qualidade e	Informações	Uso das TIC para	Baixa qualidade e

desinformação gerado pela falta de capacitação dos agentes públicos e instituições financeiras (dificultador)	efetividade das informações intermediadas pela ATER para as agricultoras (dificultador)	veiculadas no rádio e jornal (facilitador).	ter acesso às informações sobre o programa, em especial a internet (facilitador)	efetividade das informações intermediadas pelas instituições financeiras para as agricultoras (dificultador)
Agricultor que não tem preparação para compreender as exigências para acessar o programa (dificultador)	Dificuldade para conseguir informações nas instituições financeiras (dificultador)	Não ter acesso direto às informações, dependendo que as cooperativas e associações façam o intermédio (dificultador)	Um canal online disponível para que as dúvidas possam ser tiradas (facilitador)	Falta de divulgação das informações sobre o programa nas mídias sociais (dificultador)
Muitas comunidades rurais ainda não possuem internet (dificultador)	Possuir acesso à internet (facilitador)		Falta de divulgação das informações sobre o programa nas mídias sociais (dificultador)	
	Informações veiculadas no rádio e jornal (facilitador)			
	Dificuldade de encontrar informações sobre o programa na internet (dificultador)			

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos fatores elencados pelos entrevistados percebe-se que a atual forma de divulgação das informações sobre o PRONAF não têm sido efetiva. A falta de divulgação nas mídias sociais e, portanto a dificuldade de encontrar informações sobre o programa na internet, a baixa qualidade na intermediação das informações para as agricultoras, tanto pela ATER quanto pelas instituições financeiras e, o processo de desinformação gerado pela falta de capacitação dos agentes públicos e instituições financeiras, foram alguns dos fatores apontados pelos entrevistados que dificultam o acesso das mulheres ao PRONAF.

Como discutido por Araújo *et al.* (2016) não ter acesso à informação e ao conhecimento criam na mulher a insegurança acessar o PRONAF, esse fator cria segundo o entrevistado B uma cultura de desinformação entre as agricultoras familiares, para a entrevistada F, por exemplo, a dificuldade de acessar o PRONAF e até mesmo buscar por informações sobre como acessá-lo parte da falta de divulgação do programa.

Eu acho assim uma coisa que podia melhorar era eles falarem mais dessa possibilidade que as mulheres têm porque aqui mesmo a gente não vê falarem dessa oportunidade... Então se a gente visse cada vez mais eles falarem, se divulgassem mais eu acho que as mulheres hoje em dia ia ter mais confiança Às vezes a gente não

tem tanto a confiança assim de ir atrás porque a gente não vê falar tanto, não vê ser divulgado tanto, então assim essa falta de divulgação é muito ruim (Entrevistada F).

Mas quando é uma coisa que não é muito falada a gente até pra ir atrás é difícil, pode até ser que tenha as informações na internet mas eu nunca pesquisei sobre o assunto porque como eu disse pra gente saber o que procurar a gente precisa ter alguma informação do início né (Entrevistada F).

Eu não diria que é o fator principal [não ter acesso à internet] mas enfim a desinformação e a forma que os agentes de assistência técnica em extensão rural de fato trabalham, acho que não tem um alinhamento de fato, um comprometimento de fato com a assistência técnica e extensão Rural... mas a gente ainda sente alguma dificuldade pela ferramenta digital né. Tem muita das vezes na comunidade rural que não tem internet. Internet por dados móveis é caro então às vezes tem um ponto de wi-fi que é do vizinho e tal mas nem todos os agricultores conseguem isso né (Entrevistado B)

Sobre o uso das TIC um ponto interessante que surge com a análise das entrevistas é o fato de que a diferença entre as gerações influencia na maneira como elas buscam informações. Para as gerações mais novas o uso da internet e redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp* se torna um fator que facilitam o acesso ao PRONAF, enquanto para as gerações mais antigas ainda existe maior dependência de outros meios de comunicação.

Nós somos uma parcela da sociedade importante, nós colocamos comida in natura na mesa das cidades então o comprometimento tem que ser para além do que é hoje tem que ter um comprometimento com as futuras gerações porque aí é onde entra a tecnologia... A tecnologia ela só vai ser válida para as futuras gerações pro jovem o filho da agricultor... a tecnologia não tem que ser focada no nosso agricultor que tá com 50 com 60, ele vai lá participar tudo bem, mas ele não vai ter o interesse como o filho dele de 14 de 15/16 em que o comprometimento tem que ser muito maior as ferramentas digitais (Entrevistado B).

Acho que a internet ajuda bastante em encontrar, eu mesmo quando quero ver negócio de agricultura aí eu mando, eu não sei bem, mas eu mando o meu neto botar aí ele bota e eu vejo (Entrevistada C).

Para mim usar a internet facilita muito buscar informações, mas isso é porque eu tenho mais acesso né, mas assim pode ser que para outras pessoas poderia ter outros meios, mas para mim o mais fácil é a internet (Entrevistada E).

Assim eu acho que hoje o meio de comunicação da gente é Instagram, Facebook e WhatsApp né. Acho que as informações tem que ser mais disponível pra gente agricultores porque tem muita coisa que tem da agricultura que a gente não sabe... acho que através desses canais de acesso a gente poderia ter mais assim um canal sempre aberto pra tirar nossas dúvidas sem a gente precisar ir até algum lugar (Entrevistada E).

O uso das TIC no meio rural tem aumentado gradualmente, como apontado por Guimarães e Silva (2017) e Jesus et al. (2021). No entanto, é perceptível que para as gerações mais antigas o rádio continua sendo o principal meio de comunicação e divulgação de informações.

Eu fico mais no rádio. E a televisão é difícil que é mais os meninos que assiste desenho, mas durante o dia que eles não estão lá em casa é tudo desligado. E aí me informo mais pelo rádio, que eu tô fazendo as coisas e tô escutando (Entrevistada C)

Acho também que na televisão poderia ter mais anúncio e no rádio também como muita gente escuta. Às vezes na televisão você tá assistindo aí passa alguma reportagenzinha, passa alguma coisa sobre o PRONAF explicando aí você já se interessa, aí se lá diz vai em tal site aí você já vai saber onde procurar (Entrevistada E)

É mais no rádio [que consegue informações] porque assim de manhã tem a programa da Marta né aí é local aqui de Penedo [município vizinho] aí ela divulga de Maceió, de Aracaju essas coisas, então tem muita informação do governo, das prefeituras, do que tá acontecendo e do que vai acontecer (Entrevistada D).

Eu também vejo televisão mas o rádio é bom porque as vezes eu tô lavando uma roupa, uma louça e tô ouvindo o que vai acontecer na região (Entrevistada D)

Ainda neste contexto, é possível observar que o uso do rádio ou televisão como preferência das gerações mais antigas não é apenas por elas estarem mais habituadas a essas tecnologias, mas também devido à demanda de trabalho enfrentada pelas mulheres agricultoras. Conforme apontado por Jesus et al. (2021), a rotina de trabalho das agricultoras nem sempre permite um acesso contínuo à internet por meio de computadores ou dispositivos móveis. No entanto, como destacado por algumas entrevistadas, o uso do rádio ou da televisão permite que elas acompanhem as notícias e obtenham informações enquanto realizam suas tarefas diárias.

A existência de uma variedade de meios de comunicação que possibilitam a divulgação e acesso à informação é de fato facilitadora para que as informações cheguem ao público-alvo do PRONAF. No entanto, é importante ressaltar que essa diversidade também requer que os comunicadores se adaptem às diferentes realidades da agricultura familiar. Apenas transmitir a informação não é suficiente se o receptor não conseguir compreendê-la. É necessário considerar as diferentes formas de linguagem, contextos e necessidades dos agricultores, a fim de garantir uma comunicação eficaz e acessível (BARCELOS et al., 2014; FONSECA DA SILVA, 2018). Dessa forma, é possível promover um melhor entendimento e aproveitamento das informações sobre o PRONAF pela comunidade agrícola, pois de acordo com as falas das entrevistadas o que têm sido divulgado nos meios de não têm sido eficientes.

Foi pela televisão, pelo jornal aí fui eu mais meu marido direto no banco. A gente levou os documentos do terreno, levamos os documentos da gente aí eles falaram que por enquanto não estavam fazendo (Entrevistada C).

Eu acho que o que passa no rádio, na televisão e os vídeos que eu procuro na internet e os panfletos não ajudam muito não... Eu acho que falta muita coisa pra gente entender, porque a gente vai em um busca, vai em outro e busca e nunca encontra alguém que ajude (Entrevistada C).

Eu mesma nunca ouvi uma informação sobre o PRONAF na televisão ou algum anúncio no celular, só fiquei sabendo pela associação mesmo (Entrevistada E).

Aqui nunca chegou por meio disso [mídias sociais], eu mexo mais no computador e no celular, as vezes assisto o jornal mas nunca vi falarem sobre o PRONAF (Entrevistada F)

Eu já ouvi sim, mas não lembro agora o que era essa informação, era algo sobre ter esse crédito pra agricultura e essas coisas (Entrevistada D).

A questão do fluxo e intermédio de informações entre as entidades governamentais e as agricultoras familiares é também um tema discutido na literatura e abordado pelas entrevistadas. De acordo com Jesus et al. (2021), muitas vezes ocorre uma lacuna entre o que é disponibilizado pelas políticas públicas de apoio à agricultura e as informações que efetivamente chegam ao público-alvo.

Eu acho que desinformação, atendimento nas unidades emissoras desses processos, esse atendimento em todos os processos... o agricultor tem que ir n vezes e isso cansa, o agricultor tá lá produzindo então se ele sai da roça é um dia que ele deixa de estar fazendo a limpa, de estar fazendo adubação, tá acompanhando a produção dele então assim é ter mais informação, ter um atendimento claro saber das nossas características como agricultor conhecer a nossas culturas conhecer as nossas origens e ter um atendimento mais in loco (Entrevistado B).

Agora com relação realmente ao acesso eu vou bater na tecla que é uma questão de desinformação e o agricultor não tem culpa, o agricultor tá na ponta. Agora todo o sistema, todo o aparelhamento que tá ali e que pode fazer esse acesso e levar essa informação, levar ferramentas para que o agricultor se desenvolva está muito precário (Entrevistado B).

Eu acho que o mais difícil [para acessar o PRONAF] é no banco que não da informação direito porque às vezes a gente chega lá e até tem gente que ajuda né mas já tem um que já chega falando „Ah não isso aí não tá funcionando, isso aí não dá certo“ (Entrevistada C).

Então eu acredito que seja um problema aí de divulgação das informações né... Pra mim o mais difícil é porque a gente não tem acesso direto. Para a gente ter o acesso é através da secretaria ou através da associação, ou da cooperativa né. Esses programas e essas coisas vai primeiro pra lá e depois distribui então a gente agricultor não tem as informações diretamente (Entrevistada D).

Através da secretaria de agricultura por exemplo a gente poderia receber mais ajuda... eles ajudam a gente até que bastante com outras coisa, não tanto quanto dos vizinhos e a associação, mas eu sinto que a secretaria poderia ser mais um porta-voz pra trazer a informação sobre o PRONAF pra gente (Entrevistada E).

Tipo das informações que eles [banco e secretaria de cultura] passaram lá eu nem sabia que tinha varias linhas de crédito ou o que a gente podia financiar. Só foi que se a gente quisesse teria uma linha de crédito mas não foi assim muito profundo para

saber como era que fazia para pegar e aqui a terra da gente é boa mas também a gente precisa de investimento pra poder crescer (Entrevistada F).

Portanto, destaca-se a importância de estimular a autonomia das mulheres agricultoras na busca por informações, assim como a necessidade de disponibilizar essas informações por meio de diversos canais de comunicação. Dessa forma, é possível garantir que as agricultoras tenham acesso adequado e compreensível às informações sobre os programas de apoio à agricultura familiar, como o PRONAF.

Em relação a categoria de análise “Relação Familiar”, no quadro 13 encontram-se os fatores que dificultam e facilitam o acesso as mulheres agricultoras familiares ao crédito rural apontados pelos entrevistados.

Quadro 13 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Relação Familiar”.

Entrevistado B	Entrevistada C	Entrevistada D	Entrevistada E	Entrevistada F
Estimulo da cooperativa para que as mulheres assumam autonomia e controle dos recursos financeiros da família (facilitador)	Decisão de como gerir os recursos financeiros compartilhada entre o casal (facilitador)	Decisão de como gerir os recursos financeiros compartilhada entre o casal (facilitador)	Autonomia para tomar as decisões financeiras da família (facilitador)	Decisão de como gerir os recursos financeiros compartilhada entre o casal (facilitador)
Sistema que privilegia o homem como titular da terra na emissão do CAF/DAP (dificultador)	Apoio dos membros da família para que a mulher acesse o crédito rural (facilitador)	Medo do endividamento (dificultador)	Decisão de como gerir os recursos financeiros compartilhada entre o casal (facilitador)	Dinâmica familiar que impede que a mulher agricultora desenvolva seus empreendimentos (dificultador)
Mulheres se envolverem em projetos que estimulam seus próprios empreendimentos (facilitador)		Divisão do trabalho que desvaloriza os esforços das agricultoras nas esferas produtiva e reprodutiva (dificultador)	Apoio dos membros da família para que a mulher acesse o crédito rural (facilitador)	
Estimulo da harmonia entre o casal (facilitador)			Medo do endividamento (dificultador)	

Fonte: Elaborado pela autora.

O gerenciamento e a participação na propriedade, assim como a autonomia e o controle sobre os recursos financeiros, são processos que exercem influência no acesso das mulheres ao crédito rural. Conforme apontado por Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012), a restrição da autonomia e da capacidade de gerenciamento dos recursos torna-se um obstáculo para esse acesso.

Neste sentido, conforme os fatores apontados pelas agricultoras, percebe-se que diferente da realidade apontada no estudo de Fernandes e Mota (2014) em que os recursos financeiros eram exclusivamente gerenciados pelos homens da família dificultando a autonomia e acesso ao crédito rural, para as agricultoras entrevistada nestas pesquisa a decisão de como gerir os recursos financeiros compartilhada entre o casal é um fator que facilita o acesso ao crédito rural.

Assim dentro de casa somos combinados eu e meu marido se combina e mais a minha filha que ajuda [sobre a gestão dos recursos financeiros] (Entrevistada C)

É tudo junto. Tudo que entra é entre nós dois, então tudo que a gente t ali participando é entre nós. Não tem essa de que esse aqui é seu e esse aqui é meu, não é de nós dois e sempre foi assim desde o início, que nem na roça que o trabalho também é feito por nós dois (Entrevistada D)

Olha dessas coisas financeiras lá em casa quem sempre decide mais como gastar sou eu... mas assim a opinião do meu esposo é muito importante pra fazer essa decisão (Entrevistada E).

Aqui em casa na verdade é assim, para pegar dinheiro ou alguma coisa primeiro a gente [ela e o esposo] senta e conversa para ver se a gente realmente precisa (Entrevistada F).

Contudo, percebeu-se que para uma das entrevistadas, apesar de afirmar que compartilha das decisões no processo de gerenciamento da propriedade da família, ela não se vê como um dos principais responsáveis pela propriedade, atribuindo aos homens de sua família esse papel, além disso, observou-se em outra entrevista que quando o esposo estava presente, a agricultora continuava a responder com certa autonomia, entretanto sempre direcionava olhares e expressões de cautela ao esposo.

Hoje quem é o principal responsável da terra é meu genro... era ele e meu marido aí como o meu marido teve problema de saúde e de coluna também aí eu conversei com ele [genro] aí ele entrou e disse 'a gente entra nós trabalhando, você planta eu colho' (Entrevistada C).

O não reconhecimento de seu papel enquanto responsável da propriedade rural da família muitas vezes surge do não reconhecimento do seu trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva (NEGRETTO; SILVA, 2018; OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019). A própria entrevistada C, por exemplo, além de ter o trabalho na plantação, possui um comércio em sua residência para vender o excedente da produção e assim complementar o excedente da produção. Ou então, a entrevistada D que diz fazer apenas o trabalho leve e quem trabalha mesmo é o seu esposo, ainda que ela tenha a responsabilidade de trabalhar na plantação,

pescar, vender em feiras, plantar nos arredores da casa para consumo da família e ainda cuidar dos afazeres domésticos.

Segundo a literatura, a falta de reconhecimento das diferentes facetas do trabalho das mulheres têm contribuído para que as mulheres não procurem meios de desenvolver seus projetos e empreendimentos de forma autônoma o que faz com que isto se constituía como um fator que dificulta o acesso ao PRONAF (ARAÚJO et al., 2016; BRANDÃO; SANTOS; RIST, 2020; CARDOSO; LOPES, 2021; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Como exposto por Spanevello et al. (2020), a mulher agricultora costuma sempre pensar em como suas decisões econômicas afetam sua família, portanto a decisão de acessar um crédito rural é sempre compartilhada entre os membros da família. Para duas das entrevistas, o medo do endividamento, apontado na literatura como fator que dificulta o acesso ao programa (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016), não é um fator para elas pois possuem da sua família apoio para que busquem acessa as linhas de crédito do PRONAF.

Para mim eles [membros da família] concordam de ir buscar já que a gente somos tudo unidos, trabalha tudo unido e eles concordam, mas se não fosse assim eu ficava com medo de pegar porque que não tinha assim como eles aconselham (Entrevistada C).

Pra mim o medo de ficar endividada não é uma realidade porque assim é que nem eu falo a gente vai sentar e ver primeiro se a gente precisa, para que a gente precisa e se a gente não precisa não adianta também a gente ir só para a questão do tipo fazer uma dívida. Aí a gente só vai pegar se realmente vai precisar porque aí a gente vai ter que trabalhar pra poder pagar o que a gente pegou se não vira uma bola de neve mas eu acho que se for certinho você sempre vai ter uma linha de crédito, porque você já vai ter uma confiança né (Entrevistada F)

Entretanto, isto não exclui o fato de que o receio de contrair crédito e assumir um compromisso que não irão poder arcar ainda é sim identificado como fator de dificuldade por algumas das entrevistadas.

A gente vende e com o valor do que vende vai plantando de novo. Eu mesma nunca gostei de pegar empréstimo né então a gente faz do nosso pouco que a gente tem a gente vai investindo uma semente quando dá a produção a gente já guarda aquela semente para depois a gente semear para plantar novamente para que não fique tomando o dinheiro emprestado. É bom conseguir um crédito? É sim. Mas você fica se preocupando porque às vezes a gente planta fica tudo bonitinho aí quando já tá perto de colher vem a chuva e acaba com tudo aí fica aquela coisa de você de repente perder tudo e não ter como pagar (Entrevistada D).

Mas mesmo a gente querendo, e sempre conversando na família, dá assim medo que por exemplo tem as vezes a chuva e a gente acaba perdendo muita coisa e aí o pouco que a gente ganha tem que usar para reconstruir de novo. Mas eu acredito que a

linha de crédito a gente sabendo usar a gente vai parar aquela dificuldade que é não ter da onde tirar. Então ter uma linha de crédito é algo que vai ajudar e sempre sabendo que você tá pegando um empréstimo e você tem que pagar para que você continue (Entrevistada E).

Muitas vezes as mulheres agricultoras também são impedidas ou não estimuladas a acessarem o crédito rural pelas suas dinâmicas familiares (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012; PEÑA; SALAZAR; RAMÍRES, 2018; SILVA; VALENTE, 2013). Percebeu-se que apesar de esta não ser a realidade para as agricultoras entrevistadas, a realidade geral do município apresenta-se não ser a mesma. Os entrevistados B e F levantam a questão de que muitas mulheres não acessam o crédito rural pois historicamente os homens da família são os responsáveis pelas decisões ou não se encontram satisfeitos com a mudança que um projeto efetuado pela mulher pode trazer à rotina da casa.

Hoje a gente vê aqui essa questão cultural ainda é muito forte. Tem alguns fatores primeiro que repare a própria carta de crédito nomeia um primeiro titular e um segundo titular né então assim são coisas para gente estudar... então acho que tem algumas características que a mulher assumir o primeiro titular é muito importante e a gente trabalha muito isso na nossa base, em torno de 70% da nossa base a mulher primeiro a titular (Entrevistado B)

Olha eu vejo muitas melhores que não tem uma boa relação em casa... Assim muitas delas, algumas mesmo que faziam parte de associação e agora não fazem mais por conta desses problemas em casa muitas delas falam que era assim por conta do financeiro, que o retorno não estava vindo rápido, mas outras a gente já que era por conta da casa que ela tinha aquela correria aí se não desse tempo o marido podia achar ruim a comida não ficar pronta naquela hora, muitas delas não falam mas a gente consegue ver (Entrevistada F).

Como destacado por um dos entrevistados, esta é uma situação que precisa ser contornada para que ocorra um aumento do acesso das mulheres ao PRONAF. Para ele é necessário que cada vez mais as agricultoras sejam estimuladas a embarcarem em projetos, promovendo o reconhecimento do trabalho da mulher ao mesmo tempo em que se deve estimular a harmonia entre o casal.

A gente também tem que começar a excluir essa guerra de sexo porque homem sozinho nunca foi para lugar nenhum e mulher sozinha nunca foi para lugar nenhum é outra coisa que a gente tem que acabar a gente tem que criar harmonia né que é a harmonia a motivação do processo, é o que vai conseguir dar resultado (Entrevistado B)

Neste contexto, uma questão discutida na literatura é de como o CAF/DAP e a titularidade compartilhada da propriedade pode ser um facilitador para que as mulheres acessem o crédito rural pois confere a ela mais autonomia (SANTOS *et al.*, 2020). De

maneira geral, obter os documentos exigidos pelas instituições pode ser um fator que dificulta ou facilita o acesso ao crédito rural, a depender da realidade de cada agricultora. No quadro 14, estão os fatores apontados pelos entrevistados, como facilitadores ou dificultadores, em relação a categoria de análise “Documentação exigida pelas instituições”.

Quadro 14 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso ao crédito rural, relacionados a categoria de análise “Documentações exigidas pelas instituições financeiras”.

Entrevistado B	Entrevistada C	Entrevistada D	Entrevistada E	Entrevistada F
Emissão do CAF/DAP com a mulher como primeira titular (facilitador)	Apoio de associação para emissão do CAF/DAP (facilitador)	Falta de orientação sobre os direitos que a mulher agricultora possui e sobre como o CAF/DAP é a porta de entrada para os programas de apoio a agricultura familiar (dificultador)	Apoio de associação para emissão do CAF/DAP (facilitador)	Falta de informações sobre quais os documentos necessários (dificultador)
Dificuldade de acesso aos documentos da terra (dificultador)	O casal está como titular da propriedade (facilitador)		Exigências de instituições financeiras que não capacitam os atendentes para orientarem as agricultoras dos documentos necessários (dificultador)	Apoio de associação para emissão do CAF/DAP (facilitador)
Exigências de instituições financeiras que não capacitam os atendentes para orientarem as agricultoras dos documentos necessários (dificultador)	Falta de informações sobre quais os documentos necessários (dificultador)			Apoio de cooperativa para emissão do CAF/DAP (facilitador)

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das colocações e fatores elencados pelos entrevistados, percebe-se que a dificuldade relacionada à documentação exigida pelas instituições não está no processo de obter os documentos necessários, mas sim na dificuldade de obter informações e orientações sobre quais são esses documentos. Por exemplo, em relação ao CAF/DAP, documento essencial para que as mulheres acessem programas de apoio à agricultura familiar (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014), as entrevistadas relatam a facilidade de emitir tal documento ao receberem apoio da associação ou cooperativa. Inclusive, conforme mencionado pelo entrevistado B, a cooperativa reconhece a importância de ter a mulher como

uma das titulares do CAF/DAP e se preocupa em apoiar suas cooperadas na emissão desse documento

A mulher assumir o primeiro titular é muito importante e a gente trabalha muito isso na nossa base, em torno de 70% da nossa base a mulher primeiro a titular (Entrevistado B)

Para tirar [a CAF/DAP] a gente teve que ir aqui em Piaçabuçu na secretaria do agricultor... quando a gente abriu a associação a minha menina que levou pra gente tirar (Entrevistada C)

Não foi difícil [para emitir], foi bem rapidinho (Entrevistada C).

Foi bem fácil de tirar o CAF/DAP, quando a associação abriu a presidente pediu os documentos aí um rapaz veio e informou e explicou como fazer essa questão do CAF/DAP, aí a gente já tinha os documentos e foi só passar pra eles... Eu e meu marido estamos como titulares no CAF/DAP (Entrevistada E).

Foi bem fácil pra mim emitir, na época eu fazia parte de outra associação e aí eles levaram a gente pra emitir lá na secretária de agricultura... E aí quando a gente abriu a associação aqui o pessoal da cooperativa enviou alguém pra ajudar a gente a tirar a CAF/DAP do pessoal da nossa associação (Entrevistada F).

Ainda em relação ao CAF/DAP, a única peculiaridade está na entrevistada D. A agricultora afirma não possuir o documento pois já possui carteira como pescadora.

Eu não tenho o CAF/DAP, em casa só o meu marido que tem. O meu CAF/DAP eu não pude tirar porque eu já tenho minha carteirinha de pesca, aí então eu como eu já tinha o de pesca e não podia tirar o CAF/DAP ele só que fez esse da agricultura (Entrevistada D).

Porém reconhece a facilidade no processo para emissão do documento para seu marido.

Nem foi difícil tirar o CAF/DAP por conta de que a gente já tinha o documento da terra tudo direitinho então para ele [esposo] não foi difícil. Pra mim foi difícil eu tirar assim por conta que eu já era da pesca e não podia ter as duas coisas e como no próximo ano eu já me aposento pela pesca aí se eu fosse entrar na agricultura ia me complicar aí eu preferi ficar anônima (Entrevistada D).

Mais uma vez, chama-se a atenção para a falta de conhecimento que a agricultora possui sobre seus direitos. Nesse caso específico, se a entrevistada tivesse recebido orientações adequadas, ela teria sido capaz de emitir o seu CAF/DAP como pescadora desde o início, em vez de possuir apenas a carteirinha de pescador que possui atualmente. Isso lhe permitiria se apresentar como titular da propriedade familiar, concedendo-lhe ainda mais autonomia para tomar decisões, como acessar o PRONAF.

No que diz respeito aos demais documentos exigidos pelas instituições financeiras, segundo Ribeiro (2019) são as exigências feitas pelas instituições financeiras que impedem o acesso ao crédito rural. De acordo com as colocações dos entrevistados, percebe-se que a falta de informação e orientação sobre quais são esses documentos necessários torna-se um obstáculo para o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito do PRONAF, tanto a dificuldade em encontrar informações sobre os documentos nas mídias sociais quanto nas próprias instituições financeiras, que não fornecem orientações efetivas para as agricultoras que buscam informações.

Muita das vezes quando o agricultor vai lá bate na porta da instituição financeira ele não tá 100% formalizado para isso e quando ele não tá 100% formalizado por ele estar distante dos centros urbanos né tem dificuldade de locomoção e acaba desistindo do processo (Entrevistado B).

As vezes o normativo interno do banco, com um mês que sai um normativo, ele vai lá e reforma o normativo. E aí o agricultor lá na ponta não sabe o que mudou... sai uma política nova e ele sabe no jornal mas aí o banco não sabe informar direito... a desinformação acho que é o grande problema (Entrevistado B).

Ai você faça passa pelos processos ajuda o agricultor fazer o plano de negócio dele, ele desenvolve o plano de negócio dele, tem o curso, tem as ferramentas, e aí é onde tá a questão pois quando ele constrói o plano de negócio dele todo bonitinho, fez um custo, tem um certificado vai até a instituição financeira e ela não reconhece o plano (Entrevistado B).

E eu que já fui assim, no jornal não dizia não qual o documento que precisava só que tinha a linha aberta mesmo (Entrevistada C).

Eu acho que o documento é outro fator que dificulta né, porque a gente nunca sabe o que precisa (Entrevistada C).

Olha eu nunca tentei ir no banco atrás de saber do que precisava porque uma vez foram lá e era tanta coisa que precisava, de terra e essas coisas que eu nem sei dizer, aí logo fiquei desanimada de ir tentar também (Entrevistada E)

Nesse contexto, ressalta-se a afirmação de Spanevello, Matte e Boscardin (2016) em seu estudo, que destaca a relevância do suporte da assistência técnica e das cooperativas na elaboração e organização dos documentos exigidos pelas instituições financeiras.

Por fim, baseando nas colocações dos entrevistados e nas percepções adquiridas durante a análise do caso, no quadro 15 encontra-se uma síntese dos fatores que facilitam e dificultam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF, no contexto das mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL.

Quadro 15 – Fatores que dificultam e facilitam o acesso às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF, no contexto das mulheres agricultoras familiares do município de Piaçabuçu/AL.

Dimensões	Fatores	
	Dificultam	Facilitam
Relações Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Agentes de ATER que não estão bem capacitados; - Como as associações são majoritariamente formada pelos agricultores da comunidade e estes, por sua vez, não possuem informações, a associação não consegue apoiar efetivamente as mulheres no acesso ao PRONAF; - Agentes de ATER que não abordam o tema do acesso ao PRONAF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação in loco do agente de extensão; - Parceria da cooperativa com a ater e outros órgãos públicos para disseminar informações; - Cursos e reuniões oferecidos pela cooperativa; - Participar de associação na sua própria comunidade; - Agentes de extensão que orientam as agricultoras; - Associação e cooperativa promovendo mais projetos e palestras; - Contato direto com os agentes de extensão; - Promoção de eventos que promovam debates sobre o tema; - Troca de informações entre os membros da cooperativa e/ou associação; - Agentes de extensão que compartilham as informações sobre o PRONAF.
Relação Familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema que privilegia o homem como titular da terra na emissão do CAF/DAP; - Medo do endividamento; - Divisão do trabalho que desvaloriza os esforços das agricultoras nas esferas produtiva e reprodutiva; - Dinâmica familiar que impede que a mulher agricultora desenvolva seus empreendimentos; - Baixa autonomia econômica e controle dos recursos financeiros pelas mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estimulo da cooperativa para que as mulheres assumam autonomia e controle dos recursos financeiros da família; - Mulheres se envolverem em projetos que estimulam seus próprios empreendimentos; - Estimulo da harmonia entre o casa; - Decisão de como gerir os recursos financeiros, compartilhada entre o casal; - Apoio dos membros da família para que a mulher acesse o crédito rural; - Autonomia para tomar as decisões financeiras da família; - Capacitação das agricultoras para uma melhor gestão de seus recursos.
Documentação exigida pelas instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de acesso aos documentos da terra; - Exigências de instituições financeiras que não capacitam os atendentes para orientarem as agricultoras dos documentos necessários; - Falta de informações sobre quais os documentos necessários; - Falta de orientação sobre os direitos que a mulher agricultora possui e sobre como o CAF/DAP é a porta de entrada para os programas de apoio a agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Emissão do CAF/DAP com a mulher como primeira titular; - Apoio de associação e cooperativa para emissão do CAF/DAP; - O casal está como titular da propriedade.
Divulgação e acesso às informações	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de desinformação gerado pela falta de capacitação dos agentes públicos e instituições financeiras; - Agricultor que não tem preparação para compreender as exigências para acessar o programa; - Muitas comunidades rurais ainda não possuem internet; - Baixa qualidade e efetividade das informações intermediadas pela ATER e pelas instituições financeiras para as 	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir acesso à internet; - Informações veiculadas no rádio e jornal; - Uso das TIC para ter acesso às informações sobre o programa, em especial a internet; - Um canal online disponível para que as dúvidas possam ser tirada.

	<p>agricultoras;</p> <ul style="list-style-type: none">- Dificuldade para conseguir informações nas instituições financeiras;- Dificuldade de encontrar informações sobre o programa na internet e mídias sociais;- Não ter acesso direto às informações, dependendo que as cooperativas e associações façam o intermédio.	
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou responder a seguinte questão norteadora: Como tem sido o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL? Buscando especificamente quais os fatores que dificultam ou facilitam o acesso das mulheres agricultoras as linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF.

Com o intuito de alcançar tal objetivo resolveu-se conduzir a pesquisa por meio do estudo de caso único integrado. A escolha do caso deu-se não só por questões de acessibilidade da pesquisadora às unidades análise mas também pois observou-se que no município de Piaçabuçu/AL, o número de mulheres que acessam ao PRONAF é baixo em relação ao número de estabelecimentos agropecuários do município.

A partir da análise dos dados coletados durante a pesquisa, constatou-se que os fatores que dificultam e facilitam o acesso das mulheres agricultoras às linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF podem ser agrupados em quatro grandes dimensões: Relações Sociais, Relação Familiar, Documentação exigida pelas instituições financeiras e Divulgação e acesso às informações.

Especificamente na dimensão “Relações Sociais”, buscou-se compreender quais fatores, relacionados a participação em cooperativas ou associações, relação com a ATER e participação em espaços de desenvolvimento de habilidade e conhecimentos sobre questões técnicas e financeiras, dificultavam ou facilitavam o acesso as linhas de crédito do PRONAF. Dentre os fatores identificados, compreende-se que um dos principais dificultadores para o acesso das mulheres ao PRONAF é o não fornecimento de apoio e orientação necessários às agricultoras durante o processo de acesso ao programa. Isto ocorre devido à falta de capacitação adequada dos agentes de ATER bem como à ausência do tema nas agendas de cooperativas e associações. Por outro lado, a disponibilidade de agentes de ATER que agem diretamente no campo e se dedicam a orientar as agricultoras e compartilhar informações sobre o programa, bem como a troca de informações entre os membros das cooperativas e associações, são fatores que facilitam o acesso ao crédito rural.

Em relação a dimensão “Relação familiar” identificou-se que fatores ligados ao processo de gerenciamento e participação na propriedade, autonomia e controle de recursos financeiros, e divisão do trabalho, costumam ser os influenciadores no processo de acesso ao crédito rural. Compreende-se que o medo do endividamento e suas consequências para a família, bem como a baixa autonomia econômica são os principais fatores que dificultam o

acesso, tais fatores inclusive reforçam a invisibilidade e a falta de reconhecimento dos esforços da mulher agricultora tanto no espaço produtivo quanto reprodutivo. O medo do endividamento é aqui um fator de destaque, pois constatou-se que ainda que contrair um crédito rural seja de interesse da agricultora este receio de contrair um empréstimo impede que ela continue tentando acessar o programa. Neste sentido, a capacitação das agricultoras para uma melhor gestão de seus recursos, juntamente com o estímulo e apoio à criação de seus próprios empreendimentos, podem ser fatores que, em contrapartida aos mencionados anteriormente, facilitam o acesso ao crédito rural, pois promovem maior autonomia e controle sobre a propriedade e os recursos financeiros da família, além de incentivar as mulheres a participarem mais ativamente em espaços públicos.

No que diz respeito à dimensão “Documentação exigida pelas instituições financeiras” compreende-se que o acesso ao crédito rural é influenciado por fatores relacionados a emissão da CAF/DAP, documentação de identificação pessoal e demais documentações exigidas por tais instituições. Dos fatores identificados como dificultadores de acesso, nesta dimensão, destacam-se a falta de informações sobre quais os documentos necessários para acessar o programa e diretamente relacionado a este fator, o despreparo dos atendentes das instituições financeiras de orientarem as agricultoras sobre as exigências da instituição. Interessante ressaltar que na literatura estudada não ter acesso ao CAF/DAP e obstáculos no processo de emissão deste documento estava como um forte fator de dificuldade de acesso ao PRONAF, entretanto percebeu-se na análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo que o apoio oferecido pelas associações e cooperativas para que as mulheres emitam o seu CAF/DAP e se tornem titulares da propriedade têm se tornando cada vez mais uma preocupação dessas instituições, tornando este apoio um fator que facilita o acesso delas ao crédito rural.

Por fim, na dimensão “Divulgação e acesso às informações”, compreende-se que fatores ligados ao acesso e utilização das TIC, produtos de comunicação midiáticos e intermédio das informações entre entes governamentais e agricultoras, são os fatores que mais influenciam no acesso delas ao crédito rural. A dificuldade de conseguir informações nas instituições financeiras, na internet ou nas mídias sociais e até mesmo com os agentes de ATER são fatores que dificultam o acesso as linhas de crédito do PRONAF, além disso as agricultoras também destacam que não ter um canal direto para conseguir informações e tirar dúvidas é outro fator que dificulta o acesso ao programa.

Compreende-se que, embora ainda existam comunidades rurais com baixo ou nenhum acesso à internet, o uso das TIC no meio rural tem aumentado. Nesse sentido, identificou-se

que a veiculação de informações por meio de redes sociais, rádio, internet ou televisão pode sim ser um fator que facilita o acesso às linhas de crédito do PRONAF. No entanto, é importante ressaltar que essas informações devem ser de qualidade e desenvolvidas levando em consideração o público-alvo, além de estarem alinhadas aos esforços realizados pelos agentes de ATER no campo e ao atendimento aprimorado nas instituições financeiras, especialmente quando formatadas num contexto atual de governo digital e transparência.

Quando combinados, esses diferentes fatores levam à percepção de que o PRONAF, enquanto política pública voltada para a promoção do acesso ao crédito no setor da agricultura familiar, embora tenha apresentado evolução nos seus processos, ainda é um programa que possui muitas limitações em torno de sua implementação, principalmente quando se busca analisar o processo de acesso e utilização de suas linhas de crédito pela mulher agricultora familiar.

A agricultura familiar não pode ser entendida como homogênea e muito menos a mulher dentro deste contexto, desta maneira é necessário que se observe as características e necessidades das mulheres agricultoras de forma diferenciada, portanto espera-se que os resultados desta pesquisa possam servir como guia inicial para que os entes governamentais, agentes de ATER e cooperativas e associações adequem seus processos as diferentes realidades da mulher agricultora familiar brasileira.

Ao confrontar os resultados desta pesquisa com a literatura estudada, percebe-se que um fator de dificuldade que parece perpassar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito do PRONAF é a má qualidade na divulgação e repasse das informações. Isso ocorre tanto devido à atuação limitada das cooperativas, associações e agentes de ATER, quanto à inadequação dos produtos midiáticos ou das TIC que não conseguem alcançar toda a população-alvo, nem fornecer informações que sejam realmente necessárias ou ainda as dinâmicas familiares que também dificultam o acesso das mulheres a informações mais abrangentes sobre o programa.

Sendo assim, também espera-se que a partir dos resultados encontrados nesta pesquisa analise-se melhor o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL, tornando possível a produção de produtos de comunicação midiáticos como cartilhas, infográficos, vídeos e sites que possam ser divulgados em redes sociais, compartilhados física e/ou virtualmente entre os membros das cooperativas e associações, assim como distribuídos pelos agentes de ATER.

Ressalta-se que não é pretensão desta pesquisa, no que se refere à realidade da mulher

agricultora familiar, ser um representação de todos os contextos e situações existentes no país, mas sim servir como um pontapé inicial para maiores reflexões acerca do processo de acesso e utilização do crédito rural por este público. Outra limitação desta pesquisa reside no fato de que por ser um estudo qualitativo os resultados são passíveis de outras interpretações. Neste sentido, sugere-se que pesquisas aprofundadas nos fatores destacados das diferentes dimensões constatadas nesta dissertação possam ser produzidas. Alguns exemplos de pesquisa podem ser: a) um estudo melhor aprofundado do impacto de questões de gênero e poder familiar no acesso ao crédito rural; b) um estudo longitudinal para analisar o apoio do governo às mulheres rurais ao longo dos anos; c) uma pesquisa quantitativa do acesso das mulheres aos programas governamentais nas diferentes regiões do país; d) uma análise comparativa dos fatores que mais dificultam o acesso das mulheres aos programas governamentais dependendo de que região do país estão situadas; e) um estudo sobre a proporção de homens e mulheres que são autores sobre o tema do acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural.

Por fim, compreende-se que mesmo diante de tantos obstáculos, historicamente enfrentados, diante de tanta carga de trabalho e responsabilidade que a mulher agricultora assume dentro de seus lares, é a sua perseverança que permite a diversificação das fontes de renda dentro das propriedades rurais. Portanto, esforçar-se para permitir que a mulher agricultora possa ser beneficiária de políticas públicas como o PRONAF amplia não só a possibilidade de investimento no pequeno agricultor brasileiro mas também abre espaço para a valorização da mulher nos diversos espaços em que ela busca se inserir, além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável do setor agrícola.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. do P. S. N.; GLINFSKOITHÉ, A. P.; THEÓPHILO, C. R.; SANTOS, E. S. B. Pronaf mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 18, n. 1, p. 135–147, 2016.
- BANCO DA AMAZÔNIA. **PRONAF - Cotas-partes**. 2022. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/agricultura-familiar/pronaf-cotas-partes>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELTRAME, G.; PEREIRA, B. A. D. Impactos Socioeconômicos Ocasionados pelo PRONAF para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 87, 2017.
- BENSO, D. **Cooperativa de Agricultura Familiar do Alagoas incentiva produção de coco**. 2021. Disponível em: <https://www.uniCAF/DAPes.org.br/noticia/cooperativa-de-agricultura-familiar-do-alagoas-incentiva-producao-de-coco>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BNDES. **PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.
- BRANDÃO, E. A. F.; SANTOS, T. da R.; RIST, S. Connecting public policies for family farmers and women's empowerment: The case of the Brazilian semi-arid. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 15, 2020.
- BRANDÃO, G. H.; SOUZA, B. D. S.; BARROSO, V. S. F.; SILVA, L. R.; LIMA, D. M. F. Participação feminina na Agroecologia: O desenvolvimento sustentável e a busca pela igualdade das relações entre os gêneros. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 5, p. 671–677, 2019.
- BRASIL. LEI N. 4504, DE 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o estatuto da terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. p. 49.
- BRASIL. Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. s. 1, de 25 de julho de 2006.
- BRASIL. Decreto n. 10688, de 26 de abril de 2021. Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Ed. 77, s. 1, p. 3
- BRASIL. Secretário de agricultura familiar e cooperativismo do ministério da agricultura pecuária e abastecimento. Portaria n. 174, de 28 e junho de 2022. Altera o art. 81-A da

Portaria SAF/MAPA nº 242, de 8 de novembro de 2021, que estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Ed. 121, s. 1, p. 4.

BREITENBACH, R. Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar. **Redes**, v. 23, n. 1, p. 53, 2018.

BUENO, C. T.; SILVA, S. M. V. da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul - RS. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 279–299, 2020.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 3, p. 437–450, 2018.

CARDOSO, J. S. M.; LOPES, I. da S. Diversidade racial e de gênero: análise da comunicação do cooperativismo de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 15, p. 01–27, 2021.

CARVALHO, P. R. de. **Associação Aroreia, Piaçabuçu-Alagoas: Um olhar a partir da economia solidária**. 2019. - Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema/AL, 2019.

CEF. **Pronaf Pescador**. 2023. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/agro/aquicultura-pesca/pronaf-pescador/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 maio. 2023.

CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, E. O Progresso das Mulheres Rurais. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. p. 186–230.

COPETTI, L. D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: O caso do PRONAF-Crédito no município de alegria - RS**. 2008. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORCIOLI, G.; CAMARGO, R. de S. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). *In*: MEDINA, G. (org.). **Agricultura Familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. 4. ed. Goiânia/GO: Editora UFG, 2018. p. 253–281.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANTAS, G. W.; AQUINO, J. R. de. Microcrédito rural e agricultura familiar no nordeste: uma análise do programa agroamigo no vale do Açu-RN. **Revista Geotemas**, v. 8, n. 3, p. 80–99, 2018.

DINIZ, R. F.; NEVES NETO, C. D. C.; HESPANHOL, A. N. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. **Geo UERJ**, v. 0, n. 29, p. 234–252, 2016.

DIVERIO, T. S. M.; RODRIGUES, D. B.; KUNZ, A. O Crédito E Os Títulos De Crédito

Rural Como Instrumento De Viabilização Econômica E Social Da Propriedade. *In*: 2021, Cruz Alta/RS. **XXIV Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão: Ciência e tecnologia para a transformação social**. Cruz Alta/RS. 2021.

ELY, R. A.; PARFITT, R.; CARRARO, A.; RIBEIRO, F. G. Rural credit and the time allocation of agricultural households: The case of PRONAF in Brazil. **Review of Development Economics**, v. 23, n. 4, p. 1863–1890, 2019.

FARIA, A. A. R. de; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **RECoDAF - Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137–167, 2019.

FERNANDES, A. M.; DIETER, E.; DE LIMA, J. U.; BASSANI, M. G.; FINIMUNDI, T. A.; TONDOLO, V. A. G. Fontes de evidências em estudos de caso publicados no enanpad de 2005 a 2014. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 9, n. 3, p. 90, 2016.

FERNANDES, S. A. Entraves Para Inclusão De Gênero No Pronaf Mulher No Meio Rural De Santa Catarina . **Revista Grifos**, n. 34/34, p. 157–175, 2013.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 9–24, 2014.

FERNANDEZ, A. C. F.; FILHO, A. C. B. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. **Cidades**, p. 1–18, 2019.

FILIPAK, A.; SAPIENSA, L.; ALEIXO, S. S. A Política de Crédito Rural e a Autonomia Econômica das Mulheres: um estudo de caso do PRONAF-Mulher. **Seminário Internacional E Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1–17, 2012.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSSÁ, J. L.; COMERLATTO, D.; MATTEI, L. F. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 7, n. 5, p. 670, 2018.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, v. 29, n. 1, p. e1, 2022.

FROELICH, D. A. **Acesso à informação por agricultores assistidos pela Emater/RS - ASCAR e sua influência na tomada d edecisões**. 2019. - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. C.; OLIVEIRA, M. L. R. de; PEREIRA, G. da P. O papel do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) públicos no estado do Amazonas.

Em Extensão, v. 14, n. 2, p. 35–52, 2015.

GONZÁLEZ, L. Entre la Región y la Nación - Políticas Públicas para la Agricultura Familiar en el MERCOSUR. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI**, v. 5, n. 3, p. 396–415, 2020.

GOULART, L. N.; VIEIRA, D. M.; BITTENCOURT, D. M. D. C. A rede da Política Nacional de Agricultura Familiar no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 1, p. 96–110, 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323–346, 2014.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. de. Dificuldades e gargalos de acesso ao pronaf b em Garanhuns - Pe. **Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 200–222, 2017.

HERRERA, K. M. Rompendo Dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 39, n. 1, p. 63–79, 2019.

IBGE. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: 2017

IBGE. **Culturas temporárias e Culturas permanentes**. 2023. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17666-culturas-temporarias-e-culturas-permanentes.html#:~:text=Cultura temporária%3A São culturas de,soja%2C milho%2C feijão etc.](https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17666-culturas-temporarias-e-culturas-permanentes.html#:~:text=Cultura%20tempor%C3%A1ria%3A%20S%C3%A3o%20culturas%20de%20soja%2C%20milho%2C%20feij%C3%A3o%20etc.) Acesso em: 22 abr. 2023.

JESUS, A. C. da S.; CARVALHO, K. M. de; FILHO, A. M. do O.; SILVA, R. S. Tem alguém aí? A comunicação entre entes governamentais e agricultores familiares: uma revisão integrativa. **RECoDAF - Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**, v. 7, n. 2, p. 109–143, 2021.

JORDÃO, L. R.; SILVA, T. H. C.; CARVALHO, L. S. C. PRONAF PARA QUÊ E PARA QUEM?: ANÁLISE CRÍTICA DOS CENÁRIOS BRASILEIRO E GOIANO. **Revista Vertentes do Direito**, v. 6, n. 1, p. 1–19, 2019.

KEMPF, R. B.; WEDIG, J. C. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrario**, v. 20, n. 43, p. e111, 2019.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p. 371–377, 2015.

LIMA, J. P. C.; ANTUNES, M. T. P.; NETO, O. R. de M.; PELEIAS, I. R. Estudos de caso e sua aplicação: Proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 127–144, 2012.

LIMA, L.; MEDEIROS, M. B. de; SILVA, M. J. R. da. Identificação das dificuldades de acesso ao pronaf pelos agricultores familiares do nordeste brasileiro. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 6–25, 2019.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradução: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

MACIAZEKI-GOMES, R. D. C.; TONELI, M. J. F.; NOGUEIRA, M. D. C. D. O. C.; SALVARO, G. I. J. Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. 1–14, 2021.

MACIEL, K. N. **Mulheres da Aroeira e o trabalho associado: ações organizativas de extrativistas em piaçabu, alagoas**. 2020. - Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, 2020.

MAPA. **Modelos, Grupos e Status da DAP**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/modelos-grupos-e-status-da-dap>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.

MAPA. **O Que é o CAF/DAP?**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/CAF/DAP/o-que-e-o-CAF/DAP>. Acesso em: 15 maio. 2023.

MAPA. **PLANO SAFRA 2022/2023**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/folder-plano-safra-2022-2023>. Acesso em 17 de agosto de 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; NEVES, R. J.; DA SILVA, T. P. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 71–89, 2014.

MENDONÇA, L. Transformando burocracias para financiar os mais pobres: a evolução do Pronaf Crédito Grupo B. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 2, p. 187–220, 2014.

MESQUITA, L. A. P. de. Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar. **Revista Latino-Americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 98–113, 2014.

MOREIRA, R. C.; RAMALHO, C. D. C. Questão de gênero e soberania alimentar: auto-organização de mulheres do MST do Espírito Santo. **Revista Em Pauta**, v. 11, n. 32, 2013.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NEGRETTO, C.; SILVA, M. A. da. Problematizando o trabalho invisível das mulheres e a divisão sexual de trabalho no campo: uma parceria entre educação popular e feminismo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1184–1201, 2018.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E. P.; SCHMITT, C. J.; DE ÁVILA, M. L.; PETERSEN, P. F.; DE ASSIS, W. S. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 270–291, 2019.

OCB. **Cooperativas Registradas**. 2023. Disponível em: <https://ocb-al.coop.br/cooperativas-registradas>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVEIRA, G. P. de. **Os efeitos regionais da agricultura familiar sobre o índice de desenvolvimento humano dos municípios**. 2021. - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

OLIVEIRA, M. R. de; VILACA, A.; CORREIO, L. M. M. AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, Boa Vista, v. 9, n. 1, p. 52–76, 2019.

PEÑA, D. C. A.; SALAZAR, G. M.; RAMÍRES, M. Las Mujeres cacaoceptoras gestoras del Desarrollo Sostenible en el Postconflicto colombiano: Municipio Maripí. **In Vestigium Ire**, v. 12, n. 2, p. 187–200, 2018.

PEREIRA, C. C. M.; BARREIRA, M. I. de J. S.; SANTOS, J. O.; GUIMARÃES, F. X. Mediação Da Informação Em Comunidades Quilombolas. **Páginas A & B**, n. especial, p. 49–64, 2016.

PIMENTEL, J. M. V. Pelas trabalhadoras rurais afrodescendentes dos assentamentos do município de Rosana (SP) e seus rebatimentos. *In*: 2021, Londrina/PR. **I CONGRESO INTERNACIONAL DEL TURISMO RURAL Y RURALIDADES – I CITRR; XII CONGRESO BRASILEIRO DEL TURISMO RURAL – XII CBTR; III CONGRESO BRASILEIRO DE LA GUERRA DEL CONTESTADO – III CBGC; XXXVII SEMANA DE GEOGRAFÍA EN UEL**. Londrina/PR: 2021. p. 335–362.

QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência Das Políticas Públicas Na Agricultura Familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 340–351, 2020.

RAMOS, Á. Definición de “Agricultura Familiar” como categoría socioeconómica. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 10–28, 2016.

RAMUNDO STADUTO, J. A.; ALVES NASCIMENTO, C.; DE SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: Uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, n. 72, p. 91–115, 2013.

RAPOZO, B. M. da S. Programa Nacional De Documentação Da Trabalhadora Rural: Desafios Para a Superação Das Desigualdades De Gênero No Campo Brasileiro. *In*: 2019, São Paulo. **XIII ENANPEGE - Geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. São Paulo: 2019.

RIBEIRO, E. S. **Crédito Rural e o acesso ao pronaf b: um estudo de caso no município de Lucélia - SP.** 2019. 2019.

SANTANA, C. M.; NASCIMENTO, J. E. B. Agricultura familiar e os desafios da ater em sergipe. *In:* 2017, Curitiba. **VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária.** Curitiba: 2017.

SANTOS, E. M. Z. dos; PINTO, G. L.; PESSOA, J. D. N.; SILVA, N. T. M. da; MORALES, A. G. O enfrentamento da mulher rural na busca pela igualdade de gênero. *In:* GASQUE, N. de L.; SOUZA, F. da C.; LIMA, A. R. de; SILVA, G. T. B. e; MORAES, N. R. de; PORTO JÚNIOR, F. G. R. (org.). **Convergências entre os Campos da Comunicação, Democracia e Gestão Social.** Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020. v. 4p. 101–128.

SANTOS, J. B. dos; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1–27, 2020.

SANTOS, R. B. N. dos; BRAGA, M. J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 299–324, 2013.

SEAD. **Painel de políticas do SEAD. 2022.** Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/politicas>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

SILVA, C. M. V.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: Um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 387–399, 2013.

SILVA, A. M. da; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. de. Pronaf E Empoderamento Das Mulheres Rurais. Uma Análise Das Dimensões Econômica, Social E Política. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 236–256, 2020.

SILVA, A. M. da; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. de; CEZAR, L. S. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 1, p. 1–18, 2020.

SILVA, R. A. D. da; MILLER, F. de S.; LICHSTON, J. E. A mulher no contexto da agricultura familiar no sertão do Rio Grande do Norte. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e509101019060, 2021.

SILVA, S. S. da; COTO, G. C. Redes Públicas de Cooperação e o Desenvolvimento Local: a experiência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajaí. **Revista de Ciências da Administração**, p. 165–182, 2015.

SILVA, M. G. e. ENTRE VÍNCULOS E VEÍCULOS: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 2, p. 98–119, 2017.

SOUSA, G. M. B. de; ALMEIDA, M. D. G. A. A. de; LEITÃO, M. D. R. de F. A. Gênero e acesso ao crédito rural na Associação Municipal Mulher Flor do Campo em Pernambuco. **Extensão Rural**, v. 24, n. 4, p. 31, 2018.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020.

SPANEVERELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; LAGO, A.; TOLEDO, V. B. de; LUDKE, Q. A inserção das jovens mulheres em programas de crédito rural. *In*: BARBOSA, F. C. (org.). **Agropecuária, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. Editora Conhecimento livre, 2020. p. 148–167.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) TT - Rural credit on the perspective of rural women workers of family agriculture: **Polis (Santiago)**, v. 15, n. 44, p. 393–414, 2016.

TIERLING, I. M. B. M.; SCHMIDT, C. M. Custus versus Benefícios Resultantes da Ação Coletiva na Agricultura Familiar: Um Olhar Além das Informações Financeiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 118–132, 2020.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109–128, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANCHI, V.; SOUZA, M. B. de. Agricultura familiar no Vale do Rio Pardo (RS): reflexões sobre o saber-fazer das mulheres. **COLÓQUIO**, v. 16, n. 1, p. 83–98, 2018.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com as agricultoras

Entrevista número: _____

Bloco 1 – Dados de identificação

Qual seu nome?

Qual seu número de telefone?

Qual a sua idade?

Até que ano a senhora estudou?

Qual seu estado civil? Solteira? Casada? Viúva?

A senhora possui filhos? Quantos?

Qual a idade e sexo dos filhos:

Possui alguma ocupação além das tarefas da propriedade?

Há quanto tempo é agricultora familiar?

Bloco 2 – Caracterização da propriedade e da produção

Quem é o responsável pela propriedade? Sempre foi assim?

Além da senhora quantas pessoas moram na propriedade rural?

Quantos membros da família trabalham na produção rural?

Todos eles trabalham na propriedade? Ou trabalham/estudam fora?

Há quanto tempo possuem essa propriedade?

Possuem escritura da terra ou contrato de arrendamento? A propriedade está no nome de que membro da sua família?

A propriedade foi adquirida ou repassada como herança? Se repassada como herança, de quem herdaram?

O que vocês produzem na propriedade?

A maior parte do que produzem é para consumo próprio/ venda? outro?

O trabalho é feito todo manual ou possuem maquinas e equipamentos? Quais?

A senhora saberia informar qual a renda anual da família? Quanto?

Bloco 3 – Questões de contextualização e noções sobre o PRONAF

A senhora conhece o PRONAF?

Como ficou sabendo sobre o programa?

Sabe quais atividades podem ser financiadas pelo programa?

Sabe quais linhas de financiamento existem através do PRONAF?

O PRONAF possui uma linha de crédito só para as mulheres, para que elas peguem o valor no banco e usem em seus próprios projetos trazendo mais renda para a família. O que você acha de uma linha específica do PRONAF para as mulheres? Por quê?

Quais são os aspectos positivos que a senhora vê no acesso do PRONAF? E os negativos?

A senhora já obteve recursos das linhas de crédito do PRONAF em algum momento?

➔ Caso tenha acessado o PRONAF

Quais os motivos que lhe fizeram procurar o PRONAF?

Quando a senhora teve esse acesso?

Qual foi a linha de crédito do PRONAF acessada?

Qual era o seu objetivo (projeto) ao acessar o crédito? Qual o empreendimento visado?

A senhora teve alguma dificuldade nesse processo? Quais foram elas?

A senhora observou que alguns fatores facilitaram esse processo? Quais foram? Na sua família, há alguém que recebeu o crédito do Pronaf-? Se sim, quem foi, e para que?

➔ Caso não tenha acessado o PRONAF.

Quais motivos a levam a não acessar o PRONAF? A senhora tentou acessar e teve

dificuldades? Quando tentou? e quais dificuldades encontrou?

Se a senhora não acessa o PRONAF, como faz para custear a produção?

Na sua família, há alguém que recebeu o crédito do Pronaf? Se sim, quem foi, e para que?

A senhora tem sugestões para melhorar o PRONAF?

Bloco 4 – Divulgação e acesso às informações

A senhora possui rádio? Televisão? Computador? Telefone celular? Outra TIC?

A senhora tem acesso a internet em casa?

Que meios de comunicação a senhora costuma utilizar para se informar das notícias?

E quanto ao PRONAF, por qual meio de comunicação a senhora costuma saber das informações do programa? Através da internet? Redes sociais? Algum membro da família como esposo, pais ou filhos? O que a senhora acha sobre esse meio de comunicação, facilita ou dificulta o acesso? Por quê?

A senhora acredita que ter acesso a internet e outras tecnologias facilita ou dificulta o acesso ao PRONAF? Por quê?

A senhora acha que os produtos de comunicação que o governo, ater, bancos e cooperativa utilizam para divulgar as informações do PRONAF ajudam a acessar as linhas de crédito oferecidas pelo programa (ex.: vídeos, panfletos, folhetos)? Por quê? Como poderiam melhorar?

Bloco 5 – Relação Familiar

- Processo de gerenciamento e participação na propriedade

Como é a participação da senhora na gestão da propriedade hoje? sempre foi assim?

Quem toma as decisões mais importantes na sua família? Por quê? Sempre foi assim? Como era antes?

Qual é a opinião dos membros da sua família sobre a decisão de acessar o crédito rural?

Qual é a participação da senhora nas decisões referente à produção e destino dos recursos da propriedade?

Quem cuida das finanças da propriedade? E dos recursos que a senhora recebe/recebeu do PRONAF?

Quem decidiu o que fazer com esse recurso? Como foi esse processo de decisão? Como está o desenvolvimento do projeto?

Alguma vez já foi contratado crédito do PRONAF no seu nome sem a senhora participar do processo de decisão de contratar ou como utilizar o recurso? Como ocorreu essa situação?

A senhora acha que poderá pagar a dívida feita com o PRONAF? O medo do endividamento é um fator que influencia na decisão de contratar o crédito no programa? Por quê?

A senhora tem outra fonte de renda? Qual? Isso influencia na sua decisão de acessar o PRONAF?

Quem trabalha na produção rural? Como é feita a divisão das tarefas entre o campo e a casa? Sempre foi assim?

O que você pensa sobre o trabalho que a senhora realiza? Por quê? E sobre o trabalho de seu esposo? Por quê?

Qual a tarefa que você faz que considera a mais importante? Por quê? E de seu esposo? Por quê?

A senhora acha que a maneira como a sua família se relaciona e as responsabilidades que a senhora tem influenciam no acesso ao crédito rural do PRONAF? Por quê?

Bloco 6 – Relações Sociais

Como é seu relacionamento com a COOPAIBA?

A COOPAIBA lhe auxilia de alguma maneira a acessar o PRONAF? Como?

Além da COOPAIBA a senhora participa de alguma outra associação ou sindicato? Qual ou quais? Desde quando participa? Como é a sua participação? Você acha importante participar? Por quê? Você já participava antes? Por quê? E algum outro membro da sua família?

Algum desses grupos lhe auxilia de alguma maneira a acessar o PRONAF? Como?

A senhora participa de alguma instancia representativa do governo (tipo Orçamento participativo)? Qual ou quais? Desde quando participa? Como é a sua participação? Você acha importante participar? Por quê? Você já participava antes? Por quê? E algum outro membro da sua família?

Participar desses espaços públicos lhe auxilia no acesso ao PRONAF? Como?

Como é o seu relacionamento com a comunidade? O que seus vizinhos acham do seu empreendimento, do seu trabalho?

A senhora recebeu/recebe auxílio da comunidade para acessar o PRONAF? Como?

A senhora recebe assistência técnica? Com que frequência recebe ou procura assistência da ATER? Quantas vezes foram realizadas visitas técnicas e/ou de capacitação por um dos agentes extensionistas?

Qual auxílio técnico a senhora recebe/recebeu?

A senhora acha importante receber assistência técnica? Por que? Em quais etapas do processo a senhora acha importante a assistência técnica (na elaboração do projeto, na contratação do PRONAF, no pagamento do financiamento ou no acompanhamento da produção agropecuária)

Bloco 7- Documentação

- Documentação de identificação pessoal

Quais documentos pessoais a senhora possui? Já os possuía antes de tentar acessar o crédito?

A senhora tem conta em banco? Já possuía antes de acessar o crédito?

Como foi tratada no banco durante o processo de efetivação do empréstimo? Possuía todos os documentos necessários? Foi fácil ter acesso aos documentos exigidos? O que achou da quantidade de documentos exigidos pelo banco?

Quantas vezes a senhora precisou ir até a cidade para realizar uma dessas atividades?

() Pegar informações sobre o PRONAF () Emitir a DAP () Entregar documentação () Assinar contrato () Entregar notas e exames () Pagar boletos

Para acessar o PRONAF é necessário que o agricultor possua o CAF/DAP. Como foi esse processo de emissão? Onde emitiu? Houve dificuldades para conseguir emití-lo? Quais? A senhora recebeu algum auxílio para emitir o documento? Qual?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com o agente de ATER**Entrevista número:** _____**Bloco 1 – Dados de identificação**

Nome:

Sexo:

A quanto tempo atua como agente extensionista?

A quanto tempo apoia as agricultoras associadas a COOPAIBA?

Bloco 2 – Características gerais da agricultura e do PRONAF no município e na cooperativa

Como percebe a situação da agricultura familiar no município de Piaçabuçu/AL?

E como percebe a participação das mulheres na agricultura do município? E na cooperativa?

Qual a principal modalidade de financiamento do PRONAF no município? Quais os principais destinos dos recursos adquiridos via PRONAF?

Qual é a importância de uma política específica para as mulheres (Pronaf-Mulher) no desenvolvimento da Agricultura Familiar? Acha que se justifica uma linha específica do PRONAF para as agricultoras, ela é necessária, por quê?

Na sua opinião por que existem agricultoras no município que ainda não acessaram o PRONAF?

Pra você quais as principais dificuldades no processo de formulação e acesso ao crédito que elas enfrentam?

E quais os principais facilitadores desse acesso?

Bloco 3 – Relação Familiar

Na sua opinião as relações familiares das agricultoras que acompanha influenciam no acesso delas ao crédito rural? Por quê? De que maneira?

Nas famílias que acompanha as mulheres costumam ter alguma autonomia ou controle dos recursos financeiros? E isso influencia no acesso ao PRONAF? Por quê? De que maneira?

Bloco 4 – Relações Sociais

Quais os critérios para que a agricultora receba capacitação/assistência técnica?

A ATER no município incentiva as agricultoras a acessarem os recursos disponíveis pelo programa? Por quê? De que maneira?

Que tipo de apoio tem sido oferecido às agricultoras durante o processo de acesso ao crédito rural (informações, formulação de projeto, acompanhamento, entre outros)?

Existe acompanhamento na execução do projeto?

Na sua opinião o envolvimento das agricultoras na COOPERATIVA influencia no acesso ao crédito rural? Por quê? De que maneira? E em sindicatos? E em espaços públicos?

Que tipo de ação a ATER desenvolve com as agricultoras? (seminários, oficinas, palestras, cursos de qualificação, etc.) Existem capacitações específicas pra que as agricultoras acessem o PRONAF? Como é realizada?

Bloco 5 – Divulgação e acesso às informações

A entidade de ATER divulga informações sobre o PRONAF no município? De que maneira é feita essa divulgação?

São realmente as agricultoras que não querem acessar as linhas de crédito do PRONAF ou falta-lhes conhecimento para isso?

Como tem sido o processo de divulgação de informação relacionado ao acesso ao PRONAF? Vocês realizam campanhas de informação (tipo, quem ajuda/colabora, quais são as dificuldades no processo de informação)? De que maneira ocorrem? Elas têm demonstrado algum resultado, as agricultoras acabam se interessando pelo programa? Como tem sido esse processo?

O acesso a internet e demais TIC influencia na decisão das agricultoras de acessarem o PRONAF? Por quê? Você os considera como meios efetivos de comunicação entre os entes governamentais e as agricultoras? Existem gargalos nesse processo de comunicação? Por quê? Quais?

Bloco 6- Documentação

As agricultoras que acompanha possuem documentação de identificação pessoal? Já possuíam antes de tentar acessar o PRONAF?

Para que serve a CAF/DAP? Como é feita a emissão? Ela pode ser renovada por quanto tempo? Que critérios são utilizados para que a agricultora possa obtê-la?

Quantas mulheres no município/cooperativa possuem CAF/DAP?

Onde as agricultoras podem ir para emitir o CAF/DAP?

A ATER oferece auxílio para que as agricultoras emitam CAF/DAP?

Você identifica fatores que dificultam que as mulheres tenha acesso ao CAF/DAP? Quais? E facilitadores? Quais?

Qual sua opinião dos documentos exigidos pelas instituições financeiras para que as agricultoras possam acessar as linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF? Por quê? Como esse processo pode ser facilitado?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada com diretor da cooperativa

Entrevista número: _____

Bloco 1 – Dados de identificação

Nome:

Idade?

Ocupação?

A quanto tempo atua como gestor na cooperativa?

Bloco 2 – Características gerais da agricultura e do PRONAF no município e na cooperativa

Como percebe a situação da agricultura familiar no município de Piaçabuçu/AL?

E como percebe a participação das mulheres na agricultura do município? E na cooperativa?

Qual a principal modalidade de financiamento do PRONAF no município? Quais os principais destinos dos recursos adquiridos via PRONAF?

Qual é a importância de uma política específica para as mulheres (Pronaf-Mulher) no desenvolvimento da Agricultura Familiar? Acha que se justifica uma linha específica do PRONAF para as agricultoras, ela é necessária, por quê?

Na sua opinião por que existem agricultoras no município que ainda não acessaram o PRONAF?

Pra você quais as principais dificuldades no processo de formulação e acesso ao crédito que elas enfrentam?

E quais os principais facilitadores desse acesso?

Bloco 3 – Relação Familiar

Na sua opinião as relações familiares das agricultoras associadas a cooperativa influenciam no acesso delas ao crédito rural? Por quê? De que maneira?

Essas mulheres costumam ter alguma autonomia ou controle dos recursos financeiros? E isso influencia no acesso ao PRONAF? Por quê? De que maneira?

Bloco 4 – Relações Sociais

A cooperativa incentiva as agricultoras a acessarem os recursos disponíveis pelo programa? Por quê? De que maneira?

Que tipo de apoio tem sido oferecido às agricultoras durante o processo de acesso ao crédito rural (informações, formulação de projeto, acompanhamento, entre outros)?

Existe acompanhamento na execução do projeto?

Na sua opinião o envolvimento das agricultoras na COOPERATIVA influencia no acesso ao crédito rural? Por quê? De que maneira? E em sindicatos? E em espaços públicos?

Que tipo de ação a cooperativa desenvolve com as agricultoras? (seminários, oficinas, palestras, cursos de qualificação, etc.) Existem capacitações específicas pra que as agricultoras acessem o PRONAF? Como é realizada?

O envolvimento da ATER no acompanhamento das agricultora associadas a cooperativa influencia no acessos delas ao crédito rural? Por quê? De que maneira?

Bloco 5 – Divulgação e acesso às informações

A cooperativa divulga informações sobre o PRONAF para as agricultoras associadas? De que maneira é feita essa divulgação?

São realmente as agricultoras que não querem acessar as linhas de crédito do PRONAF ou falta-lhes conhecimento para isso?

Como tem sido o processo de divulgação de informação relacionado ao acesso ao PRONAF? Vocês realizam campanhas de informação (tipo, quem ajuda/colabora, quais são as dificuldades no processo de informação)? De que maneira ocorrem? Elas têm demonstrado

algum resultado, as agricultoras acabam se interessando pelo programa? Como tem sido esse processo?

O acesso a internet e demais TIC influencia na decisão das agricultoras de acessarem o PRONAF? Por quê? Você os considera como meios efetivos de comunicação entre os entes governamentais e as agricultoras? Existem gargalos nesse processo de comunicação? Por quê? Quais?

Bloco 6- Documentação

As agricultoras associadas a cooperativa possuem documentação de identificação pessoal? Já possuíam antes de tentar acessar o PRONAF?

Quantas mulheres na cooperativa possuem CAF/DAP?

Onde as agricultoras podem ir para emitir o CAF/DAP?

A cooperativa oferece auxílio para que as agricultoras emitam CAF/DAP?

Você identifica fatores que dificultam que as mulheres tenha acesso ao CAF/DAP? Quais? E facilitadores? Quais?

Qual sua opinião dos documentos exigidos pelas instituições financeiras para que as agricultoras possam acessar as linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF? Por quê? Como esse processo pode ser facilitado?

APÊNDICE D – Protocolo de Estudo de Caso

Seção A – Visão geral do estudo de caso e finalidade do protocolo

Este estudo de caso tem como objetivo geral analisar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL. Espera-se que esta pesquisa possa apoiar os entes governamentais e as instituições financeiras no aprimoramento de seus processos de implementação do PRONAF no município e, por conseguinte, estimular que mais mulheres tenham acesso às linhas de crédito do PRONAF gerando assim maiores possibilidades de renda e emprego.

Opta-se por estudar estes fatores no município de Piaçabuçu/AL, pois ao analisar relatórios da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD e o Censo Agropecuário de 2017 notou-se um fenômeno um tanto quanto interessante neste município, apesar de em 2017 contar com aproximadamente 55 estabelecimentos agropecuários representados por mulheres apenas oito dos 1.174 contratos do PRONAF realizados no período de 2013 a 2018 foram realizados exclusivamente por mulheres. Tal fenômeno levantou o pressuposto de que existem fatores que dificultam o acesso das mulheres ao PRONAF e que esses fatores podem ser resultado de demasiada burocracia documental, falhas de comunicação entre o poder público e os agricultores, falta de divulgação e maiores informações acerca do programa ou dinâmicas familiares que restringem e desvalorizam o trabalho da mulher agricultora.

A redação deste protocolo de estudo de caso serve como guia e referência, para a pesquisadora e a quem mais possa interessar, sobre os passos que poderão ser tomados durante a realização da pesquisa. Uma visão geral dos dados sobre a pesquisa pode ser feita a partir do quadro 1.

Quadro 1 – Dados gerais sobre a pesquisa

Dados sobre a pesquisa	
Orientador	Nome: Abimael Magno do Ouro Filho E-mail: abimaelmagno@hotmail.com
Pesquisadora	Nome: Ana Caroline da Silva Jesus E-mail: carolmaps@hotmail.com
Patrocinador	Pesquisa não patrocinada
Universidade	Universidade Federal de Sergipe – UFS Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze Centro de Ciências Sociais Aplicadas 02 (CCSA 2) 1º Andar, Sala 31

	CEP 49.100-000 São Cristóvão – SE E-mail: profiap@academico.ufs.br Telefone: (79) 3194-6350
Tipo de Pesquisa	Dissertação de Mestrado
Objetivo	Analisar o processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no contexto das mulheres agricultoras no município de Piaçabuçu/AL.
Contribuições da pesquisa	As contribuições desta pesquisa alcançam a compreensão dos fatores que facilitam ou dificultam o acesso das mulheres agricultores familiares ao crédito rural oferecido pelo PRONAF. Para os entes governamentais e agentes de extensão rural as contribuições geradas a partir dos resultados desta pesquisa podem ser base para subsidiar decisões estratégicas de cunho político, econômico e/ou social tomadas através do desenvolvimento/atualização e implementação de políticas públicas que melhor respondem as necessidades reais deste setor agropecuário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Seção B - Procedimento de Coleta de Dados

Para alcance do objetivo desta pesquisa planeja-se coletar dados através de entrevistas semiestruturadas, documentos e observação direta. Os atores que poderão estar envolvidos na pesquisa são as mulheres agricultoras de Piaçabuçu/AL associadas à COOPAIBA, o gestor da cooperativa e os agentes de ATER que atuam junto às agricultoras. Em relação aos documentos serão coletados dados dos relatórios da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), do Censo Agropecuário de 2017 e do arquivo da cooperativa a respeito das emissões de CAF/DAP, contratação de créditos do PRONAF, características da agricultura no município e das agricultoras associadas à cooperativa. Dados também serão coletados através de observação direta informal durante as visitas de campo e entrevistas.

A respeito dos procedimentos de proteção reforça-se que, caso necessário, a carta formal para autorização da coleta de dados será solicitada da Universidade Federal vinculada a pesquisa – Universidade Federal de Sergipe e entregue aos responsáveis pelo fornecimento das informações. Quanto às agricultoras familiares, define-se que basta a autorização verbal e disponibilidade para realizar a entrevista como procedimento de proteção. Em todos os casos se manterá completo sigilo sobre a identidade do entrevistado.

Quanto à parte de recursos para coleta de dados planeja-se que os recursos financeiros serão de responsabilidade da pesquisadora e os recursos instrumentais utilizados serão: a) gravador de voz para as entrevistas in loco, caso as entrevistas sejam realizadas por meios digitais outras ferramentas de gravação serão empregadas a depender do meio utilizado, b) computador pessoal para compilação dos dados coletados e, c) telefone pessoal.

Seção C - Questões da coleta de dados

Nesta seção se detalha os instrumentos de pesquisa para coleta de dados. No que tange o roteiro das entrevistas semiestruturadas preparou-se três propostas, uma para cada sujeito de análise, baseadas na literatura estudada e nas categorias e subcategorias de análise levantada, essas propostas são apresentadas nos apêndices A, B e C.

Quanto a análise dos documentos, de início pretende-se procurar por informações que dizem respeito aos agricultores que possuem o CAF/DAP e número de contratos do PRONAF firmados no município de Piaçabuçu/AL, informações estatísticas e geográficas a respeito das características da agricultura no município e dados gerais das agricultoras da cooperativa.

Os dados coletados serão transcritos e organizados em um documento único que servirá como banco de dados criado pela pesquisadora com base em levantamento teórico.

O Quadro 2 descreve as orientações gerais para a pesquisadora em relação aos dados que serão coletados por meio de entrevista semiestruturada, especificando os passos necessários para cada etapa do processo que são: 1) agendamento da entrevista; 2) verificações anteriores a entrevista; 3) durante a entrevista; 4) após a entrevista.

Quadro 2 – orientações gerais para a pesquisadora: entrevista semiestruturada.

Etapa	Orientações
1) Agendamento da entrevista	a) agendar a entrevista conforme disponibilidade do entrevistado em local que seja adequado para conversação e gravação do áudio, a preferencia é que seja realizada na propriedade do entrevistado a fim de também facilitar a coleta de dados por meio da observação direta. b) informa que a entrevista será conduzida em um único momento. c) informar que as informações coletadas durante a entrevista serão analisadas e disponibilizadas de forma anônima. d) informar que a entrevista deverá ocorrer de acordo com o tempo que é necessário para a coleta de dados observando é claro a disponibilidade do entrevistado. e) Informar que a entrevista será gravada e as respostas obtidas serão tratadas em caráter de anonimato.
2) Verificações anteriores à entrevista	a) Confirmar a entrevista e local onde será realizada; b) Checar informações gerais sobre o entrevistado. c) Testar gravador de áudio; d) Conferir demais ferramentas e materiais, como lápis, caneta, borracha, bloco de anotações, roteiro de entrevista.
3) Durante a entrevista	a) Reiterar ao entrevistado que ele pode se sentir livre para responder as perguntas de forma espontânea, expressando suas experiências de vida, do campo e familiares e que as respostas gravadas não serão divulgadas com as suas identificações pessoais. b) Observar as dinâmicas sociais e familiares ao redor do entrevistado e se tais dinâmicas influenciam de alguma maneira as repostas dele. c) Realizar anotações acerca das impressões sobre as falas do entrevistado, a forma como justifica suas respostas, se possui um discurso pronto ou contradições entre as respostas, destacando aqueles que precisarão ser confrontados com outras fontes de dados.
4) Após a entrevista	a) Relembrar os dados e evidências coletados durante a entrevista e realizando o registro, caso necessário, de informações adicionais; b) Registrar as primeiras interpretações sobre as evidencias e dados coletados;

	c) Transcrever áudio das gravações; d) Informar ao entrevistado onde ele poderá acessar os resultados da pesquisa e os produtos gerados a partir dela.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Seção D – Guia do relatório do estudo de caso

Para Yin (2015) um importante elemento no projeto de estudo de caso é um guia para o relatório do projeto de um estudo de caso contendo algumas diretrizes para o relatório a ser redigido durante a análise dos casos

Público Alvo: Identificar o público alvo do relatório é essencial para ditar a maneira como este deverá ser construído e as descobertas da pesquisa serão apresentadas (YIN, 2015). Para esta pesquisa o público alvo potencial identificado são os entes governamentais que desenvolvem os programas e políticas públicas, os agentes de assistências técnica e extensão rural que apoiam diretamente e de diversas maneiras as agricultoras familiares no desenvolvimento de suas lavouras. Além desses identifica-se as instituições financeiras que promovem o financiamento rural através das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF, como outro público alvo em potencial.

Composição do Estudo de caso: Em relação ao formato do relatório para este estudo opta-se por adotar a versão de “casos múltiplos do estudo de caso único clássico” (YIN, 2015, p. 188) com os casos primeiramente analisados individualmente em seções separadas e posteriormente analisados em uma única seção por meio de estrutura ilustrativa comparativa (YIN, 2015) reunindo as análises entre os casos e os resultados.

Identificação dos casos: Como as repostas obtidas nas entrevistas podem abranger questões de gênero, relações familiares e sociais, neste estudo opta-se por manter os entrevistados em anonimato a fim de estimular que as respostas sejam as mais sinceras possíveis sem temer que suas identidades sejam reveladas e com isso sofram represália ou discriminação em suas famílias ou comunidades.

APÊNDICE E – Relatório do Produto Técnico Tecnológico



**Relatório/Produto
Técnico
Tecnológico**



**Proposta de Cartilha e
conjunto de produtos
midiáticos para
facilitar o acesso ao
crédito rural.**

www.posgraduacao.ufs.br/profiap

São Cristóvão, SE

2023



Autores

Ana Caroline da Silva Jesus¹

Abimael Magno do Ouro Filho²



1: Ana Caroline da Silva Jesus (Autora)

Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Egressa do PROFIAP/UFS

Email: anacaroline1304@academico.ufs.br

2: Prof. Dr^o. Abimael Magno do Ouro Filho

Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Email: abimaelmagno@academico.ufs.br



RESUMO

Após análise do processo de acesso e utilização das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF no contexto das mulheres agricultoras de Piaçabuçu/AL, no estudo intitulado “Caminhos de acesso às linhas de crédito rural para a mulher agricultora”, constatou-se fatores que dificultam e facilitam esse acesso. A partir da análise desses fatores formulou-se uma proposta de cartilha e conjunto de produtos midiáticos, como produto técnico da pesquisa, que podem ser disponibilizados virtual e/ou fisicamente nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, cooperativas e associações de agricultores familiares e entre as próprias agricultoras. O conteúdo dos produtos foi elaborado levando em consideração os fatores elencados na análise dos dados da pesquisa e na teoria estudada, portanto espera-se que se difundido possa contribuir para a melhora do acesso das mulheres agricultoras ao crédito rural.

ABSTRACT

After analyzing the process of access and use of credit lines offered by PRONAF in the context of women farmers in Piaçabuçu/AL, in the study entitled “Access paths to rural credit lines for women farmers”, it was found factors that hinder and facilitate this access. Based on the analysis of these factors, a proposal for a booklet and a set of media products was formulated as a technical product of the research, which can be made available virtually and/or physically at Technical Assistance and Rural Extension Companies, cooperatives and associations of family farmers and among the farmers themselves. The content of the products was prepared taking into account the factors highlighted in the analysis of the research data and in the theory studied, so it is expected that if disseminated it could contribute to improving the access of women farmers to rural credit.



1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Como apoio a agricultura familiar como um todo e em busca do desenvolvimento da categoria no país, o governo tem desenvolvido diversas políticas públicas de apoio ao setor. Dentre estas políticas esta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa que buscar oferecer apoio financeiro a agricultura familiar por meio de concessão de crédito rural a juros reduzidos. Destaca-se que o PRONAF e as demais políticas públicas de apoio ao setor surgem como resposta às movimentações sociais e demandas da agricultura familiar do país, que em sua imensa heterogeneidade abriga a figura da mulher agricultora familiar.

Historicamente vista apenas como auxiliar nas atividades do campo, a mulher agricultora familiar tem cada vez mais conquistado seu espaço e reconhecimento na agricultura familiar brasileira (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012). Seus esforços no lares, na produção, na pesca e no comércio de produtos agrícolas são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que contribuem de forma relevante com a prosperidade da agricultura familiar (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Desta maneira, o PRONAF por si só representa uma grande conquista para a categoria, contudo existem diversos fatores que dificultam o acesso dos agricultores ao crédito rural, e estes fatores parecem ser ainda mais abrangentes quando se trata do acesso da mulher agricultora ao programa (GUEDES; CARVALHO, 2017; LIMA; MEDEIROS; SILVA, 2019). Como resposta aos desafios que a mulher enfrenta no campo e no acesso ao crédito rural, o governo lançou uma linha de crédito específica para as mulheres, o PRONAF-Mulher, no intuito de estimular o acesso delas ao programa (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). No entanto, constatou-se que o número de mulheres que conseguem acessar o programa ainda é baixo, o que evidencia a existência contínua de obstáculos nesse processo.

A partir dos resultados e discussão dos dados analisados no estudo intitulado “Caminhos de acesso às linhas de crédito rural para a mulher agricultora” verificou-se a existência de fatores que dificultam e facilitam o acesso das mulheres agricultoras ao crédito

rural e que tais fatores podem ser agrupados em quatro grandes dimensões: Relações Sociais, Relação Familiar, Documentação exigida pelas instituições financeiras e Divulgação e acesso às informações.

Dessas dimensões destacam-se como fatores de dificuldade o não fornecimento de apoio e orientação para que as agricultoras acessem o programa. Segundo a pesquisa a dificuldade está tanto no processo de conseguir informações por conta da atuação limitada das cooperativas, associações e agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) quanto na inadequação das informações que são divulgadas na mídia.

Por outro lado, a pesquisa também destaca que a ação direta dos agentes de ATER no campo dedicando-se a orientar as agricultoras sobre o PRONAF, assim como o compartilhamento de informações entre os membros das cooperativas e associações, são fatores que facilitam o acesso ao crédito rural.

Nesse sentido, formulou-se como proposta de produto técnico uma cartilha e um conjunto de produtos midiáticos que foram elaborados levando em consideração os fatores elencados durante a pesquisa e estudo da teoria. O produto pode ser viabilizado, física e/ou virtualmente, para as agricultoras por meio das ações das Empresas de ATER, das cooperativas e associações de agricultores familiares e entre as próprias agricultoras. Espera-se que se difundido o produto possa contribuir para a melhora do acesso das mulheres ao crédito rural fornecido pelas linhas de crédito do PRONAF.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

a) Cartilha

Título: Cartilha de Acesso ao Crédito Rural – PRONAF – Veja como obter crédito para a agricultura familiar.

Trata-se de uma cartilha com conteúdo didático e acessível para os agricultores familiares que desejem obter informações sobre o PRONAF. Nele estão informações sobre o que é o programa, algumas das linhas de crédito disponível, dentre elas o PRONAF Mulher, a documentação necessária e alguns benefícios especiais do programa como o seguro da agricultura familiar. Todos estes foram tópicos identificados na pesquisa como informações de difícil acesso.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1pXXv1XI23thY04YB8g5qv4SoTYqX-BNm/view?usp=sharing>>

b) Infográficos:

Título: Jornada de acesso ao crédito rural

São duas versões de um infográfico com os passos principais para que o agricultor acesse o crédito rural.

Infográfico 1 disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1u82EATURSQc6U8ji80YD5yhnFVin81Qj/view?usp=sharing>>

Infográfico 2 disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/10f3anDRQ2iL9TaQyzzsbPFemb0_eAfvT/view?usp=sharing>

c) Página no Instagram

Título da página: Conhecendo o Pronaf (@pronaf_info)

Página criada para compartilhar informações gerais sobre o PRONAF. Não se pretende ter atualizações constantes da página, ao invés disso já foram disponibilizados *posts* permanentes. Na pesquisa, alguns entrevistados afirmaram que páginas do instagram ou facebook, sobre o programa, poderiam facilitar o acesso ao crédito rural.

Na página do instagram também estão disponíveis links para o acesso ao canal do youtube e download da cartilha e dos infográficos.

d) Canal do Youtube

Título do Canal: Conhecendo o Pronaf (@pronaf_info)

Canal criado para compartilhar informações sobre o PRONAF através de curtos vídeos animados.

3. PRODUTOS

a) Cartilha



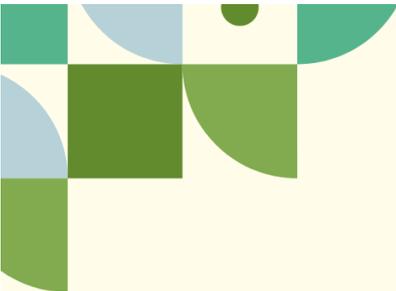
CARTILHA DE ACESSO AO CRÉDITO RURAL PRONAF

Veja como obter crédito para a Agricultura Familiar

Autora: Ana Caroline da Silva Jesus

Orientador: Prof.º Dr.º Abimael Magno do
Ouro Filho





CONTEÚDO

1. Conheça mais sobre o PRONAF	7
2. Linhas de crédito do PRONAF	11
3. Pronaf Mulher	14
4. Benefícios especiais do PRONAF	16
5. Como acessar os Créditos do PRONAF (passo a passo)	20
6. Um destaque para o CAF	23
7. Onde conseguir mais informações	27
8. Mantenha uma boa relação com os agentes financeiros	29
9. Alguns bancos que operam com o PRONAF	30

CONHECENDO O PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mais conhecido como PRONAF, é uma política pública do Governo Federal que busca apoiar os agricultores familiares.



Objetivo

O objetivo principal do PRONAF é o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda para a agricultura familiar, com o fortalecimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias realizadas pelo setor, através do fornecimento de várias linhas de crédito rural adequadas à realidade da agricultura familiar.



CONHECENDO O PRONAF

Destino dos recursos

O agricultor familiar poderá utilizar este recurso para adquirir insumos necessários para um ciclo de produção, como fertilizantes, ração, sementes, entre outros.



Além de financiar o custeio da produção, o programa é de grande importância para a modernização dos empreendimentos familiares.



O Pronaf permite o financiamento de máquinas, tratores, veículos de carga, equipamentos e tecnologias de mercado para a modernização e competitividade dos empreendimentos da agricultura familiar e de suas cooperativas.

Taxas de Juros

O PRONAF tem taxas de juros mais baixas.

Um dos diferenciais e principais vantagens do PRONAF é oferecer crédito com taxas de juros mais baixas, em comparação com financiamentos tradicionais, variando de 5% a 6% ao ano.

As condições das linhas de crédito do programa, os valores totais destinados ao custeio e investimento, bem como as taxas de juros, variam conforme o Plano Safra, que é divulgado anualmente pelo Governo Federal.

Os dados desta cartilha estão baseados no Plano Safra 2022/2023.



Para mais informações sobre o plano-safra consulte o site oficial do governo.

A quem o programa se destina?

O programa é destinado exclusivamente aos agricultores e produtores rurais que compõem as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) e suas formas organizativas (por exemplo, cooperativas e associações), que realizam atividades agropecuárias e/ou não agropecuárias.



UFPA

É o conjunto de pessoas que constituem uma família agricultora e mora no estabelecimento rural ou em local próximo a ele.

A sua identificação deve ser comprovada mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou o documento Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (CAF) válido.



Identificando o Agricultor Familiar

Alguns requisitos devem ser cumpridos para que o agricultor se identifique como agricultor familiar e se encaixar no programa, são eles:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, ressalvado quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais;

CONHECENDO O PRONAF



d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;

f) tenham obtido renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP ou do CAF, de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), considerando nesse limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

CONHECENDO O PRONAF

Grupos de Classificação dos Agricultores Familiares

O Pronaf está presente em quase todos os municípios do Brasil, permitindo amplo acesso ao crédito rural para diversos grupos da agricultura familiar

Ao emitir a DAP/CAF o agricultor é classificado em um grupo, com o objetivo de melhor atender as diferentes necessidades de cada grupo, garantindo tratamento diferenciado de financiamento, prazos, juros e limites, de acordo com o grupo em que o agricultor se encontre

Grupo	Descrição
Grupo A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.
Grupo B	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.
Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A" e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".
Grupo V	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

Públicos Atendidos pelo Pronaf

- Agricultores familiares;
- Silvicultores;
- Extrativistas;
- Aquicultores;
- Pescadores artesanais;
- Povos indígenas;
- Comunidades remanescentes de quilombos rurais;
- Povos e Comunidades tradicionais;
- Empreendimentos Familiares Rurais ou Pessoas Jurídicas;
- Formas associativas de organização da agricultura familiar: Cooperativas e Associações;
- Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF

O programa com diversas linhas de crédito, destinadas a diferentes necessidades do agricultor familiar:

Pronaf Custeio	Pronaf Agroindústria	Pronaf Mulher
Financiamento a itens de custeio relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas.	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

LINHAS DE CRÉDITO

LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF

Pronaf Agroecologia	Pronaf Bioeconomia	Pronaf Mais Alimentos
<p>Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.</p>	<p>Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.</p>	<p>Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.</p>

LINHAS DE CRÉDITO

LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF

Pronaf Jovem

Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.

Pronaf Microcrédito (Grupo B)

Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação do CAF/DAP.

Pronaf Cotas-Partes

Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

PRONAF MULHER

Exclusivo para Mulheres

Quando as mulheres são incluídas no processo produtivo, ocorre um aumento significativo do empreendedorismo feminino, trazendo consigo uma série de vantagens, como a geração de renda, o fortalecimento da autonomia e o empoderamento das mulheres nas propriedades rurais. Esta linha de crédito do PRONAF é o resultado da luta das mulheres agricultoras pelo maior reconhecimento de seus esforços no campo.

Objetivo

Cobrir investimento em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, produção de alimentos processados (bolos, geleias e queijos) e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.



PRONAF MULHER

Quem pode acessar o PRONAF Mulher?

Mulheres agricultoras, independentemente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no PRONAF.

Mesmo possuindo algumas características próprias, o Pronaf Mulher segue as mesmas condições das demais linhas do Pronaf em termos de taxas de juros e limites de crédito, conforme tabela a seguir:

Grupo	Limite	Juro/Prazo/Carência
A, A/C, B	R\$ 3 mil (ou R\$ 6 mil quando projetos de financiamento adotam a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO)	0,5% a.a. PRAZO de até 2 anos CARÊNCIA não há.
V	Segue as mesmas condições do Pronaf Mais Alimentos	Segue as mesmas condições do Pronaf Mais Alimentos



O acesso da agricultora ao PRONAF Mulher não depende de permissão de outros membros da família. Mas se possível consulte com os demais os impactos desta decisão.

BENEFÍCIOS ESPECIAIS DO PRONAF

Todo os agricultores familiares desejam ter sucesso em suas atividades, plantar, colher, vender, produzir e ganhar mais dinheiro com o trabalho que realizam para melhorar o bem estar de suas famílias.

No entanto, a agricultura é uma atividade sujeita a riscos, onde imprevistos podem ocorrer. Pensando nesses imprevistos o PRONAF conta com alguns benefícios que oferecem suporte ao agricultor, para garantir que ele possa cumprir com suas obrigações financeiras enquanto continua fortalecendo suas atividades. Alguns desses benefícios são:

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) -
PROAGRO +

Garantia Safra

Programa de Garantia de Preço para a
Agricultura Familiar (PGPAF)

BENEFÍCIO ESPECIAIS

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) PROAGRO +

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), denominado Proagro Mais, protege os financiamentos em caso de perdas por evento climático e parte da renda prevista do agricultor.

Além dos recursos próprios empregados pelo agricultor e do valor financiado para custeio, os beneficiários do Proagro Mais (Pronaf) têm o direito de enquadrar a parcela de crédito para investimento rural.

Para ter direito a esse seguro o agricultor familiar paga uma taxa adicional. O valor desta taxa vai estar no contrato de crédito entre o agricultor e a instituição financeira e será paga junto do financiamento do PRONAF. Para mais informações consulte a instituição financeira.

Eventos cobertos:

chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes e frios, doença fúngica ou praga sem método de controle

**Eventos não cobertos:**

incêndio de lavoura, enchente, evento fora da vigência e evento associado ao plantio em locais impróprios ou sujeitos a riscos frequentes.

BENEFÍCIO ESPECIAIS

Garantia Safra

Excesso de chuvas ou seca? O PRONAF pode cobrir parte de seus prejuízos

O Garantia-Safra é uma ação do PRONAF, que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico.

Quem tem direito ao Garantia Safra?

Agricultores Familiares, que possuam DAP/CAF válido, possuam renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 (um e meio) salário mínimo e plante entre 0,6 a 5,0 hectares de feijão, milho, arroz, algodão ou mandioca.



Para mais informações sobre o Garantia Safra procure a prefeitura ou secretária de agricultura de seu município.

BENEFÍCIO ESPECIAIS

Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar (PGPAF)

O objetivo principal do programa é assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf.

O agricultor familiar que contratar operações de custeio para uma das culturas amparadas pelo PRONAF ou qualquer operação de investimento estará automaticamente vinculado ao PGPAF

Quem tem direito ao PGPAF?

Os agricultores com operações de crédito de custeio e investimento contratadas no âmbito do Pronaf têm direito a bônus de desconto na parcela do financiamento sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente no âmbito do PGPAF.



A concessão de bônus de desconto será realizada pelo banco que realizou a operação de crédito e investimento. Esta operação será realizada de forma automática, não sendo necessária nenhuma ação por parte do agricultor familiar.

COMO ACESSAR OS CRÉDITOS DO PRONAF

1. Verifique se você pode ser um dos beneficiários do Pronaf;
2. Procure informações e orientações;
3. Reúna a documentação necessária;
4. Procure um instituição financeira;
5. Elabore o projeto técnico;
6. Aguarde análise e aprovação.



Lembre-se que essas são orientações gerais e podem variar de acordo com a região e a linha de crédito. Por isso, é importante buscar informações atualizadas nos órgãos responsáveis e instituições financeiras e seguir as orientações específicas para cada caso.

COMO ACESSAR

1. Verifique se você pode ser um dos beneficiários do Pronaf

Para acessar o Pronaf é necessário se identificar como agricultor familiar. O agricultor familiar é aquele que realiza atividades agrícolas em propriedades de pequeno ou médio porte, com a mão de obra sendo principalmente da sua própria família. Além disso, a renda familiar vem em grande parte dessas atividades. Os pescadores artesanais também podem acessar algumas linhas específicas do Pronaf.



2. Procure informações e orientações

Você pode buscar mais informações sobre o programa pesquisando na internet ou entrando em contato com os órgãos governamentais responsáveis pela agricultura, como a Secretária de Agricultura ou as agências de assistência técnica e extensão rural como a EMATER. Essas instituições podem fornecer informações detalhadas sobre as linhas de crédito disponíveis, documentação necessária e procedimentos para acessar o Pronaf.

COMO ACESSAR



3. Reúna a documentação necessária

Dependendo da linha de crédito do Pronaf que você deseja acessar, os documentos necessários podem mudar. Mas em geral, será necessário apresentar documentos como RG, CPF, comprovante de residência, comprovante de propriedade ou posse da terra e a DAP ou CAF. É interessante que neste momento você já reúna algumas informações do que planeja fazer com o valor que conseguir de crédito rural.

4. Procure um instituição financeira



Após reunir a documentação necessária, você deve procurar uma instituição financeira autorizada para operar o Pronaf, como os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste) e as cooperativas de crédito. Essas instituições podem fornecer informações específicas sobre como acessar o Pronaf e a linha de crédito que mais se adequa a sua necessidade, taxas de juros e prazos, além de informar quais os procedimentos e requisitos específicos de cada linha de crédito disponível.

COMO ACESSAR

5. Elabore o projeto técnico e apresente a sua proposta de financiamento

Tendo decidido a instituição financeira e a linha de crédito que irá acessar, um dos documentos específicos que podem ser solicitados é o projeto que detalhe suas atividades e as necessidades de investimento. Para elaborar este projeto, você pode contar com o suporte de profissionais técnicos, como engenheiros agrônomos ou extensionistas rurais. Após elaboração do projeto, reúna todos os documentos necessários e apresente sua proposta para a instituição financeira de sua escolha.



6. Aguarde análise e aprovação

A instituição financeira irá analisar a sua proposta, verificarão a documentação e avaliarão sua adequação às normas do Pronaf. Se aprovado, o crédito será liberado para você, com as condições específicas do Pronaf, como juros baixos e prazos mais longos para pagamento.

UM DESTAQUE PARA O CAF

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), já começou a ser emitido e chegou para substituir a DAP, trazendo uma série de novidades que vão tornar esse cadastro mais completo e integrado a outros programas do Governo.

O CAF identifica e qualifica a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), O Empreendimento Familiar Rural (EFR) e as formas associativas de organização da agricultura familiar.

Afinal, o que é o CAF?

O CAF é a nova identificação do agricultor familiar, que retrata a realidade regional da produção familiar. E o CAF é requisito para acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar. A carteirinha pode ser emitida por todos que constituem a família e foram cadastrados no CAF.

Veja um modelo da carteirinha do CAF e as principais políticas públicas de apoio a agricultura familiar na página a seguir



CAF

Modelo da Carteirinha do CAF

Principais políticas públicas de apoio à agricultura familiar

PRONAF

Funrural

PNAE

Proagro +

PAA

PGMP-Bio

PNCF

Pronatec Campo

SEAF

PRONATER

PNHR

Selo Biodiesel

PGPAF

Garantia Safra

PNRA

Outras PP
Estaduais

CAF



Qual a diferença entre CAF e DAP?

A principal diferença é que agora, no CAF, são identificadas todas as pessoas da família que compõem uma Unidade Familiar, até mesmo os menores de idade. Isso serve para que o Governo Federal tenha um retrato amplo e real da agricultura familiar.

Mas ainda tenho a DAP válida, preciso emitir o CAF agora?

Não, as DAPs emitidas permanecerão ativas pelo prazo de validade estabelecido no documento. Na hora em que você for renovar a DAP será orientado pelo órgão a emitir a CAF no lugar.

ONDE CONSEGUIR MAIS INFORMAÇÕES

Emater e instituições de assistência técnica

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) é uma instituição vinculada aos estados brasileiros e atua fornecendo assistência técnica aos agricultores familiares. Entre em contato com a Emater ou outras instituições de assistência técnica do seu estado para obter informações sobre o PRONAF e como acessá-lo.

Cooperativas e sindicatos rurais

Cooperativas e sindicatos rurais podem fornecer informações e orientações sobre o PRONAF, além de possuírem parcerias com instituições financeiras para a oferta de crédito e assistência técnica aos agricultores familiares. Procure as cooperativas e sindicatos rurais atuantes na sua região.

ONDE CONSEGUIR MAIS INFORMAÇÕES

Agentes financeiros

Os agentes financeiros, como bancos públicos e privados, são responsáveis por operar as linhas de crédito do PRONAF. Entre em contato com as agências desses bancos ou acesse seus sites para obter informações sobre as linhas de crédito, requisitos, documentação necessária e procedimentos para acessar o PRONAF.

Orgãos e Sites Oficiais do Governo

Você também pode buscar mais informações nas secretarias de agricultura e nos sites oficiais dos órgãos governamentais responsáveis pela agricultura:

www.gov.br/agricultura

Visite também:

 pronaf_info

 pronaf_info

MANTENHA UM BOM RELACIONAMENTO COM OS AGENTES FINANCEIROS

Lembre-se de que você, agricultor familiar, é muito importante para o País. Por isso, como o nome do programa sugere, é importante que a decisão de acessar ou não um crédito rural seja feita em família. Esta é uma decisão que envolve toda a família, pois todos estarão envolvidos nas responsabilidades de colocar em prática o projeto de custeio ou investimento, financiado pelo PRONAF, assim como no compromisso de quitar a dívida.



Se enfrentar dificuldades para realizar os pagamentos, procure antecipadamente o gerente do banco ou cooperativa, explique seus problemas e você encontrará uma solução adequada.

AGENTES FINANCEIROS

Busque construir uma relação duradoura de confiança mútua com o seu agente financeiro

- 1.Utilize os recursos do financiamento de forma correta e planejada.
- 2.Realize os pagamentos das prestações do financiamento pontualmente, sem atrasos.
- 3.Comunique qualquer situação que possa afetar o andamento do empreendimento ou sua capacidade de pagamento.
- 4.Mantenha um bom histórico de crédito, evitando dívidas em aberto tanto no comércio quanto nos bancos.

Alguns bancos que operam o PRONAF

www.bancoob.com.br

www.basa.com.br

www.bb.com.br

www.bnb.com.br

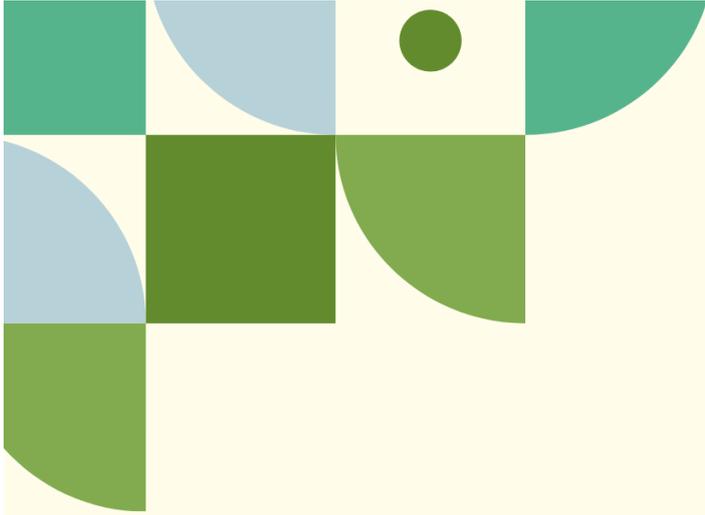
www.bndes.gov.br

www.banrisul.com.br

www.cresolcentral.com.br

www.cresol.com.br

www.sicredi.com.br



b) Infográficos

Infográfico 1

JORNADA DE ACESSO AO Crédito Rural

Pronaf

O que é o Pronaf?
É uma política pública que tem como um de seus objetivos financiar as atividades do agricultor familiar, disponibilizando crédito a juros diferenciados, gerando trabalho e renda.

- ### 1 Identificação como agricultor familiar

O agricultor familiar é aquele que realiza atividades agrícolas em propriedades de pequeno ou médio porte, com a mão de obra sendo principalmente da sua própria família, e sua renda vem em grande parte dessas atividades. Outras atividades agropecuárias, como a pesca artesanal, também podem acessar o programa.
- ### 2 Procurando informações e orientações

Busque mais informações sobre o programa pesquisando na internet ou entre em com os órgãos responsáveis pela agricultura, como a Secretária de Agricultura ou as agências de assistência técnica e extensão rural como a EMATER. Eles podem fornecer informações detalhadas sobre as linhas de crédito, documentação necessária e procedimentos para acessar o Pronaf.
- ### 3 Reunindo a Documentação necessária

Em geral, será necessário apresentar documentos como RG, CPF, comprovante de residência, comprovante de propriedade ou posse da terra e a DAP ou CAF. É interessante que neste momento você já reúna algumas informações do que planeja fazer com o valor que conseguir de crédito rural.
- ### 4 Procurando uma instituição financeira

Com os documentos organizados, procure uma instituição financeira autorizada para operar o Pronaf, como os bancos públicos e as cooperativas de crédito. Essas instituições podem fornecer informações específicas taxas de juros e prazos além de informar quais os procedimentos e requisitos específicos de cada linha de crédito disponível.
- ### 5 Aguardando análise e aprovação

A instituição financeira irá analisar a sua proposta, verificarão a documentação e avaliarão sua adequação às normas do Pronaf. Se aprovado, o crédito será liberado para você, com as condições específicas do Pronaf, como juros baixos e prazos mais longos para pagamento.

Lembre-se que essas são orientações gerais e podem variar de acordo com a região e a linha de crédito. Por isso, é importante buscar informações atualizadas nos órgãos responsáveis e instituições financeiras e seguir as orientações específicas para cada caso.

Para mais informações acesse:
 pronaf_info
 pronaf_info



Infográfico 2

JORNADA DE ACESSO AO Crédito Rural

Pronaf

O que é o Pronaf?
É uma política pública que tem como um de seus objetivos financiar as atividades do agricultor familiar, disponibilizando crédito a juros diferenciados, gerando trabalho e renda.

Identificação como agricultor familiar

- 1 Verifique se você se encaixa na categoria de agricultor familiar.

Procurando informações e orientações

- 2 Busque informações na Secretária de Agricultura ou numa agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Reunindo a Documentação necessária

- 3 Em geral, será necessário apresentar documentos como RG, CPF, comprovante de residência, comprovante de propriedade ou posse da terra e a DAP ou CAF.

Procurando uma instituição financeira

- 4 Com os documentos organizados, procure uma instituição financeira autorizada para operar o Pronaf, como os bancos públicos e as cooperativas de crédito.

Aguardando análise e aprovação

- 5 A instituição financeira irá analisar a sua proposta. Se aprovado, o crédito será liberado para você, com as condições específicas do Pronaf, como juros baixos e prazos mais longos para pagamento.

Para mais informações acesse:

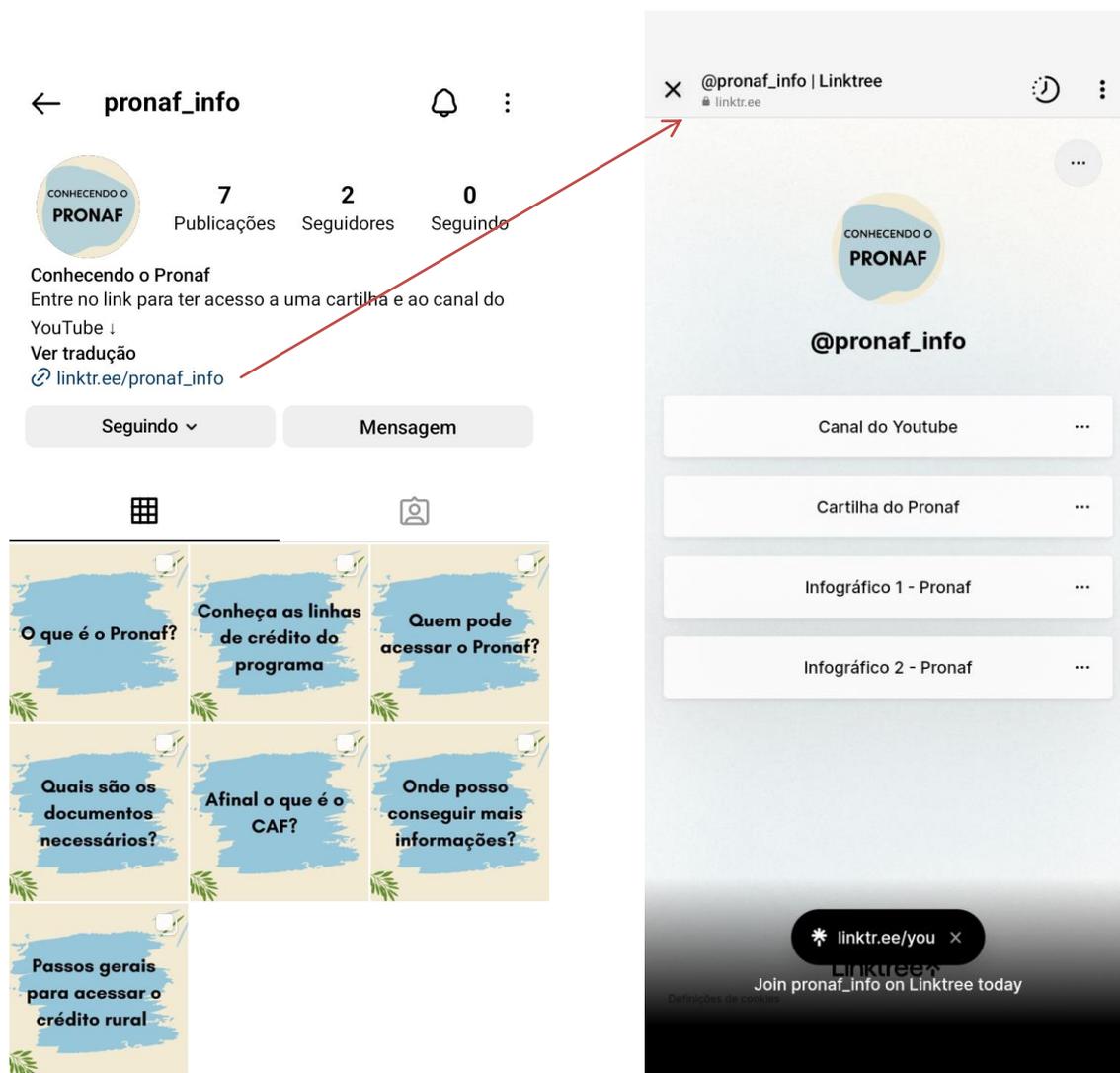
 pronaf_info
 pronaf_info

Lembre-se que essas são orientações gerais e podem variar de acordo com a região e a linha de crédito. Por isso, é importante buscar informações atualizadas nos órgãos responsáveis e instituições financeiras e seguir as orientações específicas para cada caso.



b) Página do Instagram

Figura 1 – Screenshots da página do Instagram.



Fonte: Elaborado pela autora.

d) Canal do Youtube

Figura 2 – *Screenshot* da página inicial do canal do youtube.

Fonte: Elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

FILIPAK, A.; SAPIENSA, L.; ALEIXO, S. S. A Política de Crédito Rural e a Autonomia Econômica das Mulheres: um estudo de caso do PRONAF-Mulher. **Seminário Internacional E Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1–17, 2012.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. de. Dificuldades e gargalos de acesso ao pronaf b em Garanhuns - Pe. **Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 200–222, 2017.

LIMA, L.; MEDEIROS, M. B. de; SILVA, M. J. R. da. Identificação das dificuldades de acesso ao pronaf pelos agricultores familiares do nordeste brasileiro. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 6–25, 2019.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) TT - Rural credit on the perspective of rural women workers of family agriculture: **Polis (Santiago)**, v. 15, n. 44, p. 393–414, 2016.